

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA

*Esta publicação constitui um balanço, ainda que sumário, do que até agora foi possível construir, permitindo à Instituição e à Comunidade fazerem uma avaliação daquilo que hoje somos e representamos.*

CONSTRUÇÃO DE UMA REALIDADE

# CONSTRUÇÃO DE UMA REALIDADE

# 10 ANOS

*de desenvolvimento*

E  
S  
E  
L

371.671  
ESEL  
01



ESEL - Construção de uma realidade

371.671 / ESEL / 01

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA**

ESEL - Construção de uma realidade:  
10 anos de desenvolvimento



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**

X

#### FICHA TÉCNICA

Título:  
ESEL - Construção de uma realidade: 10 anos de desenvolvimento

Organização:  
ESEL

Edição:  
Núcleo Editorial da Escola Superior de Educação de Leiria  
© ESEL 1997

Concepção gráfica e composição:  
Olga Craveiro  
Olga Terça

Capa:  
Alexandra Ribeiro

Impressão:  
Santos & Costa, Lda. - Pedreiras - 2480 Porto de Mós

Depósito legal n.º 117968/97  
ISBN 972-95207-1-2

## ÍNDICE

<b>ESEL - UMA ESCOLA EM CONSTRUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>PASSADO RECENTE</b>	<b>13</b>
<b>ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO</b>	<b>55</b>
10 anos de ESEL ... um passado recente	57
Órgãos da Escola	63
<i>Assembleia de Representantes</i>	63
<i>Conselho Directivo</i>	64
<i>Conselho Científico</i>	64
<i>Conselho Pedagógico</i>	64
<i>Conselho Consultivo</i>	65
<i>Conselho Administrativo</i>	65
<i>Departamentos</i>	65
Serviços da Escola	69
<i>Secretaria</i>	69
<i>Serviços Académicos</i>	69
<i>Serviços Sociais</i>	69
<i>Audiovisuais</i>	70
<i>Biblioteca</i>	70
<i>Salas de Informática</i>	71
<i>Reprografia</i>	71
<i>Laboratório</i>	72
<i>Papelaria da Associação de Estudantes (A.E.)</i>	73
<b>CURSOS</b>	<b>75</b>
Formação Inicial	77
<i>Os Planos de Estudo</i>	77
<i>Implementação dos Planos de Estudo</i>	80
<i>Cursos e Alunos</i>	81
<i>Outras instituições onde se realizou a formação inicial</i>	83

<i>Prática Pedagógica</i>	84
<i>Estágios do curso de R.H.C.T.</i>	93
Profissionalização em Serviço	97
<i>O enquadramento legal</i>	97
<i>Um pouco de história</i>	98
Formação Contínua	103
Formação Especializada	105
<b><u>INVESTIGAÇÃO/FORMAÇÃO</u></b>	<b>107</b>
ESEL: 10 anos de investigação e pós-graduação	109
Pós-graduações e Provas Públicas	115
<i>Doutoramentos</i>	115
<i>Mestrados</i>	117
<i>Provas Públicas</i>	123
<i>Projectos de investigação(mestrados e doutoramentos) em curso</i>	125
<b><u>ACTIVIDADES</u></b>	<b>129</b>
Publicações da ESEL	131
Colaboração dos docentes em publicações de natureza científica ou académica	133
Projectos desenvolvidos a nível institucional	147
Projectos desenvolvidos em parceria com outras entidades	149
A Experiência da Biblioteca Infantil e Juvenil da ESEL	151
Projecto Minerva	155
Apoio aos Recém Diplomados da ESEL	158
Comemorações do Dia Mundial da Criança	160
Cooperação com Países Africanos e Educação para o Desenvolvimento	162
Comemorações dos 10 Anos	165
<b><u>ANEXOS</u></b>	<b>169</b>
ANEXO 1 Comissões Instaladoras	
ANEXO 2 Estatutos da Esel	
ANEXO 3 Formação Inicial	
ANEXO 4 Formação Contínua	
ANEXO 5 Formação Especializada	

*A Direcção da Escola Superior de Educação de Leiria agradece a colaboração e o empenhamento de todos, nomeadamente dos professores Adalgisa Brito, Alzira Saraiva, Ana Gil, Celeste Frazão, Cristina Nobre, Eduardo Fonseca, Isabel Kowalski, Isabel Pereira, José Brites Ferreira, Luís Filipe Barbeiro, Maria José Reis, Pedro Silva, bem como dos funcionários Celeste Faria, João Vieira e Luís Barata.*

## **ESEL - Uma Escola em Construção**

Ao comemorarmos dez anos de vida académica (contados a partir do começo dos primeiros cursos de formação inicial), mais do que contemplar passivamente aquilo que até agora foi feito, interessa sobretudo perspectivar o futuro de uma escola que se quer em pleno desenvolvimento.

Isto não exclui, pelo contrário, pressupõe, uma pausa metodológica para fazer um balanço, ainda que sumário, do que até agora foi possível construir. Esta publicação pretende ser isso mesmo, ou seja, um ponto da situação que permita à Instituição e à Comunidade fazer uma avaliação do que hoje somos e representamos.

Refira-se ainda que este trabalho, embora só agora publicado, se reporta, na sua maioria, às pessoas em funções, aos factos e aos dados disponíveis até 1996 excluindo, no entanto, algumas actualizações que se tornaram pertinentes face à data em que surge esta publicação.

Não pode deixar de assinalar-se a circunstância de, finalmente, ter sido dado por findo o período de instalação, possuindo a escola, pela primeira vez, órgãos de gestão democraticamente eleitos. Tal facto constitui um sinal de maturidade e um estímulo para a comunidade escolar agarrar nas suas

mãos o futuro e traçar as linhas de desenvolvimento que queremos vir a percorrer.

Apesar de todas as vicissitudes próprias de nascimento e crescimento de um novo projecto educativo, os esforços realizados na formação inicial, na formação contínua e na profissionalização em serviço, entre outros, deram à escola o espaço de afirmação científica e académica e de consolidação no terreno, num contexto de um subsector do ensino superior que ensaiava os primeiros passos — o Ensino Superior Politécnico.

Actualmente julgamos estar em condições de afirmar que foi uma aposta ganha e assinalar que a escola se expandiu para outras áreas, como actividades no âmbito do FOCO, novos cursos nas áreas dos recursos humanos e do turismo, formação especializada e participação em programas de âmbito comunitário.

Embora instalações e equipamento não sejam o mais importante, deve realçar-se o esforço de investimento que neste capítulo tem vindo a ser realizado para dotar a escola dos meios adequados à sua missão.

A ESEL dispõe hoje de um corpo docente qualificado, mercê do esforço individual de cada um dos seus membros para a obtenção de graus académicos mais elevados e para a participação em actividades científicas e pedagógicas dentro e fora da escola. Está assim habilitada a promover um ensino de elevados padrões de qualidade e excelência.

É justo lembrar também os muitos estudantes que por aqui passaram ao longo desta década, a maioria deles desempenhando hoje funções docentes na região e no País e dos quais a escola muito se orgulha.

Uma palavra também de apreço para os funcionários desta Instituição que ajudam no dia-a-dia ao regular funcionamento administrativo e dão o apoio logístico imprescindível ao bom andamento das actividades lectivas.

Também da comunidade regional em que nos inserimos temos recebido incentivo e apoio para prosseguir a nossa missão, designadamente através das muitas entidades públicas e privadas que recebem os nossos alunos em actividades de prática pedagógica, estágios, etc.. Queremos que a nossa escola esteja cada vez mais virada para o exterior e seja, além do mais, uma escola ao serviço das escolas.

Com este despretensioso trabalho, tentámos apresentar sinteticamente as actividades mais significativas que temos levado a cabo, registando alguns dados quantitativos de maior significado e expondo as linhas de força do nosso funcionamento enquanto comunidade escolar. Muito terá ficado por mencionar, mas esta é a primeira tentativa que fazemos de, sistematicamente, nos conhecermos melhor, para melhor nos darmos a conhecer. Estamos certos que em novas publicações deste género se colmatarão as lacunas desta e se enriquecerá a informação agora apresentada.



## Breves Palavras de Saudação

Os últimos anos do Estado Novo foram testemunhas de um razoável aumento do investimento no ensino superior público: às tradicionais universidades juntaram-se algumas novas (Aveiro, Braga, Évora, Faro, Lisboa, Açores e, mais tarde, Covilhã e Vila Real).

Leiria, entretanto, ficou deliberadamente esquecida; e nem a proximidade de Coimbra serve de justificação, pois Aveiro não beneficia, aqui, do factor distância.

Assim, à parte o ensino secundário tradicional (liceal e técnico), ficou em Leiria uma escola de largas tradições, responsável pela formação de gerações e gerações de professores espalhados um pouco por todo o país: a Escola do Magistério Primário de Leiria.

É dela que é herdeira a Escola Superior de Educação de Leiria.

Vocacionada para a formação de professores, agora no novo quadro emergente de Abril de 74, que fez da educação uma prioridade do Estado e um direito do cidadão, tem vindo a formar professores, oriundos de todo o país e que, findos os seus cursos, nas múltiplas cidades e vilas portuguesas vêm a exercer a sua acção.

A ESE de Leiria tem, assim, o significado especial de constituir uma espécie de ponte entre duas épocas: herdeira de uma escola média de prestígio é também pioneira do novo ensino superior que, pouco a pouco, viria a consolidar-se em Leiria.

Vieram, depois, as diversas escolas do Instituto Politécnico e unidades de ensino superior privado; alargou-se a oferta a Caldas da Rainha e Marinha Grande. A própria ESE diversificou geograficamente a sua actividade.

Não tem sido um percurso fácil, o da afirmação do ensino superior em Leiria. Nesse processo, entretanto, o papel da Escola Superior de Educação tem sido determinante e nuclear.

A valorização científica dos docentes, a interacção com a comunidade, a participação nos desafios da formação contínua, a afirmação de uma escola de qualidade, e tudo isso num clima sereno, sem as convulsões tão inerentes aos processos de crescimento, são aspectos que importa sublinhar.

Escola de ensino superior mais antiga na região, continua a ESE a ser indispensável à identidade desse mesmo ensino superior.

E continuará a ser, estou certo disso, no caminho não fácil que se avizinha.

Mas em educação, no fim de contas, o fascínio resulta exactamente da consciência dos actores de estarem a participar na construção do futuro a longa distância.

*Professor Doutor Carlos Ascenso André*

*(Governador Civil de Leiria)*

## **Escola Superior de Educação de Leiria 10 Anos de vida !**

A título pessoal e profissional, há mais de 20 anos que me venho interessando pelas questões do Desenvolvimento Regional e Local e, frequentemente, assumi responsabilidades na promoção e condução de iniciativas neste domínio, fosse na qualidade de Autarca, de Deputado ou, mais recentemente, de Governador Civil do Distrito de Leiria.

Fruto da (con)vivência que nestes 20 anos venho mantendo com a problemática do Desenvolvimento e da própria evolução do pensamento nesta matéria, é para mim, hoje, perfeitamente clara a importância vital que a disponibilidade de Recursos Humanos Qualificados assume neste processo.

Enquanto Governador Civil, parece-me adequado relevar a importância da Escola Superior de Educação como Centro de Excelência no complexo domínio da formação e qualificação de recursos humanos, indispensáveis ao desenvolvimento da região e do país.

Neste quadro, penso ser legítimo que a sociedade leiriense espere da Escola Superior de Educação de Leiria um precioso contributo para o processo de Desenvolvimento do Distrito.

Trata-se, com efeito, de uma enorme responsabilidade colocada "nos ombros" da Escola, um verdadeiro desafio geracional, ao qual, estou certo, a Escola saberá responder no Futuro, como o tem feito no Presente.

A oportuna iniciativa que constitui o lançamento do anuário "Construção de uma realidade — 10 anos de desenvolvimento", num momento de especial significado para a vida da Escola, é a prova de que a Escola está já a cumprir o Futuro.

A terminar, gostaria de agradecer a oportunidade que me deram, enquanto Governador Civil, de poder associar-me às comemorações do 10.º aniversário da V. prestigiada Instituição.

Bem hajam.

*Júlio da Piedade Nunes Henriques*

*(Ex-Governador Civil)*

## **Passado Recente da Escola Superior de Educação de Leiria**

Falar sobre o "Passado Recente" da Escola Superior de Educação de Leiria não é fácil, porquanto, a sua história é já longa, para o tão curto espaço que nos foi possível ceder.

Saúdo a iniciativa do lançamento deste anuário, manifestando a minha homenagem a todos quantos colaboraram para dar vida à 1.<sup>a</sup> Instituição do Ensino Superior no Distrito de Leiria e aqui recordo o meu prezado amigo e membro da Comissão Instaladora, Dr. Veríssimo de Azevedo, que infelizmente já não se encontra fisicamente entre nós.

A Comissão Instaladora, os professores, os funcionários e os alunos, procuraram desde sempre defender e enriquecer o projecto das ESE, não sendo difícil de o constatar nos estudos e trabalhos desenvolvidos, propondo metas e estratégias com vista à concretização dos objectivos então definidos.

Julgo que hoje as ESE, passados dez anos de grande experiência na formação de professores e outras actividades de apoio e colaboração com as suas Comunidades, precisam de alguns ajustamentos nas suas competências.

Não esqueçamos que, numa 1.<sup>a</sup> fase, as atribuições das ESE no domínio da formação inicial, quedavam-se pela Educação Pré-Escolar, e Ensino Primário; só posteriormente e através do D.L. 513-T/79 de 26 de Dezembro foi atribuído àquelas Escolas a formação de professores para o Ensino Preparatório; hoje está em vigor uma Lei de Bases que consagra princípios não existentes na altura do arranque das ESE e sobre os quais se torna necessário reflectir, como por exemplo, a estrutura do ensino básico; pode estar actualizado o perfil de professor que se está a formar, se ele foi definido antes da Lei 46/86 de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)?

É importante recordar o documento que, sobre esta matéria, foi produzido por um grupo de trabalho que se reuniu em S. Pedro de Moel em Agosto de 1983; foram propostas quatro hipóteses de formação de professores pelas ESE com as respectivas implicações na rede escolar, nas instalações, na carreira docente, nos professores em exercício e na organização do processo ensino-aprendizagem.

As ESE estão desde o seu início associadas a três grandes linhas de força, que se podem caracterizar pela inovação, descentralização e regionalização.

De inovação por desenvolverem um sistema de formação inicial e contínua de professores para diferentes níveis de ensino, com repercussões

em todo o sistema educativo e como alternativa e complementarização ao Ensino Superior Universitário. De descentralização e regionalização por procurarem dar resposta, na medida dos seus recursos, às necessidades locais e regionais que, até então, só era obtida a partir de estruturas centrais.

A criação da rede de estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico e a localização a nível distrital de Escolas Superiores de Educação foi, entre outros, propósito para uma regionalização do Ensino Superior, medida importante para corrigir os desequilíbrios conjunturais entre os grandes centros urbanos, o litoral e o interior do País.

No entanto, a índole regional do Ensino Superior Politécnico no respeitante à formação de professores pelas ESE e traduzida na necessidade de se prepararem os futuros docentes em contacto com os problemas reais da Comunidade e das suas Escolas, específicos de cada região, de nada vale, enquanto não forem definidos e implementados novos sistemas de colocação de professores.

Para finalizar este meu testemunho, sugiro que seja feita a avaliação das ESE, medida que considero fundamental, para clarificar as muitas potencialidades destas Instituições, as quais, creio, são superiores às fragilidades ainda existentes.

*Dr. José Ventura da Cruz Pereira*

*(Ex-Presidente da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Comissões Instaladoras)*

A convite do Presidente da Comissão Instaladora da ESEL [Dr. Cruz Pereira] para fazer parte do Conselho Científico e que, obviamente, aceitei, estive ligado à escola por cerca de seis anos, os três primeiros como simples membro e os três últimos como Presidente do mesmo. Foi um período muito enriquecedor na minha experiência profissional e que recorro com satisfação e saudade visto me ter possibilitado participar e acompanhar os primeiros passos da escola e, designadamente, na admissão e constituição do seu corpo docente e elaboração dos seus planos curriculares. Apesar de ser um conselho muito reduzido, nos primeiros tempos, apenas constituído pelo Presidente da Comissão Instaladora, Dr. José da Cruz Pereira, o Professor Nicolau Raposo, a Professora Isabel Alarcão, o Dr. João Formosinho, o Dr. Veríssimo e eu próprio, foi possível fazer uma boa reflexão acompanhada por vivos debates sobre a escola, os seus objectivos de formação, investigação e intervenção nos domínios do Ensino Superior Politécnico e, mais especificamente, na formação de profissionais para a Educação Pré-Escolar, para o 1.º Ciclo do Ensino Básico e para o 2.º Ciclo do Ensino

Básico através das variantes, na contratação do pessoal docente e no desenvolvimento dos primeiros planos curriculares.

Acresce dizer que esses planos de estudos foram concebidos com uma estrutura modular a fazer apelo a articulação de temáticas inter- e transdisciplinares que só seria viável, na prática, através de uma boa gestão curricular o que, aliás, constituía um grande desafio para o novo corpo docente e para a gestão da própria escola. O que não poderia de modo algum acontecer como, na realidade, parece ter sucedido, era transformar os módulos em pequenas disciplinas numa dialéctica de poder que acabou por pôr toda a estrutura em questão, ao ponto de ter de ser alterada rapidamente ainda durante o período em que fiz parte do Conselho Científico. Era o estigma da marcação dos "territórios" disciplinares como centros de poder que o jovem corpo docente, infelizmente, não conseguiu ultrapassar.

A dinâmica do conselho, porém, foi bem mais interessante e complexa ainda que a sua condução se tenha tornado, por vezes, difícil e complicada, quando começaram a chegar os primeiros Professores Adjuntos que entretanto terminaram os graus de Mestre e foi possível confrontar a realidade por nós construída, em termos curriculares, com a realidade concreta do funcionamento dos diferentes planos de estudos dos diferentes cursos, da existência do pólo das Caldas e da formação e progressão na carreira do corpo docente que entretanto ia adquirindo uma certa massa crítica.

A juntar a isto, e em simultâneo, a entrega às Escolas Superiores de Educação, pelo Ministério da Educação, da "encomenda" do programa da formação em serviço em pé de igualdade com as instituições universitárias perturbou enormemente essas instituições que não tinham sido concebidas para dar resposta a esses tipo de solicitações.

Dada a não existência de conselhos pedagógicos e as circunstâncias do seu estado de instalação, a grande maioria dos assuntos da escola eram levados ao Conselho Científico, pelo menos a título de informação, o que, se, por um lado, vinha complicar a agenda dos trabalhos, por outro, nos permitiu, durante esses anos, ter um bom conhecimento de todo o seu processo de construção e ter contribuído com alguma da nossa experiência na ajuda da resolução dos problemas que se iam apresentando.

Entretanto a escola foi amadurecendo e o Conselho Científico começava a ter um bom grupo de Professores Adjuntos que garantiam a coordenação científica e pedagógica de praticamente todas as suas áreas de formação. A esta luz e tendo em conta que as instituições, como as pessoas, têm que se ir tornando autónomas, achamos que era tempo de começarem a eleger de entre os seus membros o seu Presidente e tomar o destino nas suas mãos. E assim aconteceu, de facto. Nessa altura, 1988, e tendo que ausentar-me, em licença sabática para fora do país, achei que deveria pedir a minha exoneração a sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior da altura, desligando-me assim da escola.

Foi esta a pequena história da minha passagem, em traços muito gerais, pela ESEL que criou laços indeléveis que mantenho e fazem com que ainda me sinta um pouco em minha casa quando a visito. Fico muito grato à actual Direcção, na pessoa da sua Presidente, Prof. Doutora Maria Antónia Barreto, por me ter dado a oportunidade de a poder reviver e referir alguns dos pontos que me parecem mais relevantes.

*Professor Doutor José Tavares*

*(Ex-Presidente do Conselho Científico)*

Estive associada ao início da ESE de Leiria. Recordo o Dr. Cruz Pereira e o Dr. Veríssimo com quem trabalhei e testemunho aqui o empenho que colocaram no lançamento da Escola.

Discutiam-se nessa altura os currículos de formação dos educadores de infância e dos professores do 1º. Ciclo do Ensino Básico. Trabalhava-se já com alguns dos docentes da Escola. Acreditava-se que era possível mudar a formação através da inovação curricular, da ligação da escola à sociedade, nomeadamente no eixo formadores de professores-professores, e da investigação.

Rompendo com as tradicionais barreiras do conhecimento espartilhado, não se conceberam os primeiros currículos com base nas disciplinas. Partindo-se do perfil do educador e do professor que se desenhou, identificaram-se áreas temáticas que, contribuindo para a formação desse perfil, constituíram os eixos de formação. Organizaram-se as áreas em módulos flexíveis e estabeleceram-se entre eles os nós estruturadores de uma rede coerente, subordinada à finalidade que se pretendia atingir.

Vieram outros professores. Iniciaram-se as actividades curriculares. Surgiram as primeiras críticas e dificuldades. De adaptação em adaptação, o programa de formação, inicialmente traçado, foi ficando descaracterizado. Progressivamente, foi-se enveredando por currículos de tipo mais clássico, à base de disciplinas, da responsabilidade de um professor.

Assisti a esse desenrolar com algum desânimo e frustração. Não afirmo que tenha sido prejudicial para o desenvolvimento da Escola. Não tendo sido feita nenhuma investigação sobre o assunto, não tenho dados sobre os quais me apoiar para assumir uma posição tão definida. Mas ficou-me sempre na mente a convicção de que, para que exista verdadeira inovação curricular, a batalha se tem de ganhar no campo da gestão do currículo e não apenas ao nível da sua organização.

*Professora Doutora Isabel Alarcão*

*(Ex-Membro do Conselho Científico)*

Nós somos tempo — uma duração no tempo que se estende por dias, anos e até, décadas.

A consciência de que somos duração e, logo, da nossa finitude, leva a que procuremos ser felizes em cada dia que passa.

Essa felicidade, como somos por natureza seres sociais, pressupõe que vivamos para os outros, que a razão de ser da nossa existência seja, em última análise, os outros.

Por isso é tão importante termos amigos (a amizade é durável e nós somos duração) e que sejamos amigos respeitando os valores da liberdade e da responsabilidade. Ou seja, que permitamos ao outro realizar-se naquilo que ele é, encontrar o seu caminho de forma plenamente autónoma.

Neste sentido, a minha experiência enquanto Presidente da Comissão Instaladora da ESEL foi uma experiência profundamente humana e enriquecedora. A relação estabelecida quer com o corpo docente quer com os alunos foi de amizade - sempre nos respeitámos mutuamente como seres que sabem o que querem e para onde vão, com plena autonomia e liberdade.

A formação proporcionada pela ESEL nunca privilegiou a vertente da “informação”, mas sim a da “humanização” — na esteira do que Jacques Delors hoje afirma, que é obrigação dos professores, “educar para a ternura!”... Para que os alunos sejam pessoas felizes, para que a Escola contribua, dentro do que lhe é possível, para que a sua vida não seja uma simples soma de dias, mas sim um tempo vivido com qualidade.

Tenho muitas saudades dos amigos que tenho na ESEL — que tenho porque uma grande amizade permanece, acompanha-nos toda a nossa vida.

*Professora Doutora Beatriz Matias*

*(Ex-Presidente da 6.ª Comissão Instaladora)*

A Escola Superior de Educação de Leiria, hoje uma das Escolas do Instituto Politécnico de Leiria, foi a primeira instituição de ensino superior público da Região de Leiria, projecto a que estive ligado desde antes do lançamento das suas primeiras actividades de formação inicial, há mais de uma década. De então para cá, tenho continuado ligado a esta instituição o que pode tornar demasiado próxima e vivida a minha leitura desta instituição.

Ao longo destes anos foram muitas as coisas que aconteceram e delas haveria muito a dizer. Trabalhou-se muito e com resultados positivos nem sempre publicitados, o que de algum modo tem contribuído para ocultar muito do trabalho desenvolvido por alunos, por funcionários e por docentes.

Condicionismos exteriores à Escola Superior de Educação de Leiria e condicionismos também exteriores ao sistema educativo têm vindo a dificultar cada vez mais grande parte do trabalho desenvolvido. Neste sentido, partilho da afirmação contida no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI: "as políticas

educativas enfrentam fortes críticas, ou são relegadas, por razões económicas e financeiras, para a última ordem de prioridades".

Se o sistema educativo e as escolas são o reflexo da sociedade e da atenção que ela dá à educação, não se poderá dizer que elas estejam tão alheadas umas das outras, sem se questionar se esse alheamento não será em grande medida desejado, embora nem sempre consciencializado. Não sei mesmo se não haverá aqui uma certa dose de hipocrisia.

Do passado desta instituição, haveria muito a dizer. Mais importante do que o apontar o que de bom foi feito ou os erros cometidos, parece-me ser aprender com o que foi feito, e também com o que o não foi, e trabalhar para que no futuro, e no presente, a Educação seja cada vez mais um processo de formação integral da pessoa e não uma realidade para que se olha com uma perspectiva apenas mercantilista.

A Educação é um empreendimento complexo e difícil que facilmente é deixado para segundo plano, mesmo quando em palavras se afirma o contrário. A Educação não é feita de soluções técnicas decididas em gabinetes e impostas através de mecanismos administrativos. E também não pode ser o arranjo de interesses, nem sempre claros, mesmo que politicamente legitimados.

Depois de ao longo de décadas se ter trabalhado e batalhado para que todos pudessem ter acesso à Educação, para que os Direitos do Homem e da

Criança fossem realidades social e culturalmente vividas, ouve-se, por vezes, o questionar do "interesse", da "utilidade" e da "rentabilidade" da Educação para Todos, argumentando-se com lógicas que nada ou pouco têm de formativo, embora tenham muito de mercantilismo e de consumismo.

Houve um tempo em que não existiam escolas. As mudanças que se têm vindo a verificar mostram que a sociedade irá necessitar de escolas diferentes das que o passado nos legou. Penso que elas, as escolas do presente e do futuro, terão de ser espaços de formação e de desenvolvimento pessoal, social e cultural.

Estou certo que a Escola Superior de Educação saberá ser sempre um destes espaços.

*Professor Doutor José Brites Ferreira*

*(Ex-Vogal das 3.ª e 4.ª Comissões Instaladas)*

*(Ex-Presidente do Conselho Científico)*

Acedendo ao pedido formulado pela Dig.<sup>ma</sup> Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria cumpre-me, gostosamente, emitir um comentário, já a uma certa distância temporal, sobre a minha experiência enquanto ao serviço da referida Escola.

Desempenhei as funções de Vogal da Comissão Instaladora da ESE de Leiria, no período compreendido entre 15 de Dezembro de 1988 e 10 de Julho de 1991, período durante o qual também leccionei a disciplina de Elementos de Química aos alunos da variante de Matemática/Ciências do Curso de Formação de Professores do 2.º ciclo do ensino básico. Foi Presidente da Comissão Instaladora, durante esse período, o saudoso Dr. António José de Oliveira Veríssimo de Azevedo, a cuja memória me curvo respeitosamente. Foram Vogais da mesma Comissão Instaladora, primeiro o Dr. José Brites Ferreira e depois o Dr. Luís Filipe Tomás Barbeiro.

A minha passagem pela ESE foi uma experiência extremamente enriquecedora, quer pessoal quer profissionalmente, se bem que de grande exigência do ponto de vista da dedicação e disponibilidade.

Vivia-se por essa altura uma época de afirmação das ESE e a sua acção era dificultada por uma série de obstáculos, naturais uns, e artificialmente criados, outros.

Naturais eram, fundamentalmente, os decorrentes da sua muito recente criação e os decorrentes do seu ainda mais recente início de actividades na formação inicial. Como consequência havia uma grande exiguidade de meios tanto humanos como, principalmente, financeiros. Com muita dedicação e inteligência de todos os agentes envolvidos no processo, foi possível, apesar das dificuldades enfrentadas, ir ultrapassando esses obstáculos.

As dificuldades artificialmente criadas foram mais difíceis de superar, porquanto elas eram desmotivadoras e até inibidoras. Prenderam-se principalmente com a indefinição da política relativa à continuidade das Escolas Superiores de Educação, no sistema do Ensino Superior Português. Havia entidades que defendiam as ESE e desejavam que elas se afirmassem e crescessem, de modo a constituírem pólos de desenvolvimento das regiões onde se inserem, mas havia outras que activa ou passivamente procuravam dificultar a sua afirmação para conseguirem, desse modo, argumentos que levassem ao seu encerramento. Felizmente as primeiras levaram vantagem sobre as segundas e foi possível assistir ao desenvolvimento global daquelas instituições e, em particular, ao crescimento e implantação da ESE de Leiria.

Durante o período em que tive a honra de participar no desenvolvimento da ESE, verificou-se um grande aumento do número de estudantes, tanto a nível da formação inicial como a nível da profissionalização em serviço e da formação contínua de docentes. O Conselho Científico da Escola elaborou e submeteu a aprovação superior uma proposta de reestruturação dos planos curriculares dos diferentes cursos ministrados. Foi estabelecido um protocolo com a Universidade Aberta, em virtude do qual a ESE beneficiou de alguns meios e materiais didácticos e razoáveis meios financeiros, em troca do apoio pedagógico dado aos alunos do Distrito de Leiria, matriculados naquela Universidade. Desenvolveu-se o Projecto Minerva, que ajudou a formar monitores de informática num grande número de escolas de ensino básico e de ensino secundário, que vieram a dinamizar núcleos de informática entretanto criados, nessas escolas, também através da ESE pelo Projecto Minerva.

Como consequência da Lei de Bases do Sistema Educativo a Escola passou a apostar mais na formação contínua de docentes dos ensinos básico e secundário, tendo levado a efeito várias e diversificadas acções nesse domínio, tanto na ESE como noutras escolas do Distrito de Leiria que contribuíram, de forma significativa, para a valorização dos docentes que as frequentaram e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino por eles ministrado.

Conforme acima referi, graças ao esforço concertado de docentes, pessoal administrativo, técnico e auxiliar e com a compreensão e apoio dos estudantes, foi possível fazer crescer e consolidar a ESE de Leiria. Orgulho-me de ter tomado parte nessa tarefa.

*Dr. Arnaldo Francisco Febra*  
(*Ex-Vogal das 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Comissões Instaladoras*)

## Tempo de Prazos — Tempo de Projectos

Quando, olhando para trás, procuro algo que possa apresentar como testemunho vivido da passagem pelos órgãos da Escola, encontro a luta entre dois tempos: o tempo dos prazos e o tempo dos projectos.

Tempo dos prazos ó no desempenho de funções directivas, vivemos marcados por ele. É assim que uma instituição vive: é assim que, de prazo em prazo, a ESEL todos os anos abre novas vagas, recebe novos alunos, distribui novo serviço, realiza novos exames, concede novas equivalências, passa novos diplomas. Para quem exerce funções directivas, o ritmo está marcado: estabelecer prazos, cumprir prazos. E tudo se poderia resumir aos prazos do quotidiano.

Contudo, as pessoas quando aceitam desempenhar funções de direcção ou de coordenação ao longo destes anos estiveram na Escola, trazem consigo os seus projectos. Em luta com os prazos, à procura de tempo, surgem esses projectos — porque as instituições precisam deles para não se transformarem em máquinas burocráticas.

O cumprimento do quotidiano esfuma-se, o que fica é o seu contributo para a realização do que pretendemos. Hoje já não se recorda cada acto, cada gesto, cada aula, cada reunião, cada colóquio em que consistiu o quotidiano

da Escola. Mas esses actos sobrevivem nos resultados a que chegámos, só mantêm o seu significado se tiverem sido orientados pela realização de um projecto. O pior que poderia acontecer seria deixar cair esses actos por si, sem os confrontarmos com os resultados já alcançados e com os que queremos alcançar.

Que projectos marcaram a Escola, ao longo destes anos?

Primeiro que tudo, o projecto da sua própria construção, enquanto instituição formadora. Hoje, a chegada de novos alunos e os passos da sua formação (na formação inicial, na profissionalização em serviço, na formação contínua e também nos cursos de estudos superiores especializados) já integram o quotidiano da Escola. Quando pensamos em projectos, vêm-nos ao pensamento sobretudo aqueles que escapam a essa actividade formadora principal ou que dentro desta são ainda recentes. Contudo, a formação nas diversas vertentes continua a constituir o projecto essencial da Escola. Se a considerarmos como um projecto, ela continuará a colocar-nos desafios: o desafio da qualidade, em cada um dos seus pequenos ou grandes actos, o desafio da conquista de novos domínios de formação e de acesso a novos níveis académicos.

Outros projectos se interligam com a actividade formadora, na procura de notoriedade e de reconhecimento. A investigação, a que nos referimos noutra local deste volume, representou neste decénio uma via fundamental de afirmação da instituição, por meio da valorização académica e

profissional dos docentes. Para além disso, ela constitui uma fonte de fundamentação e de renovação da actividade formadora. Construídos os alicerces, há que prosseguir e dar corpo a um projecto, que continuará a constituir um desafio.

A dinamização de iniciativas culturais e pedagógicas não se esgota na sua visibilidade. Permite a participação. Os projectos de outros cruzam-se com os nossos projectos. Essa interacção com o que nos rodeia constitui, desde o início, uma dimensão do nosso projecto.

Para o que do nosso projecto não ficou cumprido, sabemos que atrás de tempo, tempo vem... É nesse tempo que vem, que continuaremos a encontrar-nos. O tempo dos prazos.

Para o que ficou cumprido, estamos conscientes de que os projectos não se esgotam nos que já estão realizados, de que novos projectos têm de nascer.

*Professor Doutor Luís Filipe Barbeiro*  
*(Ex-Vogal da 5.ª Comissão Instaladora)*  
*(Ex-Presidente do Conselho Científico)*

Caros colegas

É com o maior gosto e prazer que presto esta minha modesta colaboração para o anuário da escola.

Naturalmente que muito haveria a dizer de uma escola que se “limitou” simplesmente a dar o pontapé de saída para a constituição do ensino superior em Leiria, que se limitou simplesmente a instalar um Instituto Politécnico de Leiria e, em consequência disso, a colaborar activamente para que outras escolas superiores fossem uma realidade, não só em Leiria como em Caldas da Rainha e Peniche.

A realidade ESE que eu vivi e aquela que existe hoje são de naturezas completamente diferentes. Poderia dizer-se que à ESE menina e moça se substituiu a ESE mulher. A um conjunto de professores em fase inicial de formação, atrapalhados com trabalhos de mestrados e de provas, à mistura com programas e aulas para preparar e para dar, substituiu-se um corpo docente sólido, com opções intelectuais e científicas traduzidas em trabalhos científicos apresentados em congressos e publicações, dissertações de mestrados, doutoramentos, e acima de tudo um nível de ensino que se pauta

por critérios de qualidade, idoneidade e capacidade de adaptação às constantes exigências de um quotidiano social, cultural e profissional, diferente do ontem e do amanhã.

A realidade dos alunos também é diferente da que eu vivi. Hoje tirar um curso de professor de um qualquer ciclo numa qualquer variante já não é uma garantia de emprego certo: é uma opção.

E se as necessidades de formação inicial de professores estão em fase profundamente baixa, a capacidade de adaptação e resposta de um corpo de pessoal docente e discente às novas realidades deixa antever que, quer através de outras modalidades de formação de professores, quer através da continuada exploração de outras alternativas, hoje já consubstanciadas por exemplo num curso como o de Relações Humanas e Comunicação no Trabalho, permite prognosticar uma vida saudável e longa para a ESE, enquanto garante de um nível de formação adequado, capaz de responder às expectativas de alunos e da comunidade.

Naturalmente que ainda não está tudo feito na ESE. Há ainda um longo caminho a percorrer, cujo trilho os sonhos se hão-de encarregar de indicar. A optimização de toda essa rica estrutura de pessoas é complexa e demora o seu tempo, mas isso é exactamente porque ela é rica. Rica em competências e rica em vontades. Daí que o aguardar possa simplesmente

significar o ver crescer permanente de uma unidade de ensino que não sabe ficar velha, para bem de todos nós e de cada um.

Para o seu desenvolvimento e na medida das minhas possibilidades queiram dispor. À ESE os meus parabéns e o meu obrigado. E não é só pelo 10.º aniversário. Afinal também foi aí que aprendi a ser professor.

*Dr. João Paulo dos Santos Marques*  
*(Ex-Vice Presidente do IPL)*

Volvidos dez anos sobre a experiência educativa que partilhámos com alunos, é tempo de pensar o que fizemos, no sentido de definir o futuro.

Seleccionamos, como partida para uma reflexão mais alargada, a relação que a Escola estabelece com o aluno. Concretizando um pouco mais, optamos por equacionar a integração do aluno e, simultaneamente, as expectativas que desenvolve à volta duma instituição que culmina o processo da sua formação, assente no quadro da nova reforma educativa, quadro este que, em tempo curto, passará ele próprio a dinamizar.

Num período que se apresenta com prognósticos de grandes mudanças, no sentido de nos fazer aproximar dos modelos mais avançados do mundo dito civilizado, questionamo-nos hoje sobre o tipo de desafio colocado a instituições de Ensino Superior, na sua globalidade.

Maior é o desafio se nos colocarmos na óptica duma instituição de formação para o âmbito da intervenção cultural e social.

Se entendemos as Escolas Superiores de Educação como uma forma particular de estar no ensino, proponho então lançar três capacidades que deverão distinguir o aluno do Ensino Superior:

**A-** uma relação diferente com o ensino, considerando a maturidade pessoal que o aluno apresenta;

**B-** uma atitude crítica, que decorre dessa mesma maturidade e do acumular de conhecimentos;

**C-** uma prática de investigação paralela a toda a aquisição de conhecimentos, assumindo que qualquer um de nós é agente produtor de conhecimento.

**A-** O momento da vida do indivíduo que acede ao último nível de ensino, traz à escola o adulto que em tempo curto será lançado na vida profissional. O percurso, iniciado cerca dos 6-7 anos de idade, está em vias de ser completado.

Deste entendimento decorre o desenvolvimento de diversos sentimentos, reacções e atitudes que colocam o aluno em diálogo muito estreito com o professor.

A relação que se estabelece é a de adulto para adulto, de formando para formador.

O ambiente produzido a partir destes pressupostos é, sem dúvida, o de relações afectivas desenvolvidas entre iguais, a que não é estranho o entendimento de que em tempo curto todos nos ocuparemos de preocupações afins no âmbito da intervenção cultural e social.

A ESE torna-se assim num espaço escolar que deverá estar atento à promoção não só de transmissão e crítica de saberes, mas num espaço de gestão de vivências, experiências de vida, formação de profissionais. Numa palavra, a Escola Superior de Educação de Leiria é o espaço escolar que privilegia uma relação diferente com o ensino.

**B-** Por outro lado, a maturidade que se exige aos alunos do Ensino Superior fundamenta-se num acumular de conhecimentos, absorvidos no trajecto escolar e pessoal.

As experiências que cada um transporta consigo são diversificadas. No entanto, o grande esforço, as maiores energias eram canalizadas para produzir as mais altas classificações, no sentido de obter as melhores médias. Nesses objectivos se concentrava o futuro, a opção de vida.

Deste espaço limitado a que o aluno do secundário é aprisionado, decorre a formação do indivíduo a quem escapa o tempo para criticar e reflectir sobre a informação que vai adquirindo.

Produz-se o indivíduo que raramente está disponível para questionar o processo de formação em que se integra, para questionar os agentes dessa mesma formação.

O que irá mudar com a entrada no Ensino Superior?

Obviamente o que o aluno quiser!

É-lhe criado um espaço para organizar, ampliar, mas principalmente criticar todos os saberes que tem vindo a absorver. De agente passivo pede-se-lhe, mesmo que de forma não explicitada, que adquira o estatuto de formando activo, reflexivo.

O sistema em que se insere resulta da sua actuação e postura crítica.

Mas postura crítica só reside em indivíduos que se integram no Ensino Superior com práticas de acesso ao conhecimento que se distinguem do praticado no nível secundário. Isto é, o aluno deverá fazer o seu próprio percurso no sentido de se aproximar de práticas de produção de conhecimento.

**C-** Daqui partimos para o terceiro grande desafio que o Ens. Superior nos deve colocar:

a investigação passa a ser integrada não como uma prática para eleitos, mas antes como forma de intervir na produção de conhecimentos, conducente à formação de profissionais que caminham para o

aprofundamento da sua relação com a realidade em que actuam, assumindo-se como agentes transformadores.

A relação a estabelecer futuramente entre a investigação e a acção que cada um de nós, na sua área profissional, vai desenvolver, deverá ser experimentada, praticada, exactamente em instituições de Ens. Superior.

Afinal, se o despertar para a investigação já se iniciou para muitos, antes de chegarem a esta Escola, depois de passarem a integrá-la, cabe exigir-lhe que desenvolva junto dos alunos essa atitude que, na sua essência, mais distingue o Ens. Superior do nível anterior.

Pretende-se alertar os novos e os velhos alunos para o que devem esperar e exigir ao Ens. Superior e, concretamente, a esta Instituição.

Silenciou-se o que espera o Ens. Superior dos alunos. No caso particular de uma Escola de Educação e de Formação, para além duma atitude científica que se pretende desenvolver, como foi referido, as expectativas remetem-nos para o campo das atitudes.

Não há modelos a impor, há tão simplesmente um respeito na relação com os outros que se espera venha a ser, também ele, objecto de crítica.

*Dr.<sup>a</sup> Alda Maria Mourão Filipe*  
*(Ex-Vogal da 6.<sup>a</sup> Comissão Instaladora)*  
*(Ex-Presidente do Conselho Pedagógico)*

## Tempos Heróicos

Em 1986, dava eu aulas numa escola secundária da cidade. E com muito prazer o fazia.

Tinha, também, acabado nesse ano, em Coimbra, uma especialização em Ciências Documentais, curso sucedâneo dos anteriores de Bibliotecários-Arquivistas. Vira-me neste curso por aposta de brincadeira, sem ter objectivos claros do que fazer com ele. Dava aulas, o que me satisfazia e, talvez, um dia o pudesse aplicar numa escola. No entanto, anunciava-se a abertura da Escola Superior de Educação, lá para Outubro desse ano. Naturalmente, que já me havia passado pela cabeça a hipótese de uma biblioteca ali mas, igualmente deduzira que, possivelmente, já haveria alguém, apesar de na região de Leiria, os poucos bibliotecários-arquivistas que eu conhecia estarem a trabalhar em lugares estáveis.

Certo dia, contudo, fui contactado por quem me falou num provável interesse da ESEL. Após um primeiro encontro frustrado com a actual

directora, devido a um equívoco sobre o local combinado, lembro-me do encontro com a, então, Comissão Instaladora. E entrei.

Entreí ainda em Outubro, mas já com as aulas a decorrerem e algumas centenas de livros já dentro da biblioteca. Enfim, a biblioteca a ter que funcionar, com tudo para organizar, enfrentando os concertos iniciais de livre-acesso, as ideias pouco nítidas sobre informatização, com tentativas anteriores à minha chegada no velho DBASE 3 à margem das Regras Portuguesas de Catalogação. Mas, estavam lá a Elisa e a Teresa Sobral, autênticas mulheres de armas.

E logo em Outubro, outra novidade! Os primeiros passos para o aparecimento do PORBASE e da Rede Nacional de Bibliotecas. A necessidade pressentida em estar na crista da onda, a necessidade de convencer quem de direito, das vantagens deste novo programa quando, na verdade, estávamos num serviço em fase de arranque. E sobretudo por isto!

Chegavam as primeiras versões do PORBASE em protótipo. As dificuldades que tudo isto levantava! Até foram apagados registos à margem do nosso trabalho. Enquanto isso, a biblioteca crescia rapidamente, em número de aquisições, agregando nela apenas um técnico superior, duas administrativas com formação técnica local, mais "um-bravíssimo-um" computador de 1 MB RAM e 40 MB de disco. Era obra, tanto mais que se

mantinha a crença em dignificar e tornar a biblioteca gestora de si própria, responsabilizando-se, assim, perante a hierarquia da escola.

Outra crença, essa sim, foi plenamente conseguida. Tornar a biblioteca num dos espaços mais agradáveis da ESEL onde o estudo, professores, técnicos e alunos se cruzavam num enorme prazer de estar. Esta é, sem dúvida, a recordação mais grata que me ficou da ESEL, porque daqui me ficaram os amigos.

O PORBASE triunfou e entrou a Guida Quintela e se erros houve, de um me penitencio. Com a preocupação da transferência de dados para a Biblioteca Nacional, dentro do protocolo existente, o aproveitamento do excelente trabalho da Guida levou à catalogação exaustiva de cada livro. Hoje, limitar-me-ia, numa 1.<sup>a</sup> fase, a uma catalogação resumida, o que aceleraria de outra forma a recuperação do trabalho atrasado. Romantismos de início de carreira!

Saíram a Teresa Sobral e a Elisa, passaram a Iolanda, a Lena Campos, a Guida Bruno, todas de garra e a "vestirem a camisola" da biblioteca e entrou a modelar Laurinda, que ali se formou e ainda lá está, com a Guida.

Havia, ainda, a biblioteca do Pólo das Caldas, tão desprezada e com tantas dificuldades em a prezar. Havia a biblioteca do ex-Magistério desactivada à pressa e uma notável biblioteca infantil que não sobreviveu à instalação da Escola Superior de Tecnologia. Fogos cruzados e a biblioteca

da ESEL, com os seus poucos recursos, que em número de pessoal e de equipamento se mantinha o mesmo desde o início, a ter que forjar alternativas de recurso.

Durante cerca de 3 anos, a ESEL manteve a única biblioteca, entre Coimbra e Lisboa, aderente ao processo de informatização que se pretendia levar à Rede Nacional! E teve, apesar de tudo, um espaço enormemente apelativo aos estudantes e que integrava diversos eventos na área da dinamização cultural.

Em 1990 saí e permita-se-me dizer que, pelo menos em embrião, ali ficou o que poderia ser uma biblioteca-modelo se lhe viessem a dar meios para isso. De facto, o que veio a acontecer e foi exemplarmente aproveitado pelo Dr. Miguel Jerónimo.

Das opções sobre a política de gestão das bibliotecas da escola ou do Politécnico, muito interessantes discussões se iniciaram ainda no meu tempo. Mas, não é a mim que me cabe, agora, falar disso.

Estou, de facto, grato à ESEL pela experiência que me deu e pelos amigos que dali trouxe. E não esqueço quem comigo trabalhou, porque se criou uma alma.

Por outro lado, fica provado que falar do passado não é, apenas, nostalgia caduca, pois em 1986, foi o arranque da bela biblioteca que a

ESEL hoje tem e que, seguramente, há-de continuar a aproveitar, com quem nela trabalha.

*Dr. Acácio Fernando de Sousa*

*(Ex-responsável dos Serviços de Documentação e de Biblioteca)*

CONSELHO CIENTÍFICO CONSELHO ADMINISTRATIVO  
CONSELHO DIRECTIVO CONSELHO CONSULTIVO CONSELHO  
PEDAGÓGICO DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS DEPARTAMENTO DE EXPRESSÕES  
DEPARTAMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS ASSEMBLEIA DE  
REPRESENTANTES GINÁSIO REPROGRAFIA SECRETARIA  
LABORATÓRIO SERVIÇOS ACADÉMICOS AUDIOVISUAIS  
BIBLIOTECA INFORMÁTICA ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES  
DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA DEPARTAMENTO DE  
LÍNGUAS DEPARTAMENTO DE EXPRESSÕES DEPARTAMENTO  
DAS CIÊNCIAS SOCIAIS CONSELHO CIENTÍFICO CONSELHO  
PEDAGÓGICO CONSELHO ADMINISTRATIVO CONSELHO  
DIRECTIVO CONSELHO CONSULTIVO GINÁSIO SECRETARIA  
SERVIÇOS ACADÉMICOS REPROGRAFIA AUDIOVISUAIS  
BIBLIOTECA INFORMÁTICA LABORATÓRIO CONSELHO  
DIRECTIVO CONSELHO ADMINISTRATIVO CONSELHO  
CIENTÍFICO CONSELHO CONSULTIVO CONSELHO PEDAGÓGICO  
DEPARTAMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DEPARTAMENTO DE  
MATEMÁTICA DEPARTAMENTO DE EXPRESSÕES  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS SECRETARIA LABORATÓRIO  
SERVIÇOS ACADÉMICOS REPROGRAFIA GINÁSIO AUDIOVISUAIS  
BIBLIOTECA INFORMÁTICA ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS SECRETARIA LABORATÓRIO  
SERVIÇOS ACADÉMICOS REPROGRAFIA GINÁSIO AUDIOVISUAIS

## ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

## 10 anos de ESEL ... um passado recente

A Reforma do Sistema Educativo deu início a uma nova dimensão da formação superior em Portugal que teve a ver, entre outras coisas, com a introdução do ensino politécnico no quadro geral do ensino português e introduziu, por inerência, alterações no Ensino Básico e no sistema de Formação de Professores, nomeadamente de Educadores de Infância e de Professores do 1.º e 2.º Ciclos. Na sequência desta reforma foram sendo criadas, nas principais cidades dos distritos, várias escolas de ensino superior público, que substituíram os antigos Magistérios Primários, bem como aglutinaram outros cursos " médios " e " superiores " existentes, e que tiveram uma vocação regional: procurando dar resposta às necessidades das diversas regiões.

Assim, o ensino superior público no distrito de Leiria foi criado em 1973 pelo então Ministro da Educação, Professor Veiga Simão, através do Dec.-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, que definiu a rede de Institutos Politécnicos, entre os quais se encontrava o de Leiria. Sendo esta cidade a capital de um distrito em franco desenvolvimento económico com forte valor turístico (monumentos, grutas, praias, gastronomia, folclore, etc.),

justificou-se a sua criação como forma de dar resposta à crescente necessidade de formação para esta região, uma vez que este era um dos distritos do país com maior percentagem de jovens, sendo que apenas 2% da população possuía então formação de nível superior.

Contudo, como consequência da indecisão política que se seguiu ao 25 de Abril de 74 só em 1979, e de um modo parcial, foi concretizada a instalação do ensino superior público em Leiria com a criação da nossa escola, através do Dec.-Lei n.º 513/79/T, de 26 de Dezembro, a **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA (ESEL)**, tendo a sua 1.ª Comissão Instaladora tomado posse em 1 de Outubro de 1981. A lista das várias comissões instaladoras que passaram pela escola encontra-se em anexo (Anexo 1).

Mais tarde, esta e as outras escolas superiores foram sendo integradas nos Institutos Politécnicos, cujos principais objectivos eram o Ensino, a Prestação de Serviços à comunidade e a Investigação Aplicada. A criação do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) ocorreu a 16 de Agosto, através do Dec.-Lei n.º 303/80, integrando a ESE como primeira escola superior de todo o distrito de Leiria. Contudo, por a Comissão Instaladora do IPL não ter sido nomeada, a ESE continuou a funcionar de forma não integrada, o que só veio a alterar-se em Abril de 1987, quando passou a funcionar como escola integrante do IPL.

Efectivamente, só ao fim de 14 anos a instalação deste instituto entrou realmente em funcionamento.

Depois de ter estado todos estes anos em regime de instalação, a ESEL passou a regime de funcionamento normal no ano lectivo de 1995/96, tendo neste momento quase todos os seus órgãos eleitos, de acordo com os Estatutos do IPL.

O dia da Escola é comemorado a 9 de Novembro, data em que, no ano de 1979, o Governo deliberou a criação desta Escola.



Entrada principal do edifício sede da ESEL

Foto: Luís Henriques

A sua sede funciona na Rua Dr. João Soares, possuindo outras instalações em Leiria, no antigo Convento de Santo Estêvão e ainda um Pólo na cidade de Caldas da Rainha (Pavilhões do Parque D. Carlos I - Centro Hospitalar).



Foto: Luís Henriques

O Pólo de Caldas da Rainha foi criado em 1988 aquando da extinção da Escola de Magistério Primário desta cidade.

Nas actuais instalações, um edifício centenário propriedade do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha, funcionam os cursos de formação inicial de Educadores de Infância e de Professores do 2.º Ciclo, variante de Educação Visual e Tecnológica.

Os docentes, funcionários e alunos (cerca de 170) que desenvolvem o seu trabalho no Pólo, têm assistido a um esforço significativo por parte dos responsáveis da ESEL no sentido de disponibilizar os recursos necessários ao seu bom funcionamento.

A transitoriedade das instalações e o estado de conservação do edifício têm constituído fortes constrangimentos. Desde o primeiro momento que estes problemas aguardam uma solução que permita o alargamento do Pólo da Escola Superior de Educação e a sua afirmação, não só na cidade de Caldas mas também no sul do distrito de Leiria e em todo o Oeste.

Outra das instalações onde funciona a Escola Superior de Educação de Leiria (antigo convento de Santo Estêvão).



Foto: Luís Henriques

Fachada principal do antigo Convento de Santo Estêvão

## Órgãos da Escola

Para além do previsto na legislação aplicável, a orgânica da Escola rege-se, findo o período do regime de instalação, em primeiro lugar, pelos Estatutos da Autonomia do Ensino Superior Politécnico (Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro), em segundo lugar pelos Estatutos do IPL (Despacho Normativo 37/95, de 2 de Agosto), em terceiro lugar pelos próprios Estatutos da ESEL (Despacho 6/97, D.R. II Série, de 20 de Março de 1997 (Anexo 2) e, por último, pelos órgãos próprios da Escola.

### *Assembleia de Representantes*

É o órgão representativo da comunidade dos docentes, estudantes e pessoal não docente, com representantes eleitos por três anos, tendo como competências mais importantes a eleição do Conselho Directivo, a aprovação do orçamento e plano de actividades e a apreciação e discussão dos problemas fundamentais de orientação e funcionamento da vida escolar. Actualmente, o presidente deste órgão é o Professor Doutor José Brites Ferreira.

### ***Conselho Directivo***

É o órgão de gestão administrativa e financeira da Escola, sendo composto por 3 professores (um Presidente e dois Vice-Presidentes), um estudante e um funcionário não docente.

O actual e primeiro Conselho Directivo foi eleito pela Assembleia de Representantes em 28/11/96 e é Presidido pela Professora Doutora Maria Antónia Barreto, tendo como Vice-Presidentes a Dr.<sup>a</sup> Isabel Varregoso e a Dr.<sup>a</sup> Graça Mouga Poças Santos e como vogais a funcionária Maria do Rosário Morais e um aluno, Armando Salvador.

### ***Conselho Científico***

É o órgão de gestão científica e cultural da Escola, sendo composto por todos os Professores Coordenadores e Professores Adjuntos da Escola. Actualmente, o presidente deste órgão é o Professor Doutor Eduardo Fonseca.

### ***Conselho Pedagógico***

É o órgão de orientação pedagógica da Escola, sendo composto por

um igual número de representantes dos professores e dos estudantes. Actualmente, é presidido pela Professora Doutora Lúcia Oliveira.

### ***Conselho Consultivo***

É o órgão de ligação entre a Escola e as autarquias, as organizações profissionais, empresariais, culturais e outras relacionadas com as actividades da ESEL. Actualmente está em vias de ser constituído, dado ser um órgão inexistente durante o regime de instalação.

### ***Conselho Administrativo***

É o órgão de gestão administrativo da Escola, sendo composto pelo Presidente do Conselho Directivo, um dos Vice-Presidentes do mesmo, e pelo Secretário da Escola.

### ***Departamentos***

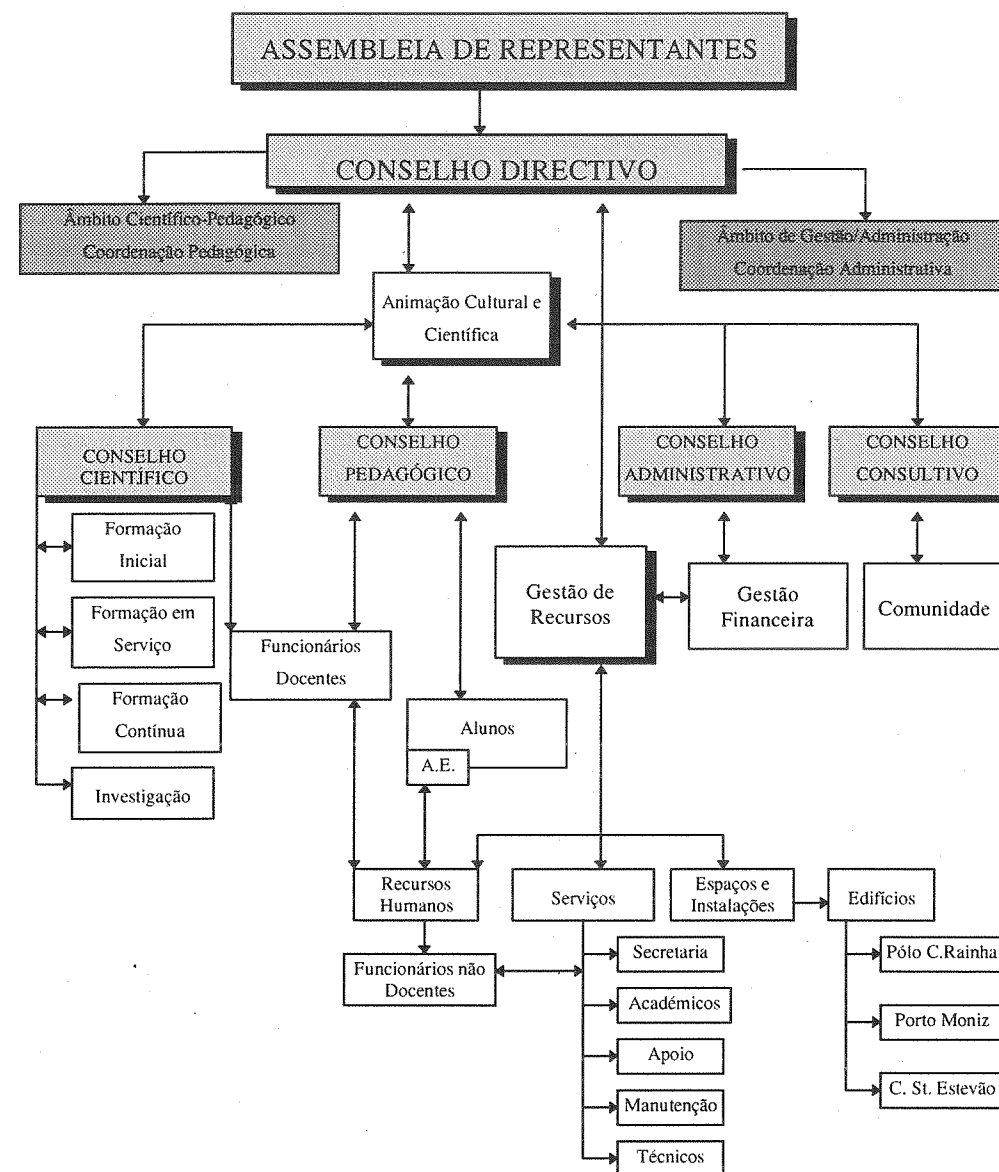
Os departamentos são unidades de organização científico-pedagógica e de gestão de recursos humanos e materiais que desenvolvem a sua actividade no âmbito dos objectivos gerais da ESEL.

Sem prejuízo de outros que venham a ser criados, os departamentos existentes na ESEL, e respectivos coordenadores, são neste momento os seguintes:

- Línguas e Literaturas — Prof. Doutor Eduardo Fonseca
- Matemática e Ciências da Natureza — Dra. Isabel Rebelo
- Expressões Artísticas e Educação Física — Dr. António Franco
- Ciências Sociais — Prof. Doutor José Brites Ferreira

Para melhor visualização do quadro orgânico e institucional da Escola, apresenta-se o respectivo organigrama:

### ÓRGÃOS, SECTORES E SERVIÇOS DA ESEL



## **Serviços da Escola**

### *Secretaria*

Este serviço depende do Conselho Directivo, ao qual presta apoio em todos os processos e assuntos de carácter administrativo e de serviço de pessoal. Por exemplo, correspondência e expediente, ordens de serviço, convocatórias, processos, férias, vencimentos, etc.

### *Serviços Académicos*

Este serviço depende do Conselho Directivo, ao qual presta apoio em todos os assuntos relacionados com o percurso académico dos alunos desta Escola. Por exemplo, matrículas, inscrição em exames, certificados, justificação de faltas, processos para equivalências, avaliação, etc.

### *Serviços Sociais*

No âmbito do IPL, estes serviços têm como objectivo tratar de todos os apoios de carácter social dos estudantes (bolsas e residências), gestão de cantinas e bares.

### ***Audiovisuais***

Dispõe de diversos meios e materiais audiovisuais para apoio às aulas e outras actividades da Escola, quer sejam utilizados no próprio local (sala de projecção), nas salas de aulas normais ou no exterior. Possui um regulamento de utilização. O funcionário responsável pelo sector é o Sr. Luís Barata.

### ***Biblioteca***

Inclui monografias, obras de referência, publicações periódicas, audiovisuais, *software* educativo, Internet, que podem ser consultados ou requisitados conforme regulamento próprio. Possui um "Guia do utilizador" que dá as informações necessárias para que os utentes deste serviço se possam orientar melhor. A responsável por este sector é a Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Pereira.

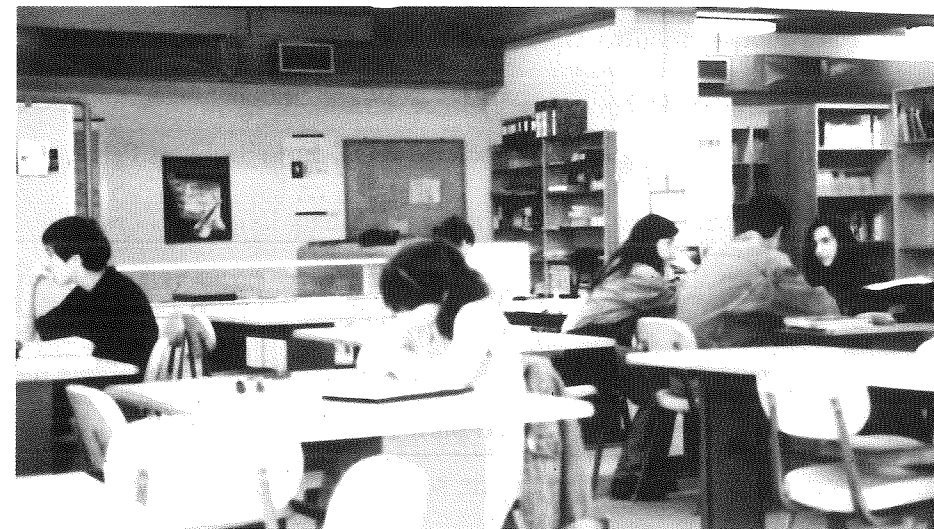


Foto: Luís Henriques

Biblioteca principal da ESEL

### ***Salas de Informática***

Dispõem de vários computadores e impressoras que podem ser no momento, se houver vagas, ou de acordo com requisição prévia. O funcionário responsável pelo sector é o Sr. João Vieira.

### ***Reprografia***

Realiza serviços de fotocópias, encadernações, *off-set*, etc. Os professores podem tirar fotocópias dos testes escritos, textos de apoio, e outro material do género, mediante requisição apropriada, disponível na

secretaria. Para qualquer outro caso funciona como serviço de fotocópias, havendo, no entanto, precedência para o serviço oficial. A funcionária responsável pelo funcionamento deste sector é a D. Maria de Jesus Pereira.

### **Laboratório**

Possui diferente material didáctico (para as disciplinas específicas da área de Ciências da Natureza, bem como para as disciplinas de Metodologia e para as Práticas Pedagógicas), que pode ser utilizado, quer na ESEL quer nas aulas de práticas pedagógicas dos alunos da variante, mediante a necessária requisição. A técnica responsável pelo laboratório é a D. Celeste Faria.



Foto: Luís Henriques

Laboratório de Ciências

### **Papelaria da Associação de Estudantes (A.E.)**

A A.E. tem ao dispor da escola um serviço de papelaria e reprografia, bem como duas máquinas de fotocópias com sistema de auto-utilização (com cartão), o qual pode ser adquirido ao balcão da papelaria. Para as provas de avaliação os alunos devem utilizar folhas próprias que podem adquirir neste sector. Os professores por vezes deixam, neste serviço, *dossiers* com material de apoio às aulas das diferentes disciplinas. A responsável por este sector é a D. Sílvia Nunes.

FORMAÇÃO INICIAL PROFESSORES DE 1º CICLO PROFESSORES DE  
2º CICLO EDUCADORES DE INFÂNCIA RELAÇÕES HUMANAS E  
COMUNICAÇÃO NO TRABALHO EDUCAÇÃO MUSICAL  
EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA  
PORTUGUÊS/INGLÊS MATEMÁTICA/CIÊNCIAS DA NATUREZA  
FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO EM SERVIÇO CESE  
ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR FORMAÇÃO  
PESSOAL E SOCIAL FORMAÇÃO EM SERVIÇO FORMAÇÃO  
CONTÍNUA CESE FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL ORGANIZAÇÃO  
E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR **CURSOS** FORMAÇÃO INICIAL PROFESSORES  
DE 1º CICLO PROFESSORES DE 2º CICLO EDUCADORES DE  
INFÂNCIA MATEMÁTICA/CIÊNCIAS DA NATUREZA EDUCAÇÃO  
MUSICAL EDUCAÇÃO FÍSICA PORTUGUÊS/INGLÊS EDUCAÇÃO  
VISUAL E TECNOLÓGICA RELAÇÕES HUMANAS E  
COMUNICAÇÃO NO TRABALHO CESE ORGANIZAÇÃO E  
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL  
FORMAÇÃO EM SERVIÇO FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO  
INICIAL PROFESSORES DE 1º CICLO PROFESSORES DE 2º CICLO  
EDUCADORES DE INFÂNCIA RELAÇÕES HUMANAS E  
COMUNICAÇÃO NO TRABALHO EDUCAÇÃO MUSICAL  
EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA  
PORTUGUÊS/INGLÊS MATEMÁTICA/CIÊNCIAS DA NATUREZA  
CESE FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO EM SERVIÇO  
FORMAÇÃO INICIAL PROFESSORES DE 2º CICLO

## Formação Inicial

Quando olhamos para trás, dez anos poderão parecer um tempo muito curto na vida de uma instituição formadora. Porém a nossa experiência subjectiva não será essa. Para quem viveu, *ab initio*, todo o processo de elaboração dos planos de estudo, da sua aprovação e das mil e uma vicissitudes da sua implementação, há muitas minudências significativas que considerará importantes e que dificilmente caberão no espaço que nos é dado para o referir. Procuraremos, então, meter o rossio na betesga, não mencionando ou, então, apenas aflorando questões que mereceriam uma atenção mais detalhada.

### *Os Planos de Estudo*<sup>(1)</sup>

Apesar de a Escola Superior de Educação de Leiria estar em condições de começar a formação inicial mais cedo e de, inclusivamente, ter já esboçados alguns planos de estudo de cursos que pretendia criar, só com a publicação da Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho, ficaram estabelecidos os

---

<sup>(1)</sup> Os planos de estudo podem ser consultados no Anexo 3

cursos a implementar nas escolas superiores de educação e as suas características gerais. Os cursos seriam, de acordo com a terminologia da época, os de educador de infância, professor do ensino primário e professor do ensino básico em diversas variantes. Por variantes, entendia esse diploma os diferentes grupos de docência do então ensino preparatório. O curso de professores do ensino básico tem, até ao final do bacharelato, uma estrutura comum ao dos cursos de professores do ensino primário, mas mais um ano lectivo de duração que habilita para a docência no ensino preparatório de uma especialidade.

Os formados pelos cursos criados ao abrigo desta portaria saem com uma habilitação profissional, não necessitando de efectuar, ainda, qualquer estágio. Trata-se, portanto, de cursos de formação integrada.

Também nessa portaria se definiam os diplomas conferidos aos alunos no final dos respectivos cursos: bacharel, no caso dos diplomados com o curso de educadores de infância e de professores do ensino primário, “diploma académico do curso de professores do ensino Básico” [Art.º 3.º, c)] para os diplomados com os cursos de professores do ensino básico numa variante.

A Portaria n.º 352/86 definia, ainda, o peso das diferentes componentes dos cursos, nomeadamente ciências da educação e prática pedagógica. Definia, igualmente, a carga horária mínima e máxima: entre

2250 e 2500 horas, para os cursos de educador de infância e professor do ensino primário e entre 3000 e 3300 para os professores do ensino básico.

Os planos de estudo que estavam a ser elaborados no âmbito do Conselho Científico da ESEL tiveram de ser adaptados ao figurino da Portaria n.º 352/86. Optou-se pela carga horária máxima possível. Esta opção permitiu a valorização da prática pedagógica e a não desvalorização das outras componentes. Quando comparamos os planos de estudo inicialmente publicados pelas diferentes escolas superiores de educação, verificamos que os da Escola Superior de Educação de Leiria estão entre os que maior carga horária total têm nos seus cursos e os que mais valorizam a prática pedagógica, sem que isso implicasse desvalorização da carga horária das componentes de formação específica e ciências da educação.

Na estrutura curricular então implementada, optou-se pela existência de disciplinas e de módulos. Por exemplo, a disciplina *Comunicação e Expressão não Verbais I: Corporal, Musical, Plástica*, do Curso de Professores do Ensino Primário, tinha os módulos *Elementos Estruturais de Artes e Ofícios I, Comunicação não Verbal e Aprendizagem Motora e Música I*. Porém, veio-se a verificar que a estrutura modular levantava alguns problemas à gestão do currículo, pelo que, na revisão seguinte, foi abandonada.

Também foram elaborados planos de estudo de cursos que não são de formação de professores: o Curso de Técnico de Relações Humanas e Comunicação no Trabalho e Curso de Turismo.

Foi feita uma revisão curricular dos cursos de formação de professores que foi entrando progressivamente em vigor a partir do ano lectivo de 1994/95. Passou a haver algumas disciplinas anuais, desapareceram algumas disciplinas e criaram-se outras. Ao nível da prática pedagógica foram introduzidas alterações profundas. Passou a haver maior carga horária das disciplinas de formação específica das variantes.

### *Implementação dos Planos de Estudo*

Os primeiros cursos que iniciaram o seu funcionamento em 1986/87 foram os de Educador de Infância, Professor do Ensino Primário e Professor do Ensino Básico, nas variantes de Português e Francês, Educação Física e Educação Visual<sup>(2)</sup>. Em 1987, iniciou-se o curso de Educadores de Infância no pólo de Caldas da Rainha. Em 1988, iniciou-se as variantes de Educação Musical e de Matemática e Ciências da Natureza. Em 1991, iniciou-se a variante de Educação Visual em Caldas da Rainha. A variante de Português e Inglês começou a ser leccionada em 1994 e a variante de Português e

Francês deixou de ser leccionada em 1995. Em 1996, deixou de se leccionar a variante de Educação Visual e Tecnológica em Leiria. Em 1993, inicia-se o curso de Relações Humanas e Comunicação no Trabalho. Em 1997, iniciar-se-á o curso de Turismo.

Foi implementada uma estrutura de coordenadores de cursos, sendo um deles o coordenador da formação inicial. Esta estrutura teve bastante importância na organização das práticas pedagógicas mas esteve e continua hoje esvaziada de poderes uma vez que nunca foram claramente definidas as suas funções.

### *Cursos e Alunos*

A Escola Superior de Educação de Leiria começou a sua formação inicial, em 1986/87, com 70 alunos. Em 1996/97 teve matriculados 792 alunos, mais de 10 vezes o número de alunos com que iniciou os primeiros cursos.

Os quadros seguintes mostram a evolução do número de alunos matriculados (Quadros 1 e 2) e de alunos diplomados (Quadro 3) no período temporal que se estende entre 1986 e 1996.

---

<sup>(2)</sup> A partir de 1993/94, a designação passa a Educação Visual e Tecnológica.

Construção de uma realidade: 10 anos de desenvolvimento

	1986/87				1987/88				1988/89				1989/90				1990/91			
	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º
Educador de Infância (Leiria)	20				19	18			17	16	18		18	15			25		19	
Ed. De Infância (Caldas da R.)					21				22	20			22	20	20		25	19	20	
Prof. E. B., 1.º Ciclo	20				19	18			17	16	18		18	15			25		19	
Prof. E. B., Port. e Francês	10				20	9			21	17	8		20	20	17	9	23	19	19	17
Prof. E. B., Educação Física	10																			
Prof. E. B., Educação Musical					1				1				1		8					1
Prof. E. B., Ed. Visual (Leiria)	10				19	5			18	14	5		22	12	14	11	28	14	12	14
Prof. E. B., Ed. Visual (CR)																				
Prof. E. B., Mat. e Ciências									17				17	17			30	18	16	
Prof. E. B., Português e Inglês																				

Quadro 1-Número de alunos inscritos nos cursos de formação inicial de 1986/87 a 1990/91

	1991/92				1992/93				1993/94				1994/95				1995/96			
	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	4.º
Educador de Infância (Leiria)	24	21	19		17	17			17			1								
Ed. De Infância (Caldas da R.)	21	21	18		25	23	19		16	22	24		9	19		21		10		
Prof. E. B., 1.º Ciclo	24	24			18	23			19		31	1	2		26	1				
Prof. E. B., Port. e Francês	24	19	19	21	23	19	21		23	22	2		24							
Prof. E. B., Educação Física	24	25	16	14	35	23	25	17	30	33	21	28	31	24	34	25	41	25	25	38
Prof. E. B., Educação Musical	9	8			16	7	8		13	7	8	7	12	6	23	5	12			
Prof. E. B., Ed. Visual (Leiria)*	22	20	14	15	34	15	21	14	21	14	27		1	22	20		2	21		
Prof. E. B., Ed. Visual (CR)*	21				26	12			57	20	11		40	82	31	44	1	20	38	21
Prof. E. B., Mat. e Ciências	27	25	18	17	48	21	22	21	87	32	19	39	20				26	37	82	45
Prof. E. B., Português e Inglês																	26	19		
Téc. De Rel. Hum. e Com. no Tr.									75				59	62			55	45	61	

Quadro 2-Número de alunos inscritos nos cursos de formação inicial de 1991/92 a 1995/96

\* Cf. a nota n.º 2.

No Quadro 3 vemos a evolução do número de alunos diplomados.

	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96
Educador de Infância (Leiria)	19	23	20	18	18	17		1
Ed. de Infância (Caldas da R.)		20	20	18	8	23	18	8
Prof. E. B., 1.º Ciclo	16	15	16	3	20	11	2	
Prof. E. B., Port. e Francês		9	15	18	15	16	22	1
Prof. E. B., Educação Física		11	11	11	17	23	20	27
Prof. E. B., Educação Musical			1			8	6	9
Prof. E. B., Ed. Visual (Leiria)*		11	14	12	16	21	20	18
Prof. E. B., Ed. Visual (CR)*							11	19
Prof. E. B., Mat. e Ciências				16	16	21	20	31
Prof. E. B., Português e Inglês								
Téc. de Rel. Hum. e Com. No Tr.								

Quadro 3-Número de alunos diplomados

*Outras instituições onde se realizou a formação inicial*

No âmbito da realização das práticas pedagógicas dos cursos de formação de educadores e de professores e do estágio do curso de Relações Humanas e de Comunicação no Trabalho, mais de duas centenas de instituições, da região de Leiria mas não só, colaboraram connosco, nomeadamente jardins de infância, escolas, organismos estatais e autárquicos, associações, museus e empresas.

### **Prática Pedagógica**

Não cabe no âmbito desta publicação um levantamento analítico de todas as actividades desenvolvidas no domínio das práticas pedagógicas ao longo da primeira década de funcionamento efectivo da Escola, pelo que se fará uma abordagem necessariamente breve, mas que se pretende impressiva, do seu enquadramento, objectivos, organização, supervisão e coordenação, assim como da ligação à comunidade.

De todo o modo não é tarefa fácil descrever, ainda que com brevidade, uma actividade de complexidade e variedade tão acentuadas.

Um dos principais aspectos distintivos do ensino ministrado nas ESE, e a que esta Escola tem procurado dar um particular realce, traduz-se na realização de práticas pedagógicas em instituições escolares e não escolares, em paralelo com a leccionação de outras disciplinas pedagógicas e científicas.

#### **Enquadramento normativo essencial das práticas pedagógicas**

Fundamental no arranque e na formatação inicial das práticas pedagógicas, foi a legislação publicada no ano de 1986, (DL n.º 59/86, de 21 de Março e Portaria n.º 352/86 de 8 de Julho). Este último diploma definia a prática pedagógica como “uma base de aprofundamento da formação das diferentes componentes do curso respectivo no sentido do desenvolvimento

das competências necessárias ao exercício dos diferentes aspectos que integram a função docente”, preconizando a realização de práticas pedagógicas “através de actividades diferenciadas ao longo do curso, em períodos de duração crescente e responsabilização progressiva”.

Posteriormente, novo normativo (Portaria 336/88, de 28 de Maio) veio a desenvolver a regulamentação desta importante componente pedagógica na formação de professores, estipulando vectores de concretização das práticas pedagógicas, nomeadamente, os objectivos das práticas pedagógicas, avaliação, locais de realização, escolha de professores cooperantes, etc.

#### **Objectivos, Caracterização e Organização das Práticas Pedagógicas**

Embora com cambiantes no seu efectivo funcionamento, resultantes da experiência entretanto adquirida, mantiveram-se constantes as principais finalidades que presidem a esta actividade escolar.

Deve sublinhar-se que as práticas pedagógicas incluem momentos de planificação, de observação/actuação e de reflexão/avaliação, assim como são realizados seminários interdisciplinares, ou outros, de preparação e acompanhamento das diferentes actividades das práticas pedagógicas, que estão incluídos nos respectivos programas destas disciplinas, de que fazem

parte também os objectivos, a organização de cada prática pedagógica, documentos de apoio, os intervenientes e suas funções, etc.

Podemos dividir estes dez anos de funcionamento da prática pedagógica (PP) em dois períodos fundamentais: antes e depois da reforma curricular da ESEL que entrou em vigor no ano lectivo 1994/1995.

Assim, no que respeita ao primeiro período, as práticas pedagógicas desenvolviam-se em 5 grandes momentos (PP I a PP V), no final ou no início de cada semestre, ao longo de todo o curso, organizadas de uma forma integrada e ocupando cerca de um terço do tempo dedicado à formação inicial, normalmente três semanas por semestre.

No que respeita à PP I (de 1986/1987 a 1993/1994), pretendeu-se que os alunos conhecessem instituições não escolares (centros de saúde, bibliotecas, autarquias, rádios e jornais locais, forças militares e de segurança, etc.) que se relacionassem directa ou indirectamente com a criança e a comunidade.

Quanto à PP II (de 1987/1988 a 1994/1995), esta teve como principal finalidade proporcionar aos alunos observação em instituições escolares da respectiva organização e da criança em acção no âmbito da educação pré-escolar e Ensino Básico 1.º e 2.º ciclos para melhor compreender a realidade educativa.

Já no que concerne à PP III (de 1987/1988 a 1994/1995), os alunos realizaram na sala de aula a observação/intervenção /colaboração em instituições escolares capaz de lhes permitir uma cada vez maior inserção na vida activa como professores.

Na PP IV (de 1988/1989 a 1995/1996) os alunos deviam integrar-se na dinâmica de trabalho de uma instituição e aí concretizar um projecto de observação/intervenção, descobrindo que a reflexão aberta sobre a realidade, a procura de fundamento teórico e a planificação adequada são caminho para uma acção educativa inovadora.

Por último, a PP V (de 1988/1989 a 1995/1996) pretendia proporcionar aos alunos as condições que lhes permitam assumir quase na totalidade a acção educativa em Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Este estágio decorria ao longo de quinze semanas.

No segundo período da década em análise, (pós 1994/1995 — reforma curricular), as práticas pedagógicas passaram a ser realizadas ao longo do ano lectivo, com carga horária diferenciada para os alunos dos cursos de professores do 1.º e 2.º Ciclos e educadores de infância, incluindo ainda a realização de uma prática, denominada da Especialidade, para os alunos dos cursos de formação de professores do 2.º Ciclo (6.º Semestre).

Assim, as práticas pedagógicas são actualmente três; a PP I (1994/1995), para além do que atrás ficou descrito, alargou o seu âmbito ao

conhecimento das instituições escolares; a PP II (1995/1996) passou a incluir ainda uma actuação capaz de lhes garantir a possibilidade de uma integração mais adequada na realidade escolar; finalmente a PP III (1996/1997) preconiza um reforço na reflexão sobre a realidade educativa e a procura de fundamento teórico para uma acção pedagógica inovadora.

Não é sem um certo orgulho que podemos registar a influência positiva que muitos dos nossos alunos têm levado aos estabelecimentos de ensino que os acolhem, testemunhada pelos próprios professores cooperantes, nomeadamente no tocante à elaboração, implementação e concretização dos projectos educativos das escolas.

#### **Acompanhamento pela ESEL da Prática Pedagógica: a Supervisão**

Os alunos em prática pedagógica são supervisionados por professores da ESEL que efectuam, por um lado, a ligação com os professores cooperantes e, por outro, desenvolvem tarefas de acompanhamento das actividades levadas a cabo no âmbito das práticas pedagógicas, variando em função das especificidades de cada uma destas.

Para além dos professores com formação equivalente ao grau para o qual os alunos se estão a preparar, fazem supervisão também os professores das áreas das ciências da educação e, quando necessário, recorre-se a outros docentes, profissionalizados em outras áreas científicas.

As suas funções podem ir do apoio teórico e metodológico, à planificação que os alunos tem de efectuar até à observação de aulas *in loco* e respectiva reflexão, partilha de experiências, passando pelo acompanhamento individual aos alunos e pela avaliação de relatórios, trabalhos, dossiers, etc.

Foram realizadas seminários (não tanto quanto os desejados) para os professores supervisores, com o intuito de promover a consciencialização das representações e atitudes sobre supervisão, a compreensão dos papéis e funções dos diferentes intervenientes no processo de supervisão, análise de atitudes e comportamentos facilitadores do estabelecimento de um clima afectivo — relacional positivo, debate sobre o papel do diálogo e da reflexão escrita na supervisão (estes aspectos foram enfatizados no seminário “O processo de supervisão centrado no clima e no diálogo”, dinamizado pela Professora Doutora Lúcia Oliveira).

#### **Entrosamento com a Comunidade**

Se a inserção da ESEL na comunidade é em geral desejável, ela é imprescindível na realização das práticas pedagógicas.

Deste modo, temos podido contar com a colaboração e o empenho de muitas instituições não escolares, designadamente nos campos da saúde, da

segurança e dos tempos livres, algumas delas trabalhando connosco desde o início do funcionamento da prática.

Também no que toca às instituições escolares tem sido gratificante a colaboração que tem sido possível obter da parte dos nossos colegas cooperantes, os quais se têm prontificado a complementar a acção pedagógica desenvolvida directamente pela ESEL, recebendo e apoiando os nossos alunos. Entre as funções que estão cometidas aos professores cooperantes destacamos as que incidem na criação de condições para a elaboração dos projectos de intervenção dos alunos abrangidos, viabilizando a sua implementação mediante processos de reflexão sobre a respectiva acção com vista à melhoria da sua actuação. De realçar também a sua participação, nalgumas práticas pedagógicas, no processo de avaliação dos alunos.

Dado não existir qualquer apoio específico, em termos financeiros, para os alunos realizarem as actividades da prática pedagógica, procura-se encontrar escolas o mais perto possível da ESEL, pelo que são prioritariamente escolhidas as situadas nos concelhos de Leiria e Marinha Grande, e Caldas da Rainha, para o respectivo pólo.

Tenta-se também que os alunos contactem com realidades diversificadas e, por isso, as práticas pedagógicas decorrem tanto em meio urbano como em meio rural e podem ser levadas a cabo quer em

estabelecimentos privados como públicos, sendo este último caso o mais frequente.

Na procura da mesma diversificação de experiências, são igualmente contactadas para cooperantes professores em diferentes fases das suas carreiras profissionais e através de uma progressiva inserção nos contextos das diversas práticas pedagógicas. Preferencialmente, os cooperantes com maior experiência e currículo profissional são afectados às práticas pedagógicas finais.

Complementarmente, a própria ESEL, aquando do arranque da experiência das práticas pedagógicas, procurou dar alguma formação adicional, mediante a implementação de acções de formação específicas para este tipo de tarefa pedagógica. Não tendo sido possível realizar periodicamente este apoio, sente-se no entanto a necessidade de o retomar a breve trecho.

Procuramos incentivar a colaboração dos cooperantes, para além de uma modesta gratificação financeira, através de um critério preferencial na sua admissão aos nossos cursos de estudos superiores especializados (CESE) e acções de formação.

Os professores cooperantes são uma componente determinante para a formação dos nossos alunos e do seu esforço desinteressado e empenhado

tem resultado um dos aspectos mais conseguidos da nossa relação com as escolas da região.

Por último, uma palavra singela de agradecimento é devida a todos os que colaboram para que as diversas práticas pedagógicas possam ser concretizadas, tanto no meio escolar como em outras instituições.

#### **A Coordenação das Práticas Pedagógicas: a Procura de um Fio Condutor...**

Com a finalidade de procurar uma integração harmónica das várias práticas pedagógicas entre si e no currículo global dos cursos, e para além de tarefas de carácter administrativo e logístico, foi criada uma equipa de coordenação das práticas pedagógicas realizadas tanto em Leiria como no Pólo de Caldas da Rainha (onde funcionam os cursos de Educadores de Infância e Educação Visual e Tecnológica).

Em ambos os casos as práticas pedagógicas baseiam-se no mesmo plano, naturalmente com adaptações necessárias às respectivas realidades locais.

As várias equipas que se sucederam no decorrer destes anos levaram a cabo a elaboração dos programas das práticas pedagógicas, articulando-os sempre que possível com os conteúdos das demais disciplinas científicas e pedagógicas dos diferentes cursos, num esforço de integração entre as várias componentes curriculares.

A nível logístico, a actividade de coordenação envolve tarefas tão díspares como o levantamento das escolas, o contacto com os professores cooperantes disponíveis para colaborar com a ESEL, a repartição dos estudantes por grupos e locais de estágio, a obtenção de colaboração dos supervisores, a ligação com as instituições não escolares, etc., tudo isto exigindo uma colaboração muito próxima com os órgãos institucionais da escola: Conselho Directivo, Conselho Científico e Conselho Pedagógico.

Talvez mais do que qualquer outra, a prática pedagógica, pela quantidade de pessoas e instituições envolvidas e pela confluência de várias vertentes do conhecimento, exige um esforço acrescido dos seus responsáveis, compensado pela constatação que anualmente se verifica de superação das dificuldades que sempre vão existindo, mas que é possível ultrapassar com êxito através da colaboração de todos, numa actividade que é um momento privilegiado na formação inicial de professores e em que são de realçar tanto os aspectos estritamente profissionais, como a dimensão social e humana.

#### ***Estágios do curso de R.H.C.T.***

Por força da adesão à União Europeia e de diferentes processos de globalização, colocam-se hoje às empresas e instituições empregadoras inúmeros desafios, exigências de competitividade, flexibilidade, rapidez de

reação e abertura, que começam a constituir mecanismos de selecção, determinando assim a sobrevivência ou extinção de muitas delas. Como resposta a tais exigências/desafios, há que pensar na formação, na qualificação de pessoas capazes de se integrarem em processos de melhoria e formação constante, onde o domínio de novas tecnologias, a polivalência, a participação e a autonomia, são traços fundamentais.

Foi neste contexto que foi criado o Curso de Técnico de Relações Humanas e Comunicação no Trabalho (RHCT), tendo como base a comunicação organizacional/assente em várias vertentes da vida económica/financeira de uma empresa/instituição.

A comunicação organizacional entendida numa perspectiva evolutiva e cultural, permite partilhar informação de forma a criar relações em ambientes destinados a gerir comportamentos orientados por objectivos, pois é através dela que se veicula a sua missão e os seus valores.

O curso RHCT não se restringe à comunicação organizacional em sentido estrito, mas também a conhecimentos específicos adoptados a diversas áreas, tais como: comercial, administrativa/financeira, aprovisionamento, produção e pessoal.

É um curso “jovem” na nossa escola, com 4 anos de existência, garantindo boas perspectivas aos nossos alunos, exigindo como tal, uma elevada média de admissão.

Resta afirmar que os nossos técnicos especializados nesta área tão diversificada, têm respondido a carências sentidas pelas empresas e instituições da nossa região, que os têm acolhido de uma forma progressiva.

## **Profissionalização em Serviço**

### *O enquadramento legal*

As actividades da Escola Superior de Educação de Leiria no âmbito da profissionalização em serviço têm-se desenvolvido no sentido de permitir uma reflexão sobre os princípios de natureza pedagógica que devem orientar este processo de formação, de acordo com o Decreto-Lei n.º 287/88 de 19 de Agosto. Este decreto-lei, ainda em vigor, vem possibilitar, às instituições do ensino superior, alguma autonomia na organização e no funcionamento das actividades de formação de professores em exercício e dando alguma estabilidade legal a esta vertente de formação. São dois os princípios estruturantes desta legislação: o reconhecimento da responsabilidade das instituições de ensino superior na formação de professores e a necessidade de constituição da escola como centro de formação e como comunidade educativa.

No seguimento destas orientações legais, a ESEL considerou as componentes Ciências da Educação e Projecto de Formação e Acção Pedagógica, como estruturantes dos 1.º e 2.º anos de formação.

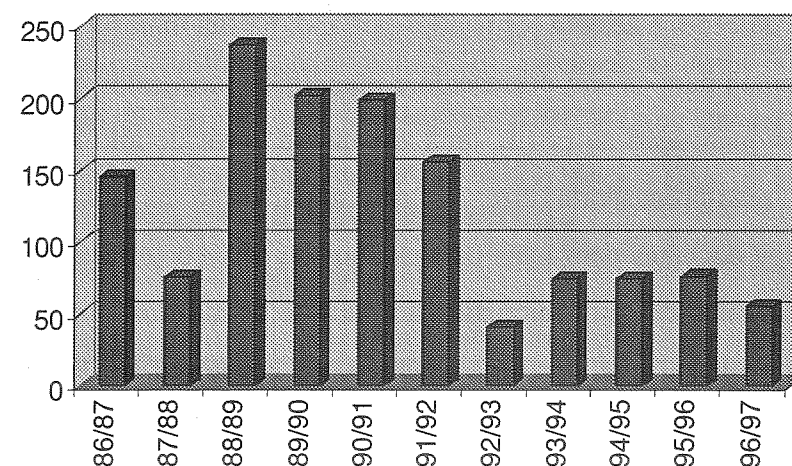
A componente de Ciências da Educação (1.º ano) desenvolve-se por módulos: Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Desenvolvimento Curricular e Metodologia Específica. Pretende-se que os professores formandos desenvolvam a capacidade de análise do processo de ensino-aprendizagem de uma forma teoricamente fundamentada tendo sempre como referencial as diferentes experiências docentes.

A componente Projecto de Formação e Acção Pedagógica (PFAP – 2.º ano) decorre na escola a cujo quadro o docente pertence e é da responsabilidade conjunta do professor em profissionalização, do conselho pedagógico da respectiva escola e da ESEL. A natureza e os conteúdos do PFAP são apresentados nos artigos 7.º, 8.º e 9.º do decreto-lei referido.

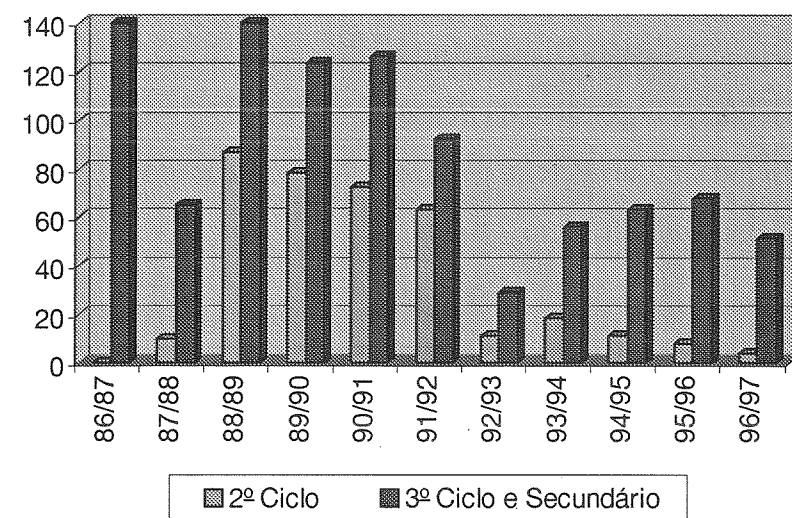
### *Um pouco de história*

As actividades na ESEL tiveram o seu início por volta de 1986, e, desde então, já aqui iniciaram a profissionalização mais de mil e trezentos professores dos quadros de nomeação provisória de praticamente todos os grupos disciplinares (Quadros 4 e 5).

**Quadro 4 - Total de formandos que iniciaram a profissionalização em serviço**



**Quadro 5 - Formandos que iniciaram a profissionalização por ciclos de escolaridade**



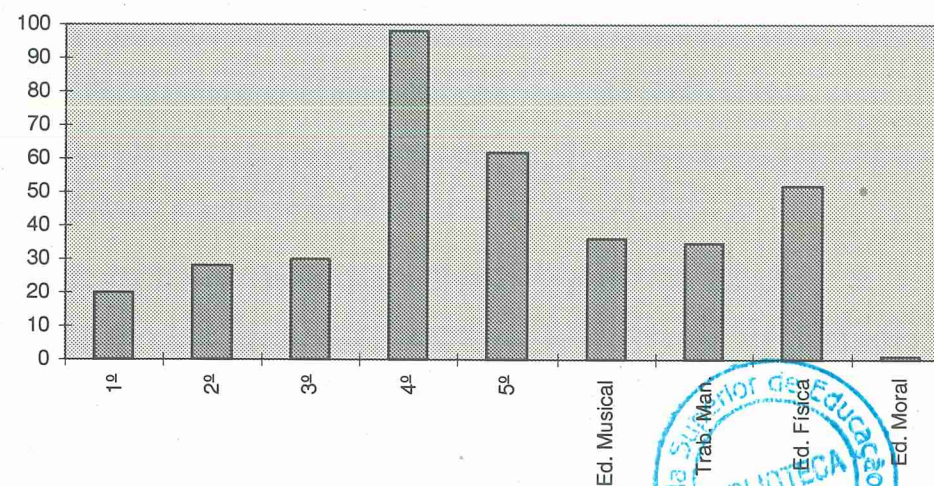
De 1986 até 1992 foram chamados a fazer a profissionalização na ESEL cerca de cento e setenta formandos por ano, na sua maioria do ensino oficial. De então para cá tem decrescido o número de formandos que fazem a sua profissionalização na ESEL, uma vez que, a partir do ano lectivo de 1991/92 se auto-propuseram fazer a profissionalização na Universidade Aberta muitos docentes com mais de seis anos de serviço. Apesar disso, a média de docentes em profissionalização situa-se acima dos sessenta por ano. Será de salientar que, contrariamente ao que aconteceu até 1992, uma parte significativa destes formandos lecciona no ensino particular e cooperativo, nomeadamente nas seguintes instituições:

- Instituto D. João V – Louriçal
- Instituto Educativo do Juncal
- Instituto Vasco da Gama - Ansião
- Externato Cooperativo da Benedita
- Colégio Dr. Luís Pereira da Costa – Monte Redondo
- Colégio Dinis de Melo – Amor
- Colégio Cidade Roda – Redinha
- Colégio João de Barros → Meirinhas

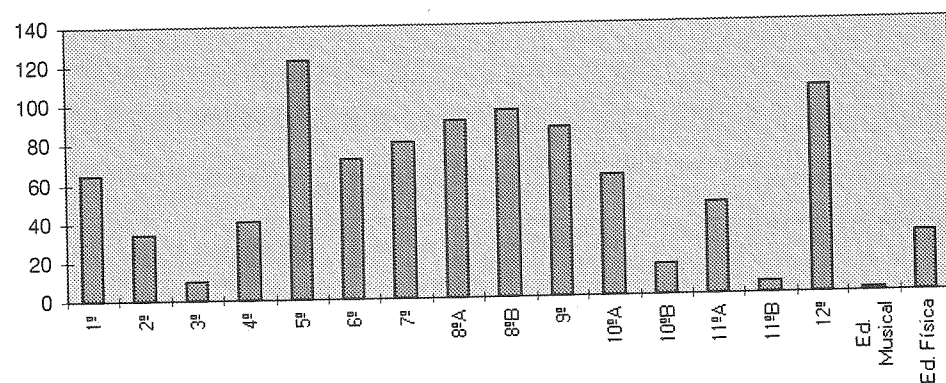
Apesar da maioria dos formandos em profissionalização leccionar no 3.º ciclo e secundário, será de referir que um terço do total dos formandos que passaram pela ESEL lecciona no 2.º ciclo.

Analisando a distribuição de docentes por grupos disciplinares (Quadros 6 e 7) verifica-se que de 1986/87 a 1996/97 o maior número de professores profissionalizados pela ESEL pertence às Artes Visuais, logo seguido do 12.º grupo que, a partir de 91/92, deixou de ser chamado à profissionalização. A Matemática (4.º grupo do 2.º ciclo e 1.º grupo do secundário) e o Português (3.º grupo do 2.º ciclo e 8.º grupo do secundário) são disciplinas que ao longo destes anos sempre tiveram professores em profissionalização.

Quadro 6 - Total de formandos do 2º ciclo por grupos de docência



Quadro 7 - Total de formandos do 3º ciclo por grupos de docência



## Formação Contínua

O projecto inicial das Escolas Superiores de Educação previa um forte empenhamento das mesmas na formação contínua de professores.

As profissões de hoje apresentam características bem diferentes das profissões do passado ainda não muito distante, o que obriga a uma permanente realimentação das mesmas no sentido de se desenvolverem capacidades de resposta a situações novas, numa palavra, às mudanças que caracterizam os contextos profissionais do mundo actual.

A formação contínua é hoje fundamental, na medida em que contribui para o enriquecimento e alteração dos trajectos profissionais, permitindo respostas de forma mais adequada às dificuldades e aos contextos profissionais com que se é confrontado.

Desde o seu início que a Escola Superior de Educação de Leiria procurou dedicar particular atenção a esta vertente da formação de profissionais de educação, desenvolvendo múltiplas actividades de formação contínua, tanto por iniciativa própria como em colaboração com diversas entidades, nomeadamente centros de formação de escolas, de sindicatos, de organizações profissionais e empresariais.

As acções de formação mais recentemente programadas e creditadas no quadro da formação contínua vêm indicadas em anexo (Anexo 4).

## Formação Especializada

Este ano lectivo a ESEL iniciará o funcionamento de três Cursos de Estudos Superiores Especializados (CESE): Organização e Administração Escolar (criado pela Portaria n.º 1036/93, de 15 de Outubro), Ensino Precoce das Línguas Estrangeiras (criado pela Portaria n.º 239/95, de 28 de Março) e Formação Pessoal e Social (criado pela Portaria n.º 274195, de 5 de Abril), cujos planos de estudos se apresentam em anexo (Anexo 5).

O primeiro CESE visa a formação de profissionais para o desempenho de papéis relacionados com tarefas de direcção, organização e gestão, designadamente em Instituições Escolares.

O segundo CESE tem como objectivo facultar aos professores do 1.º ciclo do Ensino Básico competências profissionais que lhes permitam proporcionar a iniciação de uma língua estrangeira.

O terceiro CESE pretende a formação de docentes que intervenham na Formação Pessoal e Social dos educandos, nas organizações escolares e na disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social.

A duração dos cursos é de dois anos, repartidos por quatro semestres. A candidatura, vagas, admissão, selecção, seriação, matrícula, inscrição, horário e encargos são fixados no edital do concurso de cada CESE.

O regime de frequência, avaliação de conhecimentos, transição de ano e precedências são fixadas pela ESEL.

MESTRADOS DOUTORAMENTOS PROVAS PÚBLICAS PROJECTOS INSTITUCIONAIS PROGRESSÃO ACADÉMICA MESTRADOS DOUTORAMENTOS PROVAS PÚBLICAS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROJECTOS INSTITUCIONAIS DOUTORAMENTOS MESTRADOS PROVAS PÚBLICAS PROJECTOS INSTITUCIONAIS MESTRADOS DOUTORAMENTOS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROVAS PÚBLICAS PROJECTOS INSTITUCIONAIS MESTRADOS DOUTORAMENTOS PROVAS PÚBLICAS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROJECTOS INSTITUCIONAIS DOUTORAMENTOS MESTRADOS PROVAS PÚBLICAS PROJECTOS INSTITUCIONAIS PROJECTOS MESTRADOS DOUTORAMENTOS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROVAS PÚBLICAS PROJECTOS INSTITUCIONAIS MESTRADOS DOUTORAMENTOS PROVAS PÚBLICAS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROJECTOS INSTITUCIONAIS DOUTORAMENTOS MESTRADOS PROVAS PÚBLICAS PROVAS PÚBLICAS PROJECTOS INSTITUCIONAIS MESTRADOS PROGRESSÃO ACADÉMICA DOUTORAMENTOS PROJECTOS INSTITUCIONAIS DOUTORAMENTOS MESTRADOS PROVAS PÚBLICAS MESTRADOS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROJECTOS INSTITUCIONAIS DOUTORAMENTOS PROVAS PÚBLICAS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROVAS PÚBLICAS DOUTORAMENTOS MESTRADOS PROJECTOS INSTITUCIONAIS MESTRADOS PROJECTOS INSTITUCIONAIS DOUTORAMENTOS MESTRADOS DOUTORAMENTO PROVAS PÚBLICAS DOUTORAMENTOS PROJECTOS INSTITUCIONAIS PROGRESSÃO ACADÉMICA PROVAS PÚBLICAS DOUTORAMENTOS

## INVESTIGAÇÃO/ FORMAÇÃO

## **ESEL: 10 anos de investigação e pós-graduação**

A criação das Escolas Superiores de Educação trouxe consigo um grande desafio: o desenvolvimento da actividade de investigação como fundamento da acção educativa e, necessariamente, da formação de professores.

Ao fim de dez anos, num momento em que se reflecte sobre o alargamento da acção das Escolas Superiores de Educação, cabe perguntar onde está a Escola Superior de Educação de Leiria, quanto ao desempenho da tarefa de investigação científica, que lhe foi atribuída com a sua criação.

Um dos indicadores relevantes que pode ser adoptado é constituído pela realização de trabalhos de investigação e pós-graduação em ligação à Escola.

Os números que manifestam esse desempenho são apresentados no quadro seguinte:

Teses de doutoramento	8
Teses de mestrado	33
Provas públicas para professor coordenador (de que resultou a apresentação de três lições e de duas dissertações)	5
Provas públicas para professor adjunto (com a apresentação das respectivas dissertações)	2

Encontram-se em desenvolvimento, tendo os respectivos projectos já sido aprovados pelos Conselhos Científicos das Faculdades, para além do Conselho Científico da ESEL:

4 mestrados

8 doutoramentos

A investigação potencia a reflexão. Esta deve estar presente no acompanhamento e desenvolvimento da aprendizagem em todos os níveis educativos (desde o nível de educação pré-escolar).

Para que os reflexos da investigação se possam sentir na actividade pedagógica é necessário que se estabeleça a ponte entre o conhecimento (o processo da sua contínua descoberta) e a aprendizagem.

A acção de investigação da ESEL desenvolveu-se em todas essas vertentes:

- A) a investigação em domínios científicos específicos,
- B) a investigação em ciências da educação,
- C) a investigação relativa à ligação entre o conhecimento descoberto e a sua aprendizagem (metodologia).

A repartição por estas três vertentes dos trabalhos já concluídos apresenta os seguintes resultados:

A: 9

B: 13

C: 27

Verifica-se que o domínio relativo à ligação entre o saber e a aprendizagem ocupa um lugar de relevo no conjunto da investigação desenvolvida.

Trata-se de um domínio que, pela sua natureza de ligação, coloca o investigador em contacto com o conhecimento científico que se produz nas

outras duas vertentes. Ele não pode alhear-se das descobertas científicas que se realizam na sua área disciplinar e tem de perspectivá-las em função da aprendizagem a realizar pelo aluno e dos factores que a condicionam.

Tal exigência garante a sua actualização científica. Por seu lado, a ligação à aprendizagem constitui a razão de ser da formação de professores.

A disseminação de resultados a partir da investigação encontra então duas vias:

— pela sua integração no processo de formação (quer inicial, quer contínua) dos educadores / professores;

— pelo envolvimento dos estabelecimentos escolares e outras entidades no processo de investigação, uma vez que está frequentemente presente uma dimensão de investigação-acção por meio da pesquisa de novas metodologias para construir o conhecimento.

As duas vias têm sido desenvolvidas pela ESEL. De facto, através da formação contínua, da realização das práticas pedagógicas nos estabelecimentos escolares, do desenvolvimento de projectos de investigação nas escolas, da aplicação de propostas pedagógicas, não estivemos sozinhos neste percurso de investigação que procurou traduzir-se cada vez mais em reflexão em todos os níveis de ensino. No nível de educação pré-escolar, no primeiro e segundo ciclos do ensino básico tivemos como motor os cursos de formação inicial. Em relação ao segundo e

terceiro ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, a nossa acção institucional esteve presente por meio da profissionalização em serviço e alargou-se à formação contínua e ao desenvolvimento de projectos de investigação.

Estes trabalhos deram origem a um número elevado de comunicações em seminários, artigos em revistas especializadas e monografias, para além da publicação de alguns livros.

A própria Escola Superior de Educação de Leiria tem vindo a dinamizar a divulgação de trabalhos de investigação através da sua actividade editorial.

## Pós-graduações e Provas Públicas

### *Doutoramentos*

BARBEIRO, Luís Filipe (1994). *Consciência Metalinguística e Expressão Escrita*. Braga: Univ. do Minho/Inst. de Educação. Tese de Doutoramento em Educação, Área de Especialização de Metodologia do Ensino do Português.

BARRETO, Maria Antónia (1992). *L'Opératon Régionale 'Aquitaine au Présent-Regards': Une Expérience Pédagogique Multi-Média dans les Domaines de la Communication, du Développement Cognitif et de l'Innovation, Étude de Cas*. Bordeaux: Univ. de Bordeaux II. Thèse de Doctorat en Sciences d'Éducation.

FERREIRA, J. Brites (1997). *Continuidades e Descontinuidades no Ensino Básico*. Lisboa: Univ. de Lisboa/Fac. de Psicologia e Ciências da Educação. Tese de Doutoramento em Educação, Área de Especialização de Organização e Análise do Ensino.

FONSECA, Eduardo (1996). *A Compreensão da Metáfora por Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário*. Braga: Univ. do Minho/Instituto

de Educação. Tese de Doutoramento em Educação, Área de Especialização de Ensino do Português.

OLIVEIRA, Lúcia (1996). *A Prática Reflexiva dos Professores e o seu Processo de Mudança: um Estudo no Contexto da Formação Contínua*. Aveiro: Universidade de Aveiro/Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa. Tese de Doutoramento em Didáctica, Área de Especialização de Supervisão e Formação.

SANTIAGO, Rui (1995). *Representações Sociais da Escola nos Alunos, Pais e Professores no Espaço Rural*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de Doutoramento em Educação, Área de Especialização de Psicologia da Educação.

SARAIVA, Alzira (1995). *Ideas about Growth in Portuguese Pupils, Student Teachers and Teachers*. Liverpool: Univ. de Liverpool. Tese de Doutoramento em Educação, Área de Especialização de Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza.

VIEIRA, Ricardo (1997). *Educação, Tradição e Mudança: Histórias de Vida, Práticas e Representações Sociais*. Lisboa: ISCTE. Tese de Doutoramento em Antropologia Social, Área de Especialização de Antropologia Económica.

### *Mestrados*

BARBEIRO, Luís Filipe (1986). *Estrutura Silábica do Português - O Papel da Sílabas na Análise dos Processos Fonológicos e Fonéticos*. Lisboa: Univ. de Lisboa/Fac. de Letras. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva - Fonologia.

BRITO, Maria Adalgisa (1995). *As Famílias e a Escola - Relação com a escola, Representações Sociais e aspirações à Educação em Famílias de Meio Rural*. Lisboa: Univ. de Lisboa/FPCE. Dissertação de Mestrado em Educação - Análise Social da Educação.

CARVALHO, Afonso (1994). *Desenvolvimento das Capacidades Motoras e Rendimento Motor: a Influência dos Contextos Rural e Urbano*. Lisboa: Univ. de Lisboa/FMH. Dissertação de Mestrado em Educação - Metodologia da Educação Física.

CRUZ, Maria das Dores Ladeira (1987). *Formação Inicial de Professores de Francês Língua Estrangeira: Análise de um modelo Integrado*. Aveiro: Univ. de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Educação - Ensino do Francês.

FARIA, Alcina S. (1997). *A Matemática ao Ritmo das Gerações - sua vitalidade, progresso e realidade*. Coimbra: Universidade de Coimbra/FPCE. Dissertação de Mestrado em Psicologia - Psicologia Pedagógica.

- FERREIRA, José Brites (1990). *Organização do espaço no Jardim de Infância: Subsídios para a Explicitação da Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Univ. de Lisboa/FPCE. Dissertação de Mestrado em Educação - Análise e Organização de Ensino.
- FILIFE, Alda (1988). *Comunidades Rurais do Interior do Distrito de Coimbra na 2.ª Metade do Séc. XVIII : Um Itinerário Económico e Social*. Coimbra: Univ. de Coimbra/Fac. Letras. Dissertação de Mestrado em História Moderna.
- FONSECA, Eduardo (1987). *A Compreensão da Metáfora por Crianças Portuguesas entre os 4 e os 10 Anos de Idade*. Braga: Univ. do Minho/Instituto de Educação. Dissertação de Mestrado em Metodologia de Ensino do Português.
- FONSECA, Graça (1995). *A Adjectivação no 'Early Modern English': 'The Comedy of Errors' e 'Hamlet' de Shakespeare*. Lisboa: Univ. de Lisboa/Fac. Letras. Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Americanos.
- LAMEIRAS, Edgar (1991). *O Recurso a Insectos na Valorização de Cereais*. Lisboa: Univ. de Lisboa/Fac. Ciências. Dissertação de Mestrado em Secreção Vegetal e Recursos Naturais Renováveis.
- MATOS, Rui (1997). *A Percepção da Máxima Distância Horizontal Saltável com Impulsão Bipedal - Relação com Variáveis*

*Antropométricas e Funcionais em Crianças, Adolescentes e Adultos Jovens*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/FMH. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento da Criança - Desenvolvimento Motor.

- NOBRE, Cristina (1990). *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo de Gonçalo Fernandes Trancoso: Um Texto Instrutivo do Século XVI*. Lisboa: Univ. de Lisboa/Fac. Letras. Dissertação de Mestrado em Literatura.
- OLIVEIRA, Américo (1993). *O Ciclo de Contos de Ogros na Tradição Oral Angolana*. Lisboa: Univ. Nova de Lisboa/FCSH. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura dos Países Africanos de Expressão Portuguesa.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia (1985). *Importance of Amount of Foreign Language Exposure on Language Improvement*. Boston: Univ. de Boston. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação - Didáctica do Inglês.
- PEREIRA, Maria Isabel Alves (1994). *A Linguagem LOGO e a Resolução de Problemas*. Coimbra: Univ. de Coimbra/FPCE. Dissertação de Mestrado em Educação.
- PEREIRA, Maria Isabel Varregoso (1994). *Ensino da Dança na Escola: Reconstrução e Aplicação do Repertório Expressivo Infantil*. Lisboa:

Univ. Técnica de Lisboa/FMH. Dissertação de Mestrado em Educação - Metodologia da Educação Física.

RAMOS, Luís Filipe (1995). *Romance de Temática Angolana e Discurso Político Durante o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Univ. de Lisboa/Fac. Letras. Dissertação de Mestrado em Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa.

REBELO, Isabel Sofia (1994). *Metacognição e Aprendizagem da Química*. Coimbra: Univ. de Coimbra/FCT. Dissertação de Mestrado em Ensino da Física e da Química.

ROCHA, Maria Isabel (1993). *A Didáctica da Matemática no Desenvolvimento Profissional dos Professores do 1.º Ciclo*. Lisboa: Univ. de Lisboa/Fac. Ciências. Dissertação de Mestrado em Educação - Metodologia do Ensino das Ciências/Ensino da Matemática.

RODRIGUES, Marina (1994). *O Conceito de Infinito em Futuros Professores de Matemática*. Aveiro: Univ. de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Educação - Supervisão.

SANTIAGO, Rui (1987). *Representações Sociais da Escola em Alunos na Situação de Insucesso Escolar (2.º Ano do E. B.)*. Aveiro: Univ. de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Educação - área de Psicologia da Educação.

SANTOS, Maria Graça (1993). *A Residência Secundária no Âmbito da Geografia dos Tempos Livres - O Caso de S. Pedro de Moel e Praia de Vieira de Leiria*. Coimbra: Univ. de Coimbra/Fac. Letras. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana (publicada).

SARAIVA, Alzira (1985). *The Area and Volume Ability of Eight Year Old Portuguese Students*. Boston: Univ. de Boston. Dissertação de Mestrado em Educação - Metodologia de Ensino das Ciências da Natureza.

SECO, Graça (1991). *O Auto-Conceito Escolar em Educadores de Infância: Um Estudo Transversal*. Coimbra: Univ. de Coimbra/FPCE. Dissertação de Mestrado em Educação.

SILVA, José Manuel (1985). *A National Survey on Portuguese Elementary Social Studies Curriculum*. Boston: Univ. de Boston. Dissertação de Mestrado em Educação - Metodologia de Ensino das Ciências Sociais.

SILVA, Pedro (1985). *Some Theoretical and Practical Reflections about a Community Education Process in Leiria, Portugal*. Boston: Univ. de Boston. Dissertação de Mestrado em Educação - Sociologia da Educação.

TERÇA, Olga (1985). *The Effect of Teaching Strategies on Student Outcomes*. Boston: Univ. de Boston. Dissertação de Mestrado em Educação - Metodologia de Ensino das Ciências da Natureza.

VIEIRA, Ricardo (1991). *O Ensino e a Aprendizagem entre a Escola e o Lar: Um Estudo de Caso*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/FCSH. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural e Sociologia da Cultura.

### *Provas Públicas*

BARBEIRO, Luís Filipe (1996). *O Jogo e o Ensino-Aprendizagem da Língua*. Leiria: ESEL. Lição - Provas Públicas para Professor Coordenador.

FONSECA, Eduardo (1995). *Análise Crítica dos Programas de Português do Ensino Básico*. Leiria: ESEL. Dissertação - Provas Públicas para Professor Coordenador.

FONSECA, Eduardo (1996). *Competências Expressivas do Professor de Língua Portuguesa do Ensino Básico: A Formulação de Perguntas e a Elaboração de Questionários*. Leiria: ESEL. Lição - Provas Públicas para Professor Coordenador.

OLIVEIRA, Lúcia (1997). *A Autonomia dos Alunos na Aprendizagem da Língua Inglesa*. Leiria: ESEL. Lição - Provas públicas para Professor Coordenador.

SARAIVA, Alzira (1997). *Uma Reflexão sobre a Aprendizagem e o Ensino segundo uma Perspectiva Construtivista*. Leiria: ESEL. Lição - Provas Públicas para Professor Coordenador.

CRUZ, Maria das Dores Ladeira (1993). Análise das Necessidades de Formação Contínua de Professores. Leiria: ESEL. Dissertação - Provas Públicas para Professor Coordenador.

CRUZ, Maria das Dores Ladeira (1993). Ensino-Aprendizagem da Escrita da Língua estrangeira para a Autonomia do Aluno. Leiria: ESEL. Lição - Provas Públicas para Professor Coordenador.

SILVA, António Franco (1997). Motricidade e Teorias da Aprendizagem - Fundamentos para a Acção Pedagógica. Leiria: ESEL. Dissertação - Provas Públicas para Professor Adjunto.

KOWALSKI, Maria Isabel (1995). O Jogo Dramático Espontâneo e o Desenvolvimento da Criatividade e da Educação Estética. Leiria: ESEL. Dissertação - Provas Públicas para Professor Adjunto.

### *Projectos de investigação (mestrados e doutoramentos) em curso*

Albertina Alves

Encontra-se a realizar um projecto de investigação conducente ao grau de mestre, na área da Criatividade, procurando fazer a articulação entre o Ensino e a Arte, a apresentar à Universidade de Santiago de Compostela.

Alda Mourão Filipe

Encontra-se a realizar um projecto de doutoramento, a ser apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Departamento de História) na área de História Contemporânea. A investigação versa “A Formação do Tecido Empresarial da região de Leiria (1836-1914)”.

Américo Oliveira

Encontra-se a realizar um projecto de doutoramento na área de Literatura e Cultura dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, a apresentar à Universidade Nova de Lisboa.

António Franco Silva

Encontra-se a desenvolver um projecto de investigação, com vista à obtenção do doutoramento, intitulado “A Educação Física no 1.º Ciclo - razões explicativas da sua inexistência”.

Celeste Frazão

Encontra-se a realizar um projecto de investigação com vista à obtenção de mestrado na área de Contabilidade e Finanças Empresariais a apresentar à Universidade Aberta, em Aveiro.

Cristina Nobre

Encontra-se a realizar um projecto de doutoramento sobre a figura literária de Afonso Lopes Vieira, a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Graça Santos

Encontra-se a realizar estudos preliminares com vista à apresentação de um projecto de investigação (conducente a Doutoramento) a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sobre a problemática do

Turismo religioso/peregrinações, numa perspectiva geográfica, tendo como exemplo principal o caso de Fátima.

Graça Maria Seco

Encontra-se em curso o trabalho de Doutoramento na área de Ciências da Educação (com especialização em Psicologia da Educação), inscrito na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, subordinado ao tema Satisfação Profissional dos Professores e Dimensões da Personalidade: Interacções (Des) Estruturantes?

José Manuel Silva

Encontra-se a realizar um projecto de doutoramento, a ser apresentado à Universidade de Évora, com o título provisório “A escola e as empresas. Parceria e formação nas escolas profissionais.”. Esta investigação visa obter um melhor conhecimento sobre a forma como as escolas profissionais organizam o seu processo formativo.

Olga Craveiro

Encontra-se a desenvolver um projecto de investigação com vista à obtenção do mestrado na área de Sistemas de Informação, com título provisório de “Integração de imagens com anotações numa base de dados

clínica”, no Departamento de Engenharia Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Pedro Silva

Encontra-se a realizar um projecto de doutoramento, a ser apresentado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, com o título provisório “Escolas, Professores e Famílias: uma Perspectiva Sociológica”, consiste num estudo etnográfico levado a cabo em 3 escolas públicas do 1.º ciclo no eixo Leiria — Marinha Grande, tendo como objecto de estudo a relação entre as escolas e respectivas famílias.

Rogério Costa

Encontra-se a desenvolver um projecto de investigação com vista à obtenção do mestrado em Probabilidades e Estatística, na área de Métodos Estatísticos — Séries temporais, a apresentar ao Departamento de Estatística e Investigação Operacional da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Este estudo baseia-se em observações relativas à quantidade de precipitação e caudais de cheias, pretendendo modelar a relação existente entre estas variáveis e prever futuras cheias.

ENCONTROS SEMINÁRIOS PUBLICAÇÕES PROJECTOS SEMINÁRIOS  
PROJECTOS ENCONTROS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS  
SEMINÁRIOS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS SEMINÁRIOS  
PUBLICAÇÕES SEMINÁRIOS ENCONTROS SEMINÁRIOS PROJECTOS  
SEMINÁRIOS ENCONTROS PUBLICAÇÕES PROJECTOS SEMINÁRIOS  
ENCONTROS SEMINÁRIOS PUBLICAÇÕES PROJECTOS SEMINÁRIOS  
PROJECTOS ENCONTROS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS  
SEMINÁRIOS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS SEMINÁRIOS  
PUBLICAÇÕES SEMINÁRIOS ENCONTROS SEMINÁRIOS PROJECTOS  
SEMINÁRIOS ENCONTROS PUBLICAÇÕES PROJECTOS SEMINÁRIOS  
ENCONTROS SEMINÁRIOS PROJECTOS SEMINÁRIOS PUBLICAÇÕES  
SEMINÁRIOS ENCONTROS PUBLICAÇÕES PROJECTOS SEMINÁRIOS  
PROJECTOS ENCONTROS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS  
SEMINÁRIOS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS SEMINÁRIOS  
PUBLICAÇÕES SEMINÁRIOS ENCONTROS SEMINÁRIOS PROJECTOS  
SEMINÁRIOS ENCONTROS PUBLICAÇÕES PROJECTOS SEMINÁRIOS  
ENCONTROS SEMINÁRIOS PUBLICAÇÕES PROJECTOS SEMINÁRIOS  
PROJECTOS ENCONTROS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS  
SEMINÁRIOS PROJECTOS PUBLICAÇÕES ENCONTROS SEMINÁRIOS  
PUBLICAÇÕES SEMINÁRIOS ENCONTROS SEMINÁRIOS PROJECTOS

**ACTIVIDADES**

## Publicações da ESEL

A mesa do Conselho Científico edita periodicamente uma Folha Informativa. Para além do carácter informativo, neste boletim procede-se à divulgação dos resumos dos trabalhos de investigação desenvolvidos na Escola.

A ESEL procedeu ainda, nestes últimos anos, à publicação dos seguintes volumes:

ESEL (Org.) — I Jornadas de Antropologia e Etnologia Regional. Leiria: ESEL, 1988

ALMEIDA, Leandro; SOUSA, Elizabeth e SANTIAGO, Rui (org.) — *Acção Educativa: Análise Psico-Social*. Leiria: ESEL/APPORT, 1990.

ALMEIDA, Leandro; SOUSA, Elizabeth e SANTIAGO, Rui (org.) — *Acção Educativa: Análise Psico-Social (II)*. Leiria: ESEL/APPORT, 1991.

CALEIRA, Lucinda; REBELO, Rosa (org.) — *Actas do 1.º Encontro Regional do Pólo de Leiria do Projecto Minerva*. Leiria: ESEL, 1993.

BARBEIRO, Luís; FONSECA, Eduardo; NOBRE, Cristina; MACHADO, Eugénia (org.) — *Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa*. Leiria: ESEL, 1993.

BARBEIRO, Luís; VIEIRA, Ricardo (org.) — *A Criança, a Família e a Escola. Vamos brincar? Vamos aprender?* Leiria: ESEL, 1996

BARBEIRO, Luís; VIEIRA, Ricardo (org.) — *Percursos de Aprendizagem e Práticas Educativas*. Leiria: ESEL, 1996.

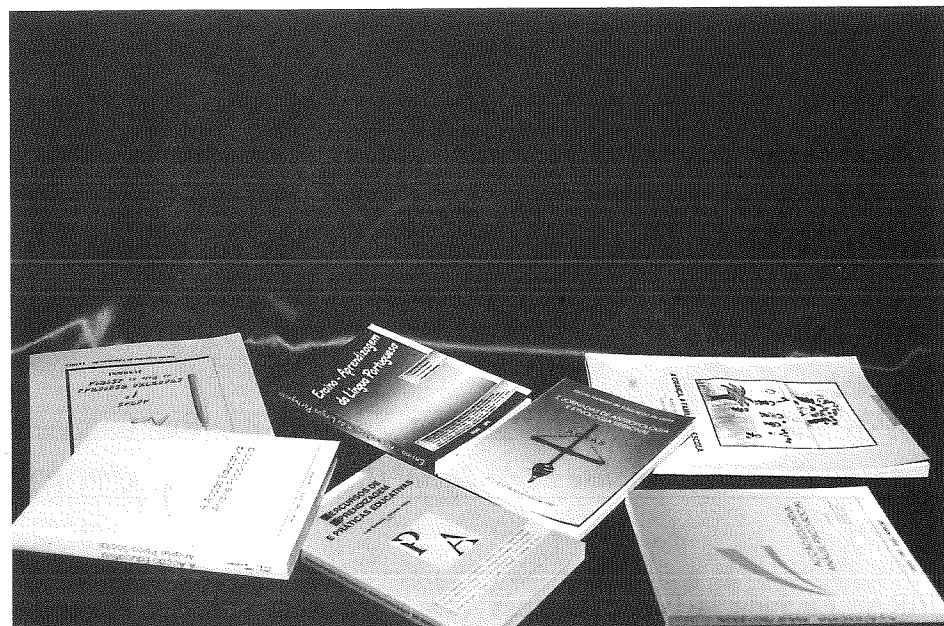


Foto: Luís Henriques

Publicações da ESEL

## Colaboração dos docentes em publicações de natureza científica ou académica

A formação do pessoal docente é marcada pela formação académica que tem vindo a ser realizada e que se encontra em curso, articulada com a participação em seminários, conferências, colóquios, congressos, etc. — que têm dado origem à apresentação de comunicações, e respectiva publicação.

Em relação ao horizonte temporal dos últimos dez anos, apresenta-se de seguida a lista das referências bibliográficas correspondentes a essa produção/colaboração:

BARBEIRO, Luís (1991) — *A Tarefa Metalinguística da Definição: Explicitação do Significado das Palavras*. In SEQUEIRA, Fátima (Org.). — *Linguagem e Desenvolvimento*. Braga: Instituto de Educação, Universidade do Minho.

BARBEIRO, Luís (1993) — *Linguagem: Experiência e Reflexão no Processo de Ensino-Aprendizagem*. In BARBEIRO, Luís Filipe [et al.] (Org.) *Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa*. Leiria: Escola Superior de Educação.

- BARBEIRO, Luís (1994) — A construção do texto entre a subjectividade e a objectividade. In *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL.
- BARBEIRO, Luís (1996) — Consciência metalinguística: as componentes de regulação, fundamentação e jogo no processo de escrita.. In BARBEIRO, Luís Filipe e VIEIRA, Ricardo (Org.) *Percursos de Aprendizagem e Práticas Educativas*. Leiria: Escola Superior de Educação.
- BOTELHO, Clara (1995) — Carlos Botelho - Os anos diferentes - Proposta para a exploração de uma exposição. In *Revista Imaginar*, N.º 22/23.
- CARVALHO, Afonso D. (1988) — Capacidade Motoras - Elementos Fundamentais do Rendimento Desportivo. In *Treino Desportivo*, nºs. 5, 6, 7, 8 e 9.
- CARVALHO, Afonso D. (1988) — Aprendizagem e Treino das Técnicas Desportivas. In *Horizonte*, Revista de Educação Física e Desporto, vol. 24.
- CRUZ, M. D. E. Ladeira da (1990) — O conhecimento do aluno como via para uma pedagogia diferenciada. In *Actas do Encontro Acção Educativa: Análise Psico-Social*- Leiria: ESEL/APPOR.
- CRUZ, M. D. E. Ladeira da (1991) — Vantagens e limites dos modelos institucionais de formação contínua de professores. In *Formação*

Contínua de Professores, Realidades e Perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- CRUZ, M. D. E. Ladeira da (1991) — Formação contínua centrada na Escola: contributos para uma análise das necessidades. In *Acção Educativa: Análise Psico-Social*. Leiria: ESEL/APPOR.
- CRUZ, M. D. E. Ladeira da (1995) — Formar no distrito de Leiria - Que Desenvolvimento? Leiria: Edição do Autor.
- CRUZ, M. D. E. Ladeira da (1997) — Formação de professores de Línguas Estrangeiras. Lisboa: M.E. - Instituto de Inovação Educacional.
- FARIA, M. A. (1994) — A identidade na adolescência. In *Ler Educação*, n.º7.
- FARIA, M. A. (1996) — A resolução de problemas em Matemática. In *Ler Educação*, n.º 13.
- FARIA, M. A. (1996) — Motivação dos alunos em contexto de sala de aula. In *Ler Educação*, (no prelo).
- FERREIRA, José Brites (1988) — Implicações Educacionais da Teoria de Robert Gagné. In *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXII.
- FERREIRA, José Brites (1990) — A aula de apresentação no início do ano lectivo vista por professores e alunos: aspectos de uma pesquisa. In

- ALMEIDA, Leandro, S., - *A Acção Educativa: Análise Psico-social*.  
Leiria: ESEL/APPORT.
- FERREIRA, José Brites (1991) — Formação de Educadores de Infância - estudo de três modelos de formação inicial, (em colaboração com G. L. MIRANDA e A. F. GOMES). In ALMEIDA, L., S. e OUTROS - *A Acção Educativa: Análise Psico-social*. Leiria: ESEL/APPORT.
- FERREIRA, José Brites (1991) — A organização do espaço no jardim de infância. In *Actas do Colóquio Internacional A Metodologia da Investigação em Educação*. Lisboa: AFIRSE/AIPELF.
- FERREIRA, José Brites (1992). Da reforma curricular aos novos programas do 1.º ciclo do ensino básico. In *Actes du II Colloque National de la section Portugaise de l'AFIRSE — Évaluation en Education*. Lisboa: AFIRSE/AIPELF.
- FERREIRA, José Brites (1993). As finalidades do 2.º ciclo do ensino básico: uma leitura à luz das suas componentes curriculares. In *Actes du III Colloque National de la section Portugaise de l'AFIRSE — Évaluation en Education*. Lisboa: AFIRSE/AIPELF.
- FERREIRA, José Brites (1995). A reforma curricular do ensino básico ou uma escola objecto de equívocos. In *Actes du V Colloque National de la section Portugaise de l'AFIRSE — Évaluation en Education*. Lisboa: AFIRSE/AIPELF.
- FERREIRA, José Brites (1995). O discurso dos programas de ensino: uma análise horizontal dos programas do 2.º ciclo do ensino básico. In *Ciências da Educação: investigação e acção - Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- FERREIRA, José Brites (1996) — Ensino básico e mercado de trabalho. Que competências/que saberes?. In *Actas do VII Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIPELF/AFIRSE*. Lisboa: AFIRSE PORTUGAISE.
- FERREIRA, José Brites (1996) — Escola e autonomia. In *Percursos De Aprendizagem e Práticas Educativas. Seminário Internacional*. Leiria:ESEL.
- FILIFE, Alda (1991) — Leiria: imagens da vida urbana através dos anúncios da imprensa local (1854-1910). *Actas do I Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*.
- FILIFE, Alda (1995) — A publicidade na imprensa local: imagens de um quotidiano. *Actas das Jornadas Internacionales Historia Contemporánea y nuevas fuentes*.
- FILIFE, Alda (1995) — Algumas reflexões a propósito do nosso passado recente: a memória por construir sobre o 25 de Abril de 1974. *O ensino da História*. Boletim da A.P.H. N.º 1/2, Fevereiro-Junho/95.

- FILIPE, Alda (1995) — Algumas reflexões sobre a implementação do ensino primário: Leiria na segunda metade do século XIX. *Actas do II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*.
- FILIPE, Alda (1996) — A construção histórica da Família: abordagem de um percurso. *In A criança, a família e a escola. Vamos brincar? Vamos aprender?* Leiria: ESEL.
- FILIPE, Alda (1996) — Uma reflexão sobre o programa de História e Geografia (2.º ciclo): realidade ou utopia? *O ensino da História*. Boletim da A.P.H. N.º 1/2, Fevereiro-Junho/95.
- NOBRE, Cristina (1993) — A Literatura e o Ensino da Literatura na ESEL. *In Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa*, ESEL.
- NOBRE, Cristina (1996) — O Jovem Poeta Afonso Lopes Vieira em O Districto de Leiria. *In Actas das Comemorações dos 450 anos de elevação de Leiria a Diocese e Cidade*, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Bib. Púb. e Arq. Dist. de Leiria, Nov/96.
- NOBRE, Cristina (1997) — O Espírito Literário da casa de S. Pedro. *In III Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região*.
- OLIVEIRA, Lúcia; SANTIAGO, Rui (1991) — Formação Contínua, Desenvolvimento Pessoal e Mudanças na Escola. *In Ciências da Educação em Portugal — Situação Actual e Perspectivas*. Porto: SPCE.

- OLIVEIRA, Lúcia; TERÇA, Olga (1991) — Supervisão da Prática Pedagógica e Desenvolvimento da Reflexão Crítica. In ALMEIDA, Leandro [et al.] (eds.) — *Acção Educativa: Análise Psico-Social*. Leiria: ESEL-APPOR.
- OLIVEIRA, Lúcia (1992) — O clima e o diálogo na supervisão de professores. *In Cadernos CIDInE 5*.
- OLIVEIRA, Lúcia (1994) — A narrativa no processo de desenvolvimento do professor. In TAVARES, J. (ed.) *Para intervir em Educação*. Colóquio CIDInE.
- REBELO, I. S.; PEDROSA, M. A.; VEIGA, J. S. (1995) — Estratégias Metacognitivas na Formação Inicial de Professores: um Estudo de Caso. *Educação em Ciências da Natureza - V Encontro Nacional de Docentes*, 9-11 de Fevereiro, Portalegre.
- RODRIGUES, Marina e JOÃO, Odete (1990) — Modelos construídos pelos alunos sobre o conceito de infinito. *In ACTAS DO PROFMAT 90* (pp149-165), APM, Lisboa.
- RODRIGUES, Marina (1996) — Psicogénese de um conceito e sua história: uma relação de paralelismo. *In Desenvolvimento Profissional dos Professores de Matemática - Que formação?* Lisboa: SPCE.

SANTOS, Graça (1993) — Nota acerca da Tese de Mestrado, publicado nos "Cadernos de Geografia" do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n.º 12

SANTOS, Graça — São Pedro de Moel e Praia da Vieira: proximidade geográfica mas diferente génese e evolução urbana", III Colóquio da História de Leiria e sua Região, Leiria 29 e 30/11/96 (as actas serão publicadas em breve).

SECO, G. M. (1993) — O auto-conceito escolar em educadoras de infância: um estudo transversal, Revista Portuguesa de Pedagogia Universidade de Coimbra, n.º 1, p.p. 119-139.

SECO, G. M. (1993) — O auto-conceito escolar na relação educativa em jardim-de infância, Cadernos de Educação de Infância. Lisboa: APEI, Julho/Setembro, p.p. 8-12.

SECO, G. M. (1996) — Adultos significativos: que papel na construção do auto-conceito dos seus educandos? *In* Vários, A criança, a família e a escola: vamos brincar, vamos aprender?, Leiria: ESEL.

SECO, G. M. (1996) — Adultos significativos: que papel na construção do auto-conceito escolar? *In* Vários, Educação de Adultos: Situação e Perspectivas, Coimbra, p.p. 453-458.

SILVA, José M. (1986) — "Perfil dos Professores a formar pelas escolas Superiores de Educação" *O Jornal de Educação*.

SILVA, José M., TERÇA, Olga (1988) — Ensino e Aprendizagem de Conceitos. *In Actas do 1.º Encontro Nacional de Didáticas e Metodologias de Ensino*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

SILVA, José M. (1993) — Ensino superior e desenvolvimento regional Textos do 1.º Congresso para o desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura - Que futuro?, Leiria.

SILVA, José M. (1995) — Competências autárquicas em matéria de educação e ensino. *In Ciências da Educação*, II volume, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Porto,.

SILVA, José M. (1995) — Ensino superior e desenvolvimento regional - a questão da universidade pública de Leiria e outros textos. Leiria: Livraria Arquivo.

SILVA, Pedro e VIEIRA, Maria Manuel (1986) — Clubes de Informática e Escolas: Primeira Fotografia de um Casamento. *In* J. Ponte (Org.), *Actas do Seminário Sobre o Computador no Ensino*, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Departamento de Educação, Projecto Minerva.

SILVA, Pedro; DAVIES, Don *et al.* (1989) — *As Escolas e as Famílias em Portugal - Realidade e Perspectivas*, Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, Pedro (1991) — Pais Difíceis de Envolver na Educação Escolar dos seus Filhos. *In Escola e Comunidade*, 63-73, Setúbal: Escola Superior de Educação.

SILVA, Pedro (1991) — A Sociologia da Educação e a Relação Escola-Família. *In O Professor*, n.º 22 (3.ª série), Novembro, 51-53, Lisboa: Editorial Caminho.

SILVA, Pedro (1992) — Escola-Família: Relações, Colaborações e Outras Questões... *In Educação Participada*, n.º 2, Boletim do Instituto para a Educação Participada.

SILVA, Pedro (1992) — A Escola e as Tecnologias da Informação. *In Actas do 1.º Encontro Regional do Pólo de Leiria do Projecto Minerva*, Leiria: Escola Superior de Educação.

SILVA, Pedro (1993) — Relação Escola-Família? Naturalmente, Mas..., *Educação e Ensino*, Ano 5, n.º 7, Abril-Maio, 21-26, Setúbal.

SILVA, Pedro (1993) — Escola-Família, Uma Relação Armadilhada?, *Ensaios de Educação Participada* n.º 11, 1993, Instituto para a Educação Participada e ESES, n.º 5, Janeiro de 1994, 23-30, Santarém: Escola Superior de Educação.

SILVA, Pedro (1994) — Relação Escola-Família em Portugal 1974-1994: Duas Décadas, Um Balanço, *Inovação*, Vol. 7, N.º 3, 307-355, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

SILVA, Pedro (1994) — Recensão do livro de Stephen Stoer e Helena Araújo, *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (Semi)periferia Europeia*, Lisboa: Escher, 1992, *Educação, Sociedade & Culturas*, N.º 1, 185-197, Porto: Afrontamento.

SILVA, Pedro (1996) — Pais-professores: uma relação em que uns são mais iguais do que outros?. *In P. Silva, C. Rocha e R. Vieira, Diálogos sobre o Vivido "A Relação Escola-Família"*, *Educação, Sociedade & Culturas*, N.º 6, 179-190, Porto: Afrontamento.

SILVA, Pedro (1996) — Escola-Família, Uma Relação entre Culturas. *In L. Barbeiro e R. Vieira (Orgs.) A Criança, a Família e a Escola: Vamos Brincar? Vamos Aprender?*, 21-30, Leiria: Escola Superior de Educação.

SILVA, Pedro e VIEIRA, Ricardo (1996) — A Dialogue Between Cultures: A Report of School-Family Relationships in Pinhal do Rei Elementary School. *In D. Davies e V. Johnson (Eds.)*

- Crossing Boundaries - Multi-National Action Research on Family-School Collaboration*, Center on Families, Communities, Schools & Children's Learning, Report N.º 33, Janeiro, 47-68.
- SILVA, Pedro; VIEIRA, Ricardo *et al.* (1996) — Crossing Boundaries With Action Research: A Multinational Study of School-Family-Community Collaboration, *International Journal of Educational Research*, Volume 25, N.º 1, 75-105.
- SILVA, Pedro (1997) — Recensão dos livros de Carol Vincent, *Parents and Teachers - Power and Participation*, Londres: Falmer Press, 1996, 182p e Mary Henry, *Parent School Collaboration - Feminist Organizational Structures and School Leadership*, Albany: State University of New York Press, 1996, 229p, *Educação, Sociedade & Culturas*, N.º 7, 193-196, Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, Ricardo (1988) — Historial do museu de etnologia de Albergaria dos Doze. In *Colecções e Museus Locais - zona centro*. IPPC.
- VIEIRA, Ricardo (1988) — As ideias e as coisas - recolha, identificação e registo duma exposição etnológica. In *Colecções e museus locais - zona centro*, IPPC.
- VIEIRA, Ricardo (1989) — A Festa - Símbolo e auge da oposição entre duas comunidades. In *Actas das I Jornadas de Antropologia e Etnologia Regional de Leiria*, Leiria.
- VIEIRA, Ricardo (1991) — *Albergaria dos Doze: um passado para conhecer, um presente a viver, que futuro iremos ter?* - Publicação da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal.
- VIEIRA, Ricardo (1992) — Entre a escola e o lar: o currículo e os saberes da infância. Lisboa: ESCHER.
- VIEIRA, Ricardo (1994) — Recensão crítica do livro *Les histoires de vie de Gaston Pineau e Jean-Louis Le Grand*, PUF, *Que sais Je?*, Paris, 1993. In *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º2. Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, Ricardo (1994) — Diálogos sobre o vivido: sistema de avaliação dos alunos do básico. In *Educação, Sociedade e Culturas*. N.º 1. Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, Ricardo (1995) — Mentalidades, Escola e Pedagogia Intercultural. In *Educação, Sociedade e Culturas*. N.º 4. Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, Ricardo (1996) — Da Infância à Aduldez: O reconhecimento da diversidade e a aprendizagem da interculturalidade. In ITURRA, Raul (Org.). *O Saber das Crianças*. Setúbal: ICE.

VIEIRA, Ricardo (1996) — Histórias de vida e práticas educativas. In BARBEIRO, L. e VIEIRA, R. (org.) — *Percursos de Aprendizagem e Práticas Educativas*. Leiria: ESEL

VIEIRA, Ricardo (1996) — Professores e Pais: diálogo de surdos e relações de poder na comunicação. In *Educação Sociedade e Culturas* n.º 6. Porto: Afrontamento.

VIEIRA, Ricardo (1997) — Histórias de vida e etnografia na análise das representações e práticas dos professores. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto.

## Projectos desenvolvidos a nível institucional

Para além dos projectos em curso correspondentes à investigação com vista à obtenção de graus académicos, designadamente mestrados e doutoramentos, estiveram em curso, tendo em conta o horizonte temporal dos últimos anos, diversos projectos com incidência nas componentes de investigação, inovação e de relação com a comunidade. Alguns deles são:

- Reinserção dos Filhos de Ex-Emigrantes no Sistema Educativo Português\* (1985 a 1992)
- Desenvolvimento da Expressão Escrita\*\* (1991 a 1995)
- Análise das Necessidades de Formação dos Professores do 2.º Ciclo do Ensino Básico do Distrito de Leiria \*\*\* (1991 a 1994)
- Construção de um banco de dados sobre países africanos (Confluências) \*\*\*\* (1995 e 1996)

Estes projectos tiveram apoios de:

- \* UNESCO
- \*\* FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
- \*\*\* INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL
- \*\*\*\* UNIÃO EUROPEIA

## Projectos desenvolvidos em parceria com outras entidades

A colaboração da ESEL desenvolve-se por meio da participação de docentes nos trabalhos do projecto.

- Teoria Curricular e Metodologias Específicas (IIE)
- Métodos de Ensino e Estratégias de Aprendizagem de Conteúdos de Química a nível Universitário e Secundário (Univ. Coimbra)
- Ensinar a Escrever — Teoria e Prática (Univ. do Minho)
- Novos Materiais Didácticos para uma Nova Educação em Ciências (Univ. de Aveiro)
- Estudo intercultural sobre “A representação do professor das Universidades/Escolas de Educação (LÉADRE, Canadá) — (de 1990 a 1992)
- A passagem da mente cultural ao pensamento letrado: o processo do insucesso escolar (JNICT) — (Out/90 - Out/93)

- A análise sociológica e antropológica dos saberes da Infância (JNICT/ISCTE/ École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris) — (Abril 1992)
- Projecto de colaboração “Escola-Família” (IPEE/ League of Schools Reaching Out do Institut for Responsive Education) — (1992/93 e 1993/94)
- A transgressão e a aprendizagem (JNICT/ISCTE/ École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris) — Janeiro 1994.
- Formação de professores para a relação Escola-Família (ISCTE/École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris/ESE de Castelo Branco) — (iniciado no ano lectivo de 1997/98).
- A Astronomia nas Escolas /MCT/CML/Outras escolas do concelho)

## A Experiência da Biblioteca Infantil e Juvenil da ESEL

A Biblioteca Infantil e Juvenil da ESEL foi fundada em 1978, na Escola do Magistério Primário. A sua fundação e dinamização inicial fizeram parte de um projecto de dinamização de Literatura Infantil e Juvenil concretizado por um grupo de professores da escola, coordenados e dinamizados pelo Dr. Rui Veloso, então professor de Português e Literatura Infantil na referida escola.

A partir do ano lectivo de 1988/89, foi integrada pela Comissão Instaladora da ESEL no seu Centro de Recursos, dependendo directamente da Biblioteca Central, e funcionou, no rés-do-chão do Convento de Santo Estêvão (ex-Magistério Primário). O espaço e os recursos existentes possibilitaram a concretização de actividades de animação da leitura e do livro cujo organigrama é exposto na Fig. 1.

O plano de actividades foi proposto por uma professora do 1.º Ciclo, destacada como animadora da Biblioteca, ao grupo de professores de ESEL que se constituiu como Grupo Consultivo, e que acompanhou o desenvolvimento das actividades ao longo dos seus dois anos de

funcionamento e teve como finalidade divulgar junto da comunidade educativa as potencialidades da Literatura Infantil e Juvenil. As actividades desenvolvidas dirigiram-se a crianças (do pré-escolar até ao 2.º Ciclo do Básico), educadores e professores, pais e comunidade geral.

De entre os Projectos de Intervenção desenvolvidos destacamos o “atelier” denominado “Da matéria prima ao livro”, cujo videograma se encontra disponível na Biblioteca da ESEL.

Esta actividade desenvolveu-se com uma turma do 2.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico, ao longo de três sessões de duas horas cada.

Iniciou-se com a exploração dos livros existentes na Biblioteca, passou pela realização de alguns jogos exploratórios da expressão e criação verbais e, em seguida, pela criação, em grupo, de uma história que viria a ser fixada no livro que, para a grande maioria destas crianças foi o primeiro totalmente elaborado por elas próprias. Reciclagem de papel, técnicas de impressão e ilustração foram posteriormente experimentados. Composta a capa e as folhas interiores, as crianças procederam no final à encadernação das folhas elaboradas, por um processo simples. Ficou assim concluído o livro “A banana mágica” que este grupo construiu e que, totalmente elaborado nos espaços da Biblioteca Infantil e Juvenil, iniciou grande número de crianças na aventura da descoberta dos livros e da leitura.

Gostaria ainda de referir que realizámos este “atelier” inúmeras vezes, a solicitação de educadores e professores, de crianças do pré-primário ao 2.º Ciclo, sempre com assinalável êxito junto destas e dos seus professores.

Até 1990, data em que o espaço disponível para a Biblioteca passou a ser utilizado pela ESTG, tendo todo o seu equipamento transitado para a Biblioteca Geral da ESEL, a animação da leitura fez-se à volta de três grandes tipos de actividade: atendimento de crianças e jovens que o solicitaram ; atendimento e animação de visitas de crianças em grupo/turma ( do pré-escolar, ao 2.º ciclo) e sensibilização da comunidade educativa para a importância da leitura. A Biblioteca Infantil constituiu-se ainda como pólo aglutinador de experiências na área de animação da leitura levadas a cabo por alunos dos Cursos de Formação Inicial de Professores que frequentaram a ESEL.

O encerramento do espaço da Biblioteca Infantil, dificultou, como é óbvio, todo o trabalho de animação que um recurso deste tipo possibilitaria. Desde 1990 que temos procurado manter viva uma tênue chama de esperança de reabrir noutro espaço, com dinâmicas novas, mantendo as finalidades iniciais sempre actuais contribuir para o desenvolvimento do gosto pela leitura dos mais novos.

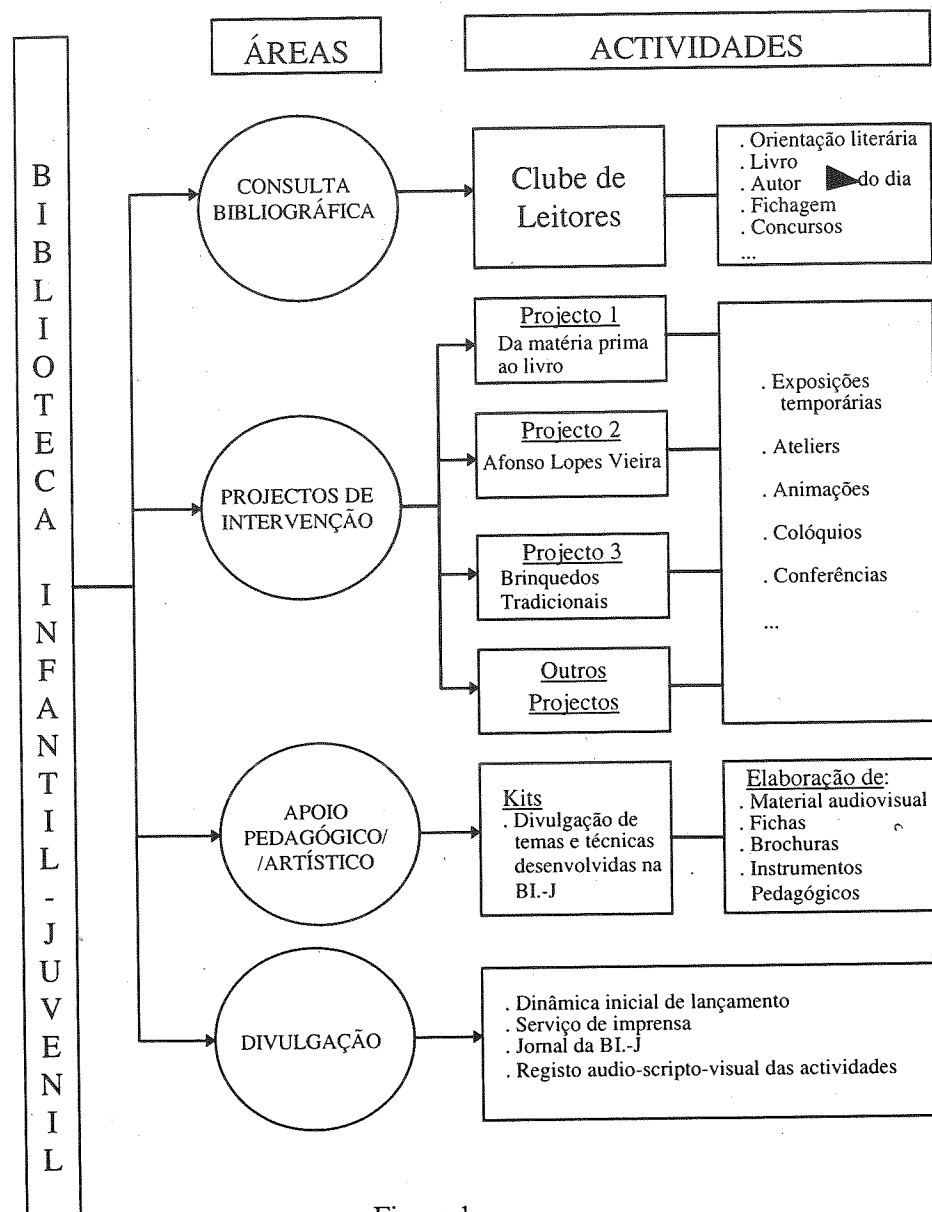


Figura 1

## Projecto Minerva

O Projecto Minerva - Meios Informáticos no Ensino, Racionalização, Valorização, Avaliação - foi criado pelo Despacho Ministerial 206/ME/85 e surge em Leiria no ano lectivo 1988/89 como um Núcleo, através de protocolo celebrado entre o Pólo do Projecto Minerva da Universidade de Coimbra e a Escola Superior de Educação. No ano seguinte, 1989/90, o Núcleo passa formalmente a Pólo, com sede na ESEL. Esta situação mantém-se até 1993/94, ano em que o Projecto é dado, a nível nacional, por terminado.

O Projecto visava essencialmente formar professores para a utilização de computadores no ensino, quer em situação de sala de aula, quer a nível de escola (por exemplo, através de Clubes de Informática). Para tal privilegiou-se as acções de formação e o apoio aos projectos desenvolvidos pelos professores nas suas escolas. A formação abrangeu não apenas o aspecto "técnico" - domínio do equipamento e *software* usado (processadores de texto, bases de dados, programas de edição electrónica, de desenho, linguagem LOGO, telemática, etc.) -, mas também a sua inserção pedagógica.

Deste ponto de vista pode-se afirmar que o Pólo de Leiria do Projecto Minerva privilegiou não tanto um projecto informático, mas sobretudo um projecto de formação de professores.

O Projecto começou, no primeiro ano, por abranger quatro escolas (duas do 1.º Ciclo e duas do 2.º Ciclo), acabando em 1993/94 por integrar 36 escolas das várias zonas do Distrito (onze do 1.º Ciclo, nove do 2.º Ciclo, oito C+S e oito do Secundário).

A fim de poder levar a cabo o projecto pelas várias zonas do Distrito foram criados três CAL (Centros de Apoio Local), um em Leiria, um Caldas da Rainha e outro em Figueiró dos Vinhos, cada um coordenado por um dos professores destacados da Equipa.

Esta Equipa foi sempre constituída por docentes da ESEL e professores destacados dos vários graus de ensino. No início (parte do primeiro ano) a sua constituição foi de seis docentes da ESEL e dois docentes destacados, passando a partir do segundo ano a ter mais professores destacados do que docentes da ESEL. O número de destacados chegou a ser de doze, embora não todos no mesmo ano. A coordenação ficou sempre a cargo de docentes da ESEL: Joana Castro de 1988/89 a 1990/91 (com Pedro Silva como sub-coordenador nestes últimos dois anos); Odete João em 1991/92 e 1992/93 e Maria Beatriz Matias em 1993/94.

Durante os seis anos do seu funcionamento a Equipa contou sempre com o apoio da D. Celeste Faria.

O Projecto deu origem à realização de vários Encontros na ESEL, à apresentação de comunicações e realização de oficinas por parte dos membros da equipa em Encontros por todo o país e ainda à produção de materiais diversos incluindo textos de apoio, programas educativos, vídeo, etc.

## Apoio aos Recém Diplomados da ESEL

A legislação que cria o ano de indução, Decreto-Lei n.º 59/86 de 21 de Março e a Portaria n.º 352/86 de 8 de Julho, permite às Escolas Superiores de Educação, a realização de três objectivos:

- complementar, face às necessidades sentidas no terreno, a formação anteriormente adquirida pelos recém-profissionais;
- obter o *feed-back* da formação adquirida;
- fomentar e rentabilizar a interpenetração teoria/prática na formação.

Neste sentido a ESEL desenvolveu, dentro das suas disponibilidades, acções de acompanhamento e apoio aos seus recém-diplomados durante os anos lectivos de 1989/1990 e 1990/1991. Estas acções foram orientadas pelo grupo nomeado em Conselho Científico, ao qual se juntaram outros docentes.

No primeiro encontro de cada ano lectivo fez-se o levantamento de situações problemáticas sentidas/vividas pelos novos profissionais de ensino. Pareceu ao grupo coordenador dos encontros que se deveria organizar as diversas situações levantadas em temas e equacionar o trabalho

futuro segundo duas vertentes: aprofundar o tema escolhido e procurar soluções adequadas para as questões levantadas.

Assim, no primeiro ano lectivo, o grupo de Educadores de Infância escolheu a temática Escola-Família. Este tema foi aprofundado na vertente “meios de dar a conhecer aos pais a acção pedagógica”. O grupo de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico mostrou-se mais preocupado com questões metodológicas, tendo aprofundado um trabalho sobre Metodologias de Iniciação à Leitura e à Escrita.

No segundo ano lectivo, o grupo de recém diplomados escolheu desenvolver pequenos projectos de investigação-acção. No Dia Mundial Da Criança foi promovido um encontro, na ESEL, envolvendo crianças e educadores. Nesse encontro, alguns resultados sobre os trabalhos desenvolvidos foram divulgados e partilhados pelos diversos participantes.

Ao proporcionar um espaço de encontro disponível para investigação e troca de experiências, foi possível, verificar por parte dos novos profissionais de ensino, um real interesse em melhorar e aprofundar a sua acção pedagógica.

## Comemorações do Dia Mundial da Criança

No intuito de partilhar experiências pedagógicas, promover o envolvimento de diferentes escolas e crianças e possibilitar uma reflexão sobre a aprendizagem da criança, a ESEL tem vindo, nos últimos anos, a promover um conjunto de actividades destinadas a comemorar o Dia Mundial da Criança. São organizados diversos “ateliers” que têm como principal objectivo proporcionar às crianças dos jardins de infância e do 1.º ciclo a manipulação com materiais e actividades num contexto algo diferente do contexto formal de aprendizagem.

Num dos “ateliers”, alunos do 2.º ano da ESEL deram vida a textos produzidos na disciplina de *Literatura para a Infância*, dramatizando-os, musicando-os, ou simplesmente, oferecendo-os através da leitura às crianças que vieram à ESEL.

Já nos “ateliers” de *Expressão Plástica* as crianças eram convidadas a manusear diversos tipos de materiais e respectivas técnicas, desenvolvendo a sua criatividade.

Um outro conjunto de actividades proposto foi a participação em situações de *jogo dramático*. Em diferentes ambientes, quer estética quer

funcionalmente considerados, alguns alunos da ESEL empenharam-se num trabalho de animação, com estímulos diversificados, para a concretização de representações em que a intervenção de cada criança fosse possível.

Outro tipo de jogos realizados nestes dias foram os *Jogos e actividades gímnicas* que contam, usualmente, com actividades de dança, de ginástica e de jogos tradicionais, entre outros.

A área das *Ciências da Natureza* pretendeu construir um espaço que contribuísse para despertar a curiosidade e o interesse por situações e fenómenos que, estando relacionados com o quotidiano da criança e recorrendo a materiais facilmente acessíveis, poderiam revelar-se inesperadas.

No “atelier” de *Matemática*, as crianças puderam manipular materiais variados (como poliedros, tangrans, geoplanos, ...) mostrando agrado e surpresa nas diversas actividades propostas e demonstrando que o lúdico e o estético podem estar presentes na Educação Matemática.

## Cooperação com Países Africanos e Educação para o Desenvolvimento

Um dos desafios que têm surgido na ESEL é a concretização de programas de formação no âmbito da cooperação e educação para o desenvolvimento.

Se, por um lado, docentes da ESEL têm levado a efeito acções de formação em países africanos de língua oficial portuguesa, por outro, também se vão realizando programas para africanos que aqui pretendem recolher informação teórica e contactar com a nossa realidade. Mais no âmbito da educação para o desenvolvimento, surgem projectos que pretendem divulgar informação sobre questões ligadas à problemática do desenvolvimento e entendimento Norte - Sul.

Qualquer destas situações tem partido de convites, geralmente pessoais, para parcerias com ministérios e entidades portuguesas e estrangeiras. Estes pedidos têm sido institucionalizados através de protocolos com a ESEL.

Assim, entre 1989 e 1993 quatro docentes integraram um programa experimental de formação de professores e apoio à elaboração de programas e de material didáctico para o ensino básico da República da Guiné Bissau, respondendo a um pedido de colaboração feito pela ONG portuguesa CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral). Também a convite do CIDAC, uma docente fez a avaliação de um projecto ligado à formação profissional em Moçambique.

Desde 1993, um professor da área da língua portuguesa presta serviço lectivo na Universidade Eduardo Monlande em Maputo.

Em 1995, respondendo a um concurso da Secretaria de Estado da Juventude, três docentes levaram a efeito uma acção de formação com jovens sobre *Animação e Gestão de Associações*, em S. Tomé. Em 1996, uma docente concretizou, em Angola, um curso para educadores de infância, a convite da APEI (Associação dos Profissionais de Educação de Infância).

A ESEL recebeu dois grupos de professores de Moçambique e Guiné Bissau e um de funcionários administrativos do Ministério da Educação da Guiné Bissau que aqui fizeram estágios.

Além da colaboração num projecto de educação para o desenvolvimento lançado pelo CIDAC: *O Futuro com o Sul* (1995), que se estendeu a escolas do ensino secundário de Leiria, foi também concretizado um outro: *Confluências* (1996), com a finalidade de obter e disponibilizar

documentação sobre a realidade africana. Mostras de arte e cultura africanas têm sido integradas nestes projectos.

Entre outras acções, ainda para 1997 se prevê uma colaboração com a ONG portuguesa ACEP (Associação para a Cooperação entre os Povos) e com a ONG guineense AD (Acção para o Desenvolvimento) respectivamente num trabalho sobre a história da educação na Guiné Bissau, e na formação de animadores. Foi ainda pedido apoio para estágios de um grupo de educadores de infância da Guiné Bissau e de professores do ensino básico de Moçambique.

O interesse e disponibilidade de docentes e órgãos da ESEL pela cooperação e educação para o desenvolvimento, continua a trazer novas perspectivas, em diversos contextos e com diferentes referentes. Assim, também este campo de acção vai exigindo respostas actualizadas e enquadradas num entendimento amplo e reflexivo da formação.

## Comemorações dos 10 Anos

A ESEL, como é sabido, comemorou no ano de 1996 os dez anos de actividade de formação inicial. Foi estabelecido um programa comemorativo para cuja concretização e sucesso foi necessário o empenhamento de todos os que aqui trabalham e estudam. Com estas comemorações pretendeu-se, mais do que celebrar um acontecimento, perspectivar caminhos de futuro e divulgar a nossa Instituição na comunidade em que estamos inseridos.

Entre as muitas actividades (exposições, palestras, sessões de animação pedagógica, momentos musicais, etc.) realizadas destacamos:

- O Dia Mundial da Criança: "Família e Escola unidas no Dia Da Criança", que teve lugar nos dias 30 de Maio e 1 de Junho e foi um projecto que envolveu muitas centenas de crianças da nossa região, pelo que foi um dos momentos com maior projecção externa;

- O Sarau de encerramento do ano lectivo no Teatro José Lúcio da Silva, que decorreu a 13/6;

- O 1.º Encontro Interno para Reflexão e Debate. "Que desafios para a mudança?" nos dias 9, 10 e 11 de Setembro. Sob o lema "ESEL - um

projecto para o século XXI". A principal finalidade deste encontro prendeu-se com a criação de um espaço propício à troca de opiniões/reflexões, com vista a repensar o futuro da ESEL a curto e médio prazo. Pretendeu-se a colaboração dos colegas que leccionam na ESEL, de forma a obter o contributo de todos e a reforçar o empenhamento/responsabilização de cada um na vida de uma comunidade escolar, que será em grande medida aquilo que quisermos construir;

— O Espectáculo Infantil em conjunto com a CERCILEI e o Jardim Escola João de Deus, no dia 29/11, pois neste ano três instituições educativas de Leiria estiveram em festa: a CERCILEI comemorou os seus 20 anos, o Jardim Escola João de Deus o 60.º ano de actividade e a ESEL o seu 10.º aniversário;

— A Sessão de abertura do ano lectivo 96/97 a 15 de Outubro, que constituiu o "pontapé de saída" para mais um ano, onde se pretendeu acolher e integrar os novos alunos, foi lançado o *Guia da Escola* e foi apresentado o plano de actividades para o ano lectivo que se iniciou;

— O Encerramento das comemorações dos 10 anos, onde foi lançada uma medalha comemorativa, seguida de um almoço com antigos alunos, professores, e funcionários, que contou com a presença de mais de 250 pessoas.

14/3 - 5ª Feira 17.00h	Reflexão com professores a propósito da peça "Bartolomeu - Marinheiro", na ESEL, em colaboração com a Câmara Municipal de Leiria	24/5 e 25/5 6ª Feira e Sábado	Acç par Mo
21/3 - 5ª Feira 18.00h	Actuação do grupo "Raízes Africanas" com Danças Tradicionais Angolanas, na ESEL.	27/5 - 2ª Feira 17.30h	"Ta Anfi
21/3 - 6ª Feira	"Vamos plantar uma Árvore na nossa Escola" - a decorrer em várias escolas do 1º ciclo, por iniciativa da ESEL.	30/5 a 1/6 5ª, 6ª Feira e Sábado	Con Esc
26/3 - 3ª Feira	"O Lis das Fontes à Poz", actividade de carácter ambiental para alunos do 1º ciclo (em escolas onde decorrem práticas pedagógicas dos alunos da ESEL).	8/6 - Sábado 10.00h - 12.00h	Ses na e Pólc Rec
13/4 - Sábado 10.00h - 12.00h	Sessão de Animação Pedagógica "A obra para a infância e juventude de Afonso Lopes Vieira" ESE Leiria Dra. Cristina Nobre	12/6 - 4ª Feira 17.30h	Rec Cor Pini
13/4 - Sábado 10.00h - 12.00h	Sessão Animação Pedagógica "Relação Escola Família" Pólo Educacional do Calvário da Rainha Dra. Adalgisa	13/6 - 5ª Feira 21.30h	Sar. Tea grup Aca
20/4 - 3ª Feira 17.30h	Sessão de Animação Pedagógica "O Ensino da Matemática no 1º ciclo" ESEL Dra. Isabel Freitas Dra. Isabel Rocha	14/6 e 15/6 6ª Feira e Sábado	Acç par Mo
22/4 - Sábado 10.00h - 12.00h	Bacharelamento "Dissidências e Confluências" - Dr. Ernesto Pinho e Fernando Martinho. Anfiteatro da ESEL	15/6 - Sábado 10.00h - 12.00h	Ses de p Pólc Edl
29/4 - 2ª Feira 18.00h	Filme - "Cantanhez - Matu Mangos" - Descrição e desenvolvimento da região turística de Cantanhez na Guiné-Bissau com debate Anfiteatro.	22/6 - Sábado 10.00h - 12.00h	Ses par pos Esc

ESTATUTOS DA ESEL CURSOS FORMAÇÃO INICIAL CESE  
FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO INICIAL CESE CURSOS  
ESTATUTOS DA ESEL FORMAÇÃO CONTÍNUA ESTATUTOS DA ESEL  
FORMAÇÃO INICIAL CURSOS FORMAÇÃO CONTÍNUA CESE  
ESTATUTOS DA ESEL CURSOS CESE FORMAÇÃO INICIAL  
FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO INICIAL CESE CURSOS  
ESTATUTOS DA ESEL FORMAÇÃO CONTÍNUA ESTATUTOS DA ESEL  
FORMAÇÃO INICIAL CURSOS FORMAÇÃO CONTÍNUA CESE  
ESTATUTOS DA ESEL CESE CURSOS FORMAÇÃO INICIAL  
FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO INICIAL CESE CURSOS  
ESTATUTOS DA ESEL FORMAÇÃO CONTÍNUA ESTATUTOS DA ESEL  
FORMAÇÃO INICIAL CURSOS FORMAÇÃO CONTÍNUA CESE CURSOS  
ESTATUTOS DA ESEL CESE FORMAÇÃO INICIAL FORMAÇÃO  
INICIAL FORMAÇÃO CONTÍNUA CESE CURSOS ESTATUTOS DA ESEL  
FORMAÇÃO CONTÍNUA ESTATUTOS DA ESEL CURSOS FORMAÇÃO  
CONTÍNUA FORMAÇÃO INICIAL CESE ESTATUTOS DA ESEL CESE  
CURSOS FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO INICIAL ESTATUTOS  
DA ESEL FORMAÇÃO INICIAL CESE CURSOS FORMAÇÃO CONTÍNUA  
ESTATUTOS DA ESEL FORMAÇÃO INICIAL CURSOS FORMAÇÃO  
CONTÍNUA CESE ESTATUTOS DA ESEL CESE CURSOS FORMAÇÃO  
INICIAL FORMAÇÃO CONTÍNUA FORMAÇÃO INICIAL CESE CURSOS  
FORMAÇÃO INICIAL ESTATUTOS DA ESEL FORMAÇÃO CONTÍNUA  
CESE CURSOS FORMAÇÃO INICIAL FORMAÇÃO CONTÍNUA CESE  
CURSOS FORMAÇÃO INICIAL ESTATUTOS DA ESEL CESE CURSOS

## ANEXOS

**ANEXO 1**

**COMISSÕES INSTALADORAS**

## COMISSÕES INSTALADORAS

### *1.ª Comissão Instaladora (Novembro de 1980 a Outubro de 1981)*

Presidente: Ana Maria Brigham da Silva Ramalho Correia

Vogais: José Ventura da Cruz Pereira

António José Oliveira Veríssimo de Azevedo

### *2.ª Comissão Instaladora*

Presidente: José V. Cruz Pereira (Fevereiro de 82 a Setembro de 88 )

Vogais: António José Oliveira Veríssimo de Azevedo

João Henrique van Haastert Rodrigues da Silva (Fev/82 a Abr/85)

### *3.ª Comissão Instaladora*

Presidente: José Ventura da Cruz Pereira

Vogais: António José Oliveira Veríssimo de Azevedo

José Brites Ferreira (Junho de 85 a Abril de 90 )

### *4.ª Comissão Instaladora*

Presidente: António José Oliveira Veríssimo de Azevedo (Nov/88 a Jun/91)

Vogais: Arnaldo Francisco Febra (Dezembro de 1988 a Julho de 1991)

José Brites Ferreira (Junho de 85 a Abril de 90 )

*5.ª Comissão Instaladora*

Presidente: António José Oliveira Veríssimo de Azevedo

Vogais: Arnaldo Francisco Febra

Luís Filipe Tomás Barbeiro (Abril de 90 a Março de 1991 )

*6.ª Comissão Instaladora*

Presidente: Maria Beatriz Fernandes Matias (Junho de 1991 a Dez/94)

Vogais: Alda Maria Martins Mourão Filipe (Julho de 91 a Março de 93)

João Paulo Simões Santos Marques (Julho de 91 a Julho de 94)

*Directora* (Dezembro de 94 a Dezembro de 95)

Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto

**ANEXO 2**

**ESTATUTOS DA ESEL**

# ESTATUTOS DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

## CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

### SECÇÃO I - Princípios fundamentais

#### Artigo 1º — Da natureza e fins da Escola

1. A Escola Superior de Educação de Leiria, adiante designada por ESEL, unidade orgânica integrada no Instituto Politécnico de Leiria, adiante designado por IPL, é uma instituição de formação cultural, científica, técnica e profissional de nível superior, vocacionada para o desenvolvimento de actividades de ensino, investigação, prestação de serviços à comunidade e para a colaboração com entidades nacionais e estrangeiras em actividades de interesse comum.
2. A ESEL prossegue os seus fins de acordo com as atribuições previstas na lei em vigor, competindo-lhe nomeadamente:
  - a) realizar cursos conducentes à obtenção dos graus e diplomas académicos, designadamente bacharel, licenciado, diploma de estudos superiores especializados e outros que a lei preveja;
  - b) assegurar a formação inicial, a formação contínua e a pós-graduação de docentes e em outras áreas profissionais de educação, formação e desenvolvimento;
  - c) realizar cursos de pequena duração, creditáveis com certificados ou diplomas adequados;
  - d) organizar cursos de reconversão profissional;
  - e) organizar ou cooperar em actividades de extensão educativa, cultural e técnica;
  - f) realizar trabalhos de investigação aplicada e de desenvolvimento experimental;
  - g) desenvolver o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições públicas, privadas ou cooperativas, nacionais e estrangeiras;
  - h) contribuir, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, designadamente para os países de língua oficial portuguesa e para os países da União Europeia.

#### Artigo 2º — Natureza jurídica

1. A ESEL é uma pessoa colectiva de direito público, e goza, nos termos da lei, dos estatutos do IPL e dos presentes estatutos, de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira.
2. No âmbito das suas actividades, a ESEL pode celebrar convénios, protocolos, contratos e outros acordos, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
3. A ESEL pode participar em associações desde que as actividades sejam compatíveis com as suas finalidades e interesses.

#### Artigo 3º — Sede

A ESEL tem a sua sede na cidade de Leiria.

#### Artigo 4º — Graus e diplomas

1. A ESEL participa, de acordo com a legislação em vigor, na concessão:
  - a) de graus e diplomas correspondentes aos cursos que ministra;
  - b) de equivalências e reconhecimentos de graus e diplomas;
  - c) de títulos honoríficos;
2. A ESEL concede ainda certificados e diplomas referentes a outras iniciativas, no âmbito das suas actividades.

#### Artigo 5º — Democraticidade e participação

A ESEL rege-se, na sua administração e gestão, pelos princípios da democraticidade e da participação de todos os corpos escolares, com vista a:

- favorecer a livre expressão e a pluralidade de ideias e opiniões;
- estimular a participação de todo o pessoal docente, técnico e administrativo, bem como dos estudantes, nas actividades da ESEL;
- garantir a liberdade de criação cultural, científica e tecnológica;
- assegurar as condições necessárias para uma atitude de permanente inovação científica e pedagógica;
- promover uma estreita ligação entre as suas actividades e a comunidade em que se integram.

#### Artigo 6º — Símbolos

- A ESEL possui selo branco, timbre e outra simbologia própria.
- A ESEL adopta como dia da Escola o dia 9 de Novembro.
- A ESEL, através de Assembleia de Representantes, poderá adoptar outra simbologia própria não definida nos presentes estatutos.

### SECÇÃO II - Autonomias

#### Artigo 7º

- As autonomias a que se refere o artigo 2º são exercidas nos termos da lei e dos presentes estatutos.
- A autonomia científica e pedagógica da ESEL envolve a capacidade para, nomeadamente:
  - propor a criação, alteração, suspensão e extinção de cursos de formação e respectivos planos de estudos;
  - decidir sobre conteúdos das disciplinas dos cursos que ministra;
  - decidir sobre os projectos de investigação a desenvolver;
  - fixar, nos termos da lei, as regras de acesso, matrícula, inscrição, reingresso, transferência e mudança de curso;
  - estabelecer os regimes de frequência, avaliação e precedências;
  - definir as condições e os métodos de ensino a praticar;
  - fixar o calendário escolar, nos termos da lei geral;
  - definir os serviços a prestar à comunidade;
  - definir as demais actividades científicas e culturais a realizar;
  - decidir sobre equivalências e reconhecimento de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos.
- A autonomia administrativa da ESEL envolve a capacidade de, designadamente:
  - dispor de orçamento anual;
  - propor o recrutamento do pessoal não docente necessário à prossecução dos seus objectivos;
  - recrutar o pessoal docente necessário à realização das suas actividades, sem prejuízo do nº 2 do artigo 8º e da alínea b) do artigo 9º da Lei 54/90, de 5 de Setembro;
  - atribuir responsabilidades e tarefas, procedendo à distribuição do pessoal docente e não docente por actividades e serviços, de acordo com as normas gerais aplicáveis;
  - assegurar a sua própria gestão e o seu funcionamento.
- A autonomia financeira da ESEL envolve a capacidade para, designadamente:
  - elaborar e propor o seu orçamento, com respeito pelo nº 2 do artigo 25º da Lei 54/90, de 5 de Setembro;
  - gerir nos termos legais as verbas que anualmente lhe são atribuídas no Orçamento do Estado;
  - gerir nos termos legais as verbas que lhe sejam atribuídas no âmbito do PIDDAC;
  - transferir verbas entre as diferentes rubricas e capítulos orçamentais;
  - elaborar orçamentos privativos para a gestão das receitas próprias previstas nos presentes estatutos;
  - elaborar e redigir os seus planos plurianuais;
  - depositar em instituições de crédito legalmente previstas importâncias provenientes de receitas próprias;
  - promover a realização dos actos conducentes à aquisição de bens e serviços;
  - autorizar despesas, nos termos legais, dentro dos limites previstos no nº4 do artigo 40º da Lei 54/90, de 5 de Setembro.

### CAPÍTULO II - ESTRUTURA INTERNA E PRINCÍPIOS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

#### Artigo 8º — Composição e gestão

- Na prossecução dos seus fins, a ESEL integra órgãos de gestão, unidades de carácter científico-pedagógico e serviços, desenvolvendo as suas actividades sob a forma de projectos.
- Os órgãos de gestão regem-se de acordo com o previsto na lei, nos presentes estatutos e no regimento específico de cada órgão.
- A direcção e gestão das unidades e dos serviços são da responsabilidade dos órgãos da ESEL, de que dependem, nos termos dos presentes estatutos.

#### Artigo 9º — Regimento

- Cada um dos órgãos aprova o seu regimento, o qual deverá ser aprovado por maioria absoluta dos seus membros, no exercício efectivo de funções.
- O regimento pode prever a existência, em cada órgão, de uma comissão permanente, de comissões especializadas ou de secções.
- Ao plenário é sempre reservada a competência para tomar deliberações de carácter genérico e definir princípios e quadros orientadores.
- Das deliberações tomadas pelas comissões e/ou secções a que se refere o número 2 do presente artigo, serão lavradas actas, considerando-se válidas para todos os efeitos as deliberações tomadas, desde que de acordo com os princípios e quadros orientadores definidos no respectivo regimento e/ou em reuniões plenárias do respectivo órgão.
- Compete ao presidente de cada órgão verificar que as deliberações tomadas respeitam os princípios e quadros orientadores definidos pelo plenário.

#### Artigo 10º — Reuniões e quorum

- A comparência às reuniões dos diversos órgãos de gestão da ESEL precede todos os demais serviços, com excepção dos exames, concursos ou participação em júris.
- Para efeitos de quorum, nas reuniões são considerados apenas os membros dos órgãos que se encontrem no efectivo exercício de funções, excluindo-se todos aqueles que:
  - tenham renunciado ou perdido o mandato;
  - se encontrem na situação de comissão de serviço, destacamento ou de requisição.
- As ausências dos membros, na situação de dispensa de serviço ou de equiparação a bolseiro, não são consideradas para efeitos de quorum.
- As faltas devem ser justificadas nos termos definidos no regimento interno de cada órgão.

#### Artigo 11º — Sufrágio secreto

- Todas as eleições e todas as deliberações relativas a pessoas implicam sufrágio secreto.
- Pode ainda haver sufrágio secreto quando tal seja deliberado pelo respectivo órgão.

#### Artigo 12º — Mandatos e substituições

- Aos mandatos e substituições aplica-se o previsto nos artigos 27º a 30º dos Estatutos do IPL e nos presentes estatutos.
- Os titulares de qualquer dos órgãos da escola, salvo os membros do conselho científico referidos no nº 1 do artigo 49º do Estatutos do IPL, podem renunciar aos respectivos mandatos através de declaração escrita justificativa.
- Perdem o mandato os titulares:
  - que deixem de pertencer aos corpos porque tenham sido eleitos;
  - que estejam impossibilitados permanentemente de exercer as suas funções;
  - que faltem, sem motivo justificativo aceite nos termos da lei e dos presentes estatutos, a mais de duas reuniões seguidas ou de quatro alternadas;
  - que sejam condenados em processo disciplinar, desde que este implique a suspensão contínua por mais de dois meses.

#### Artigo 13º — Presidente

- Os presidentes dos órgãos são eleitos de entre os respectivos membros.
- Os presidentes dos conselho directivo, conselho científico e do conselho pedagógico são eleitos de entre os professores da escola.
- O presidente do conselho consultivo e do conselho administrativo é o presidente do conselho directivo.
- Os presidentes de qualquer dos órgãos têm voto de qualidade, em caso de empate, excepto no caso de sufrágio secreto.

#### Artigo 14º — Estatuto de dirigente estudantil

1. O Conselho Directivo definirá, obtida a aprovação do Conselho Científico e ouvido o Conselho Pedagógico, condições especiais, nos termos da lei, para a avaliação dos estudantes que exerçam funções nos órgãos de gestão da ESEL e/ou nas direcções das associações de estudantes da ESEL, de modo a garantir-lhes igualdade de oportunidades relativamente aos restantes estudantes.
2. O referido no número anterior aplica-se também aos estudantes que exerçam funções nos órgãos do IPL.

### CAPÍTULO III - ÓRGÃOS DA ESEL

#### Artigo 15º — Órgãos de gestão

1. São órgãos de gestão da ESEL:
  - a) a Assembleia de Representantes;
  - b) o Conselho Directivo;
  - c) o Conselho Científico;
  - d) o Conselho Pedagógico;
  - e) o Conselho Consultivo;
  - f) o Conselho Administrativo.
2. Os órgãos referidos no número anterior regem-se de acordo com o previsto na lei e nos presentes estatutos.

#### SECÇÃO I - Assembleia de representantes

##### Artigo 16º — Competências

São competências da Assembleia de Representantes:

- a) eleger o conselho directivo e destituí-lo;
- b) aprovar o orçamento e planos de actividades apresentados pelo conselho directivo;
- c) apreciar o relatório do conselho directivo respeitante ao ano anterior e, em geral, fiscalizar os actos desse conselho, sem prejuízo da competência própria dele;
- d) apreciar e discutir os problemas fundamentais de orientação e funcionamento da vida escolar;
- e) designar os membros do conselho consultivo a que se referem as alíneas b) e d) do artigo 60º dos Estatutos do IPL;
- f) designar os membros do colégio eleitoral a que se referem o número 9 do artigo 11º e número 4 do artigo 17º dos Estatutos do IPL;
- g) pronunciar-se nos termos do artigo 52º dos presentes estatutos sobre a alteração dos mesmos;
- h) pronunciar-se, no âmbito das suas competências, sobre os actos a que se referem os números 2 e 3 do artigo 2º dos presentes estatutos.

##### Artigo 17º

À assembleia de representantes aplica-se também o previsto nos Estatutos do IPL.

#### SECÇÃO II - Conselho directivo

##### Artigo 18º — Composição, nomeação, exercício de funções

1. Compõem o conselho directivo três professores ou equiparados, um estudante e um funcionário não docente em serviço na escola.
2. O presidente e os vice-presidentes serão professores ou equiparados.
3. O presidente e os vice-presidentes, são nomeados em regime de comissão de serviço pelo presidente do IPL e exercem funções em regime de dedicação exclusiva podendo, por sua iniciativa, prestar também serviço docente.

#### Artigo 19º — Processo eleitoral

Ao processo eleitoral para o conselho directivo aplica-se o previsto no artigo 44º dos Estatutos do IPL.

#### Artigo 20º — Competência e funcionamento

1. Ao conselho directivo compete dirigir, orientar e coordenar as actividades e serviços da escola, de modo a imprimir-lhes unidade, continuidade e eficiência, cabendo-lhe, designadamente:
  - a) promover o desenvolvimento das actividades científicas e pedagógicas da escola;
  - b) aprovar normas regulamentadoras do bom funcionamento da escola;
  - c) assegurar a realização dos programas de actividade da escola e fazer a sua apreciação no conselho geral do IPL;
  - d) elaborar os relatórios de execução desses programas;
  - e) zelar pelo cumprimento das leis;
  - e) submeter ao presidente do IPL todas as questões que careçam de resolução superior;
  - f) promover a elaboração dos mapas de distribuição de serviço docente;
  - g) assegurar o cumprimento do horário de atendimento a alunos, de acordo com os critérios definidos pelo conselho científico;
  - h) preparar o plano anual de actividades e respectivo projecto de orçamento;
  - i) viabilizar as decisões e propostas apresentadas pelos órgãos competentes;
  - j) acompanhar a execução do plano de actividades e o respectivo orçamento, propondo eventuais alterações;
  - l) designar os responsáveis pelos diferentes serviços;
  - m) propor a criação, integração, modificação ou extinção de serviços e unidades;
  - n) propor ao IPL alterações aos quadros de pessoal docente, depois de parecer favorável do conselho científico, assim como aos quadros de pessoal técnico-superior, técnico, administrativo, operário e auxiliar;
  - o) coordenar os actos eleitorais que ultrapassem o âmbito dos outros órgãos e assegurar a elaboração atempada dos cadernos eleitorais referentes a cada corpo.
2. Compete ainda ao conselho directivo exercer todas as competências que, cabendo no âmbito das atribuições da ESEL, não sejam por lei ou por estes estatutos cometidas a outros órgãos.
3. Ao presidente do conselho directivo compete representar a ESEL nos actos em que esta intervenha, competindo-lhe nomeadamente:
  - a) representar a ESEL em juízo e fora dele;
  - b) preparar e dirigir as reuniões do conselho directivo;
  - c) exercer em permanência funções de administração corrente;
  - d) supervisionar os serviços administrativos da escola;
  - e) assegurar a representação da escola;
  - f) designar o vice-presidente que integrará o conselho administrativo, mediante parecer favorável do conselho directivo;
  - g) representar a ESEL na celebração e assinatura dos actos a que se refere o artigo 2º dos presentes estatutos.
4. Em situações de urgência, pode o presidente do conselho directivo tomar as decisões indispensáveis ao regular funcionamento da escola, as quais serão objecto de ratificação na primeira reunião subsequente do conselho.
5. O presidente do conselho directivo pode delegar ou subdelegar a sua competência em qualquer dos vice-presidentes do conselho.
6. Ouvido o conselho directivo, o presidente designará o vice-presidente que o substituirá nas suas ausências ou impedimentos.
7. O conselho directivo reúne ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a solicitação de dois dos seus membros.
8. O presidente pode solicitar a presença, sem direito a voto, dos presidentes do conselho científico e do conselho pedagógico, nas reuniões em que se tratem assuntos relevantes que exijam a coordenação dos vários órgãos da escola.
9. O secretário da escola está presente, sem direito a voto, em todas as reuniões do conselho directivo.

#### SECÇÃO III - Conselho científico

##### Artigo 21º — Competência

1. São competências do conselho científico as fixadas na lei, competindo-lhe nomeadamente:
  - a) exercer as competências que lhe são cometidas pelo estatuto da carreira docente do ensino superior politécnico;
  - b) aprovar a distribuição anual do serviço docente;
  - c) aprovar os regulamentos de frequência, avaliação, transição de ano e precedências, no quadro da legislação em vigor;

- d) decidir sobre equivalências e reconhecimentos de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos;
  - e) dar parecer sobre a aquisição de equipamento científico e bibliográfico;
  - f) elaborar projectos de criação de novos cursos;
  - g) pronunciar-se, no âmbito das suas competências, sobre os actos a que se referem os números 2 e 3 do artigo 2º dos presentes estatutos.
2. Compete ainda ao conselho científico, ouvido o conselho consultivo:
    - a) elaborar as propostas de planos de estudo para cada curso a funcionar na escola e fixação dos números máximos de matrículas anuais;
    - b) definir as linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela escola nos domínios do ensino, da investigação, da extensão cultural e da prestação de serviços à comunidade.
  3. Para efeitos de contratação e concursos de docentes só terão direito a voto os docentes do conselho científico de categoria igual ou superior aos candidatos.

#### Artigo 22º — Composição e funcionamento

1. Compõem o conselho científico o presidente do conselho directivo e todos os professores em serviço efectivo na escola, sendo o mesmo presidido por um professor a eleger de entre os seus membros.
2. Por deliberação do conselho científico podem ainda ser designados para integrar o conselho, por cooptação, professores de outros estabelecimentos de ensino, investigadores e outras individualidades de reconhecida competência em áreas do domínio das actividades da escola.
3. Podem ser convidados a participar no conselho científico, sem direito a voto, outros docentes cujas funções na escola o justifiquem.
4. Estará presente nas reuniões do conselho científico, sem direito a voto, um representante dos assistentes ou equiparados, a eleger em cada ano pelos assistentes que façam parte da assembleia de representantes.
5. O representante dos assistentes ou equiparados tem o direito de apresentar propostas sobre assuntos de carácter genérico que lhes digam respeito.
6. O conselho científico reúne ordinariamente, pelo menos, trimestralmente e extraordinariamente a convocação do presidente, por sua iniciativa ou de um terço dos seus membros em efectividade de funções.
- 7.1. O conselho científico funciona em plenário.
- 7.2. Pode ainda o conselho científico funcionar em comissão permanente e por secções ou comissões especializadas, de acordo com o que vier a constar no respectivo regimento.
8. A Comissão Permanente do Conselho Científico incluirá obrigatoriamente o Presidente e o Secretário do Conselho Científico, o Presidente do Conselho Directivo e o Presidente do Conselho Pedagógico, podendo ainda incluir outros membros do Conselho Científico, a eleger por este.

#### SECÇÃO IV - Conselho pedagógico

##### Artigo 23º — Competência

1. São competências do conselho pedagógico as fixadas na lei, competindo-lhe nomeadamente:
  - a) fazer propostas e dar parecer sobre orientação pedagógica e métodos de ensino;
  - b) propor a aquisição de material didáctico e bibliográfico;
  - c) organizar, em colaboração com os restantes órgãos, conferências, seminários e outras actividades de interesse cultural, científico e pedagógico;
  - d) fazer propostas relativas ao funcionamento da biblioteca e centros de recursos educativos;
  - e) dar parecer sobre regulamentos de frequência, avaliação, transição de ano e precedências;
  - f) promover acções de formação pedagógica;
  - g) coordenar a avaliação do desempenho pedagógico dos docentes;
  - h) promover a realização de novas experiências pedagógicas e propor acções tendentes à melhoria do ensino.

##### Artigo 24º — Composição e funcionamento

1. Compõem o conselho pedagógico professores, assistentes e equiparados e estudantes, sendo presidido por um professor a eleger de entre os seus membros.
2. O número de membros do conselho pedagógico será igual ao dobro do número de cursos em funcionamento, sendo a representação de estudantes e docentes paritária.
3. A representação dos professores, assistentes e equiparados será, entre si, proporcional ao seu número.

4. Nas reuniões do conselho pedagógico participam, se assim o entenderem, o presidente do conselho directivo e um representante da associação de estudantes, sem direito a voto.
5. Podem ser convidados a participar nas reuniões do conselho pedagógico, sem direito a voto, outros elementos da ESEL, cujas funções na escola o justifiquem.
6. O plenário do conselho reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente a convocação do presidente, por sua iniciativa ou de um terço dos seus membros, e ainda de acordo com o regimento.
- 7.1. O conselho pedagógico funciona em plenário.
- 7.2. Pode ainda o conselho pedagógico funcionar em comissão permanente e por secções ou comissões especializadas, de acordo com o que vier a constar no respectivo regimento.
8. A Comissão Permanente do conselho pedagógico incluirá obrigatoriamente o Presidente e o Secretário do Conselho pedagógico, sendo a representação de estudantes e docentes paritária.

#### Artigo 25º — Processo eleitoral

Ao processo eleitoral para o conselho pedagógico aplica-se o previsto no artigo 55º dos Estatutos do IPL.

#### SECÇÃO V - Conselho consultivo

##### Artigo 26º — Competência

1. Compete ao conselho consultivo emitir parecer sobre:
  - a) os planos de actividade a que se refere a alínea a) do nº 2 do artigo 24º da Lei 54/90, de 2 de Setembro;
  - b) a pertinência e validade dos cursos existentes;
  - c) os projectos de criação de novos cursos;
  - d) a fixação do número máximo de matrículas de cada curso;
  - e) a organização dos planos de estudo, quando para tal solicitado pelo conselho directivo da escola;
  - f) a realização na escola de cursos de aperfeiçoamento, de actualização e de reciclagem.
2. Compete ainda ao conselho consultivo fomentar o estabelecimento de laços de cooperação entre a escola e as autarquias, as organizações profissionais, empresariais, culturais e outras, de âmbito regional, relacionadas com as suas actividades.

##### Artigo 27º — Composição e funcionamento

1. Compõem o conselho consultivo:
  - a) o presidente do conselho directivo que preside e os presidentes do conselho científico e do conselho pedagógico;
  - b) dez personalidades da vida económica, social e cultural designadas pela assembleia de representantes;
  - c) um representante de cada uma das associações de municípios da área de influência e implantação da escola;
  - d) cinco elementos a designar pela assembleia de representantes de entre antigos docentes e antigos alunos.
2. O conselho consultivo considera-se constituído para efeitos de funcionamento, desde que esteja designada a maioria dos seus membros.
3. O conselho consultivo reúne-se ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, a convocação do presidente.

#### SECÇÃO VI - Conselho administrativo

##### Artigo 28º — Composição e funcionamento

1. O conselho administrativo é composto pelo presidente e um dos vice-presidentes do conselho directivo e pelo secretário da escola.
2. As deliberações do conselho administrativo são tomadas por maioria simples, sendo os seus membros solidariamente responsáveis por essas deliberações, salvo se não tiverem estado presentes ou se houverem feito exarar em acta a sua discordância.
3. No caso de empate na votação o presidente terá voto de qualidade.
4. Serão presentes ao conselho administrativo as relações das requisições de fundos, das despesas e dos pagamentos autorizados, devendo de tal apresentação fazer-se menção expressa em acta.
5. O conselho administrativo reúne-se ordinariamente, pelo menos, uma vez por mês.

#### Artigo 29º — Competências

- O conselho administrativo é o órgão de gestão administrativa da escola.
- Compete ao Conselho Administrativo, autorizar e efectuar directamente o pagamento das suas despesas, mediante fundos requisitados, através do IPL em conta das dotações comuns atribuídas no Orçamento do Estado à escola e até ao limite das verbas do orçamento privativo de cada uma.
- São competências específicas do conselho administrativo:
  - orientar a preparação dos projectos de orçamento, nos termos do nº2 do artigo 25º da Lei 54/90, de 5 de Setembro;
  - requisitar à entidade competente as importâncias das dotações inscritas no Orçamento do Estado a favor da ESEL;
  - promover eventuais transferências, reforços e anulações de verbas incluídas nos orçamentos da ESEL;
  - promover a arrecadação de receitas próprias da ESEL;
  - orientar a contabilidade e fiscalizar a sua escrituração;
  - verificar a regularidade das despesas e autorizar o seu pagamento;
  - promover a elaboração das contas de gerência, com respeito do disposto na alínea g) do nº 2 do artigo 25º da Lei 54/90, de 5 de Setembro;
  - promover a organização e a permanente actualização do inventário e do cadastro dos bens móveis e imóveis da ESEL;
  - proceder periodicamente à verificação dos fundos em cofre e em depósito e fiscalizar a escrituração da contabilidade e da tesouraria.

#### CAPÍTULO IV - UNIDADES ORGÂNICAS

##### Artigo 30º — Unidades e desenvolvimento de actividades

- A ESEL desenvolve as suas actividades sob a forma de projectos e organiza-se em unidades orgânicas de carácter científico-pedagógico.
- Constituem unidades orgânicas da ESEL os projectos e os departamentos.
- As actividades da ESEL podem ser desenvolvidas no âmbito de pólos estabelecidos em outros locais do distrito, aos quais se aplica o previsto no artigo 33º dos presentes estatutos.

##### Artigo 31º — Projectos

- Projectos são actividades de ensino, investigação e serviços especializados que visam a realização dos fins prosseguidos pela ESEL.
- Os projectos podem ter origem:
  - em iniciativas de órgãos, unidades e serviços da ESEL;
  - em iniciativas individuais e/ou de grupo;
  - em solicitações vindas do exterior da ESEL;sendo os mesmos apresentados, segundo o seu âmbito, ao conselho directivo, ao conselho científico ou ao conselho pedagógico.
- Constituem projectos da ESEL, designadamente:
  - actividades de formação inicial;
  - actividades de formação contínua;
  - actividades de pós-graduação;
  - actividades de investigação;
  - prestação de serviços à comunidade;
  - a realização de actividades de actualização científica, pedagógica e cultural;
  - outras que venham a ser aprovadas nos termos dos presentes estatutos.
- A fim de assegurar o desenvolvimento de projectos, poderão ser criadas pelo conselho directivo estruturas de coordenação e gestão funcional dos mesmos, ouvidos o conselho científico e/ou pedagógico.

##### Artigo 32º — Departamentos

- Os departamentos são unidades de organização científico-pedagógica e de gestão de recursos humanos e materiais que desenvolvem a sua actividade no âmbito da concretização dos fins visados pela ESEL.
- Compete a cada departamento, nos domínios que lhe são próprios, e sem prejuízo da articulação com os outros departamentos:
  - colaborar no desenvolvimento dos projectos e actividades da ESEL;

- apresentar projectos que contribuam para a consecução dos fins visados pela ESEL;
  - apresentar propostas de distribuição de serviço relativo aos docentes do departamento;
  - assegurar as actividades e funções que lhe sejam cometidas;
  - propor a contratação de docentes nos domínios que lhe são próprios, de acordo com as necessidades da Escola;
  - propor critérios de equivalências e reconhecimentos de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos;
  - propor a aquisição de materiais que viabilizem o desenvolvimento e a implementação das actividades científico-pedagógicas da ESEL no seu domínio do saber.
- A criação de departamentos e a afectação de recursos aos mesmos é da competência do conselho directivo, sob proposta do conselho científico.
  - O departamento é coordenado por um professor, a eleger no âmbito do mesmo, de entre os professores nele integrados, cujo mandato é de dois anos, renovável.
  - Ao coordenador de departamento cabe a coordenação e gestão funcional das actividades do respectivo departamento, sem prejuízo das competências específicas dos órgãos da ESEL e das orientações deles emanadas.
  - A organização e funcionamento interno de cada departamento é definida no respectivo regimento, o qual será aprovado em reunião geral de departamento e homologado pelo presidente do conselho directivo, devendo o mesmo obedecer aos princípios consagrados na lei e nos presentes estatutos.
  - O regimento a que se refere o número anterior poderá prever a existência de secções, as quais serão coordenadas por subcoordenadores, que colaborem com o coordenador do departamento na gestão integrada dos recursos a ele afectos.
  - A articulação dos departamentos entre si e/ou com outras unidades é assegurada por uma comissão composta pelos respectivos coordenadores, presidida por um docente do Conselho Directivo.
  - Sem prejuízo de outros que venham a ser criados, são desde já criados os seguintes departamentos:
    - Línguas e Literaturas;
    - Matemática e Ciências da Natureza;
    - Expressões Artísticas e Educação Física;
    - Ciências Sociais.

##### Artigo 33º — Pólos

- Os pólos são extensões da ESEL que desenvolvem actividades no âmbito das finalidades prosseguidas pela ESEL.
- Os pólos são coordenados por um professor designado pelo conselho directivo de entre os que exercem actividades no mesmo.
- O mandato do coordenador cessa com o do conselho directivo.

#### CAPÍTULO V - SERVIÇOS

##### Artigo 34º — Constituição dos serviços

- Os serviços são organizações permanentes, orientadas para o apoio ao desenvolvimento das actividades da ESEL.
- São serviços da ESEL:
  - os serviços administrativos;
  - os serviços de apoio logístico
- Nos pólos podem ser criadas extensões dos serviços pelo conselho directivo.

##### Artigo 35º — Secretário

- Para coadjuvar os órgãos da ESEL, em matéria de ordem predominantemente administrativa ou financeira, a ESEL dispõe de um secretário, cujo modo de recrutamento e competências são as previstas na lei e nos presentes estatutos.
- Para além das competências previstas na lei cabe ao secretário:
  - assistir tecnicamente os órgãos da ESEL;
  - elaborar estudos, informações e pareceres relativos à gestão da ESEL;
  - assistir e secretariar, sem direito a voto, as reuniões e demais actos presididos pelo presidente do conselho directivo, salvo no que respeita ao conselho administrativo, sem prejuízo de se pronunciar, por direito próprio, sobre a aplicação e interpretação dos textos legais;
  - integrar o conselho administrativo da ESEL;
  - informar e submeter a despacho dos presidentes de órgãos da ESEL todos os assuntos que assim o exijam;
  - promover a execução das deliberações dos órgãos da ESEL no seu domínio de actuação;
  - orientar e coordenar os serviços que dele dependam.

## SECÇÃO I - Serviços administrativos

### Artigo 36º — Serviços administrativos

- Os serviços administrativos da ESEL exercem a sua acção nos domínios da gestão financeira e patrimonial, assuntos académicos, recursos humanos, do expediente, arquivo e tesouraria.
- Os serviços administrativos compreendem:
  - a repartição académica;
  - a repartição administrativa;
  - a tesouraria;
  - o gabinete de informação e secretariado.

### Artigo 37º — Repartição académica

- A repartição académica exerce sua actividade no domínio da vida escolar dos alunos da ESEL, nomeadamente no que se refere a matérias relacionadas com processos individuais de alunos, propinas, matrículas, bem como no âmbito da concessão de equivalências e reconhecimento de habilitações, nacionais ou estrangeiras.
- A repartição académica compreende os seguintes sectores:
  - secção de alunos
  - secção de cadastro e certificação.

### Artigo 38º — Competências da secção de alunos

À secção de alunos compete, designadamente:

- prestar informações sobre condições de ingresso e frequência da ESEL;
- elaborar os editais e avisos relativos a matrículas, inscrições, exames e provas específicas, transferências, reingressos, mudanças de curso, habilitações especiais e pagamento de propinas;
- executar os serviços respeitantes a matrículas, inscrições e exames dos alunos;
- conferir os processos quanto ao montante das propinas a pagar e proceder ao seu recebimento;
- proceder ao registo de todos os actos respeitantes à vida escolar dos alunos;
- emitir e revalidar os cartões de estudante;
- preparar elementos relativos a alunos para responder às solicitações do Instituto Nacional de Estatística, dos órgãos competentes do Ministério da Educação e, ainda, do IPL, destinados a publicações do Instituto ou outras;
- executar todos os contactos com os alunos, decorrentes de actos académicos em que estes estejam envolvidos;
- assegurar todo o expediente que diga respeito à secção.

### Artigo 39º — Competências da secção de cadastro e certificação

À secção de cadastro e certificação compete, nomeadamente:

- passar certidões de matrícula, inscrição, frequência, exames e outras relativas a factos constantes dos processos individuais dos alunos de formação inicial, contínua e de pós-graduação, bem como de todos os actos realizados pela ESEL;
- manter actualizado o arquivo relativo ao expediente da repartição académica;
- organizar e manter actualizado o arquivo dos processos individuais de todos os alunos da ESEL;
- organizar e manter actualizado o arquivo dos programas e sumários das disciplinas;
- receber, registar e dar andamento aos processos relativos à realização de provas académicas;
- receber, instruir e encaminhar para o órgão competente os processos referentes aos pedidos de equivalência e reconhecimento de habilitações.

### Artigo 40º — Repartição administrativa

- A repartição administrativa exerce sua actividade nos domínios da gestão financeira, recursos humanos e economato.
- A repartição administrativa compreende os seguintes sectores:
  - secção de recursos humanos;
  - secção de contabilidade e economato/património.

## Artigo 41º — Secção de recursos humanos

À secção de recursos humanos compete, designadamente:

- preparar os processos relativos ao recrutamento, selecção e provimento, bem como à promoção, recondução e prorrogação, renovação, rescisão de contratos, exoneração, mobilidade e aposentação de pessoal;
- instruir os processos relativos a acumulações, faltas, licenças, equiparações a bolseiro e licenças de todo o pessoal;
- elaborar os mapas de faltas e licenças de todo o pessoal, bem como à elaboração e afixação de listas de antiguidade;
- passar as certidões, as declarações relativas ao pessoal em serviço na ESEL, que lhe sejam solicitadas;
- organizar e manter actualizados os processos individuais do pessoal em serviço na ESEL;
- instruir e dar andamento aos processos relativos à concessão de benefícios sociais do pessoal em serviço na ESEL e seus familiares, designadamente relativos a abonos de família, prestações complementares, ADSE, pensões e subsídios a que tenham direito;
- assegurar todo o expediente relativo ao sector de pessoal;
- receber, registar e dar andamento aos processos relativos à realização de provas com vista à progressão na carreira docente do ensino superior;
- organizar todo o serviço relativo a pessoal que não se enquadre nas alíneas anteriores;
- assegurar todo o expediente que diga respeito à secção.

## Artigo 42º — Secção de contabilidade e economato

À secção de contabilidade e economato/património compete, nomeadamente:

- efectuar a escrituração respeitante à contabilidade;
- processar as folhas de vencimento, gratificação e outros abonos de todo o pessoal;
- elaborar e guias e relações, a enviar ao Estado ou outras entidades, das importâncias de retenção na fonte, de impostos, do IVA e de quaisquer outras que lhe pertençam ou sejam devidas;
- proceder à requisições de fundos;
- coordenar os processos de gestão orçamental;
- preparar os projectos de orçamento;
- informar os processos no que respeita à legalidade e cabimentos de verbas;
- organizar os processos de alteração orçamental, designadamente os de transferências de verbas e de antecipação de duodécimos;
- organizar a conta de gerência, a submeter às entidades competentes;
- elaborar as relações de documentos de despesas a submeter a apreciação e aprovação superior;
- elaborar as relações de documentos de despesa a submeter à apreciação e aprovação do conselho administrativo;
- assegurar o apetrechamento em material necessário aos desenvolvimentos das actividades da ESEL;
- manter em depósito o material de uso corrente indispensável ao regular funcionamento da ESEL;
- instruir e dar andamento aos processos relativos a prestação de horas extraordinárias, deslocações e ajudas de custo de pessoal;
- instruir e dar andamento aos processos relativos à aquisição de bens e serviços;
- assegurar todo o expediente relativo à secção;
- manter actualizado o inventário e cadastro dos bens móveis e imóveis da ESEL, bem como o arquivo relativo ao expediente da secção

## Artigo 43º — Tesouraria

À tesouraria compete:

- proceder à arrecadação em conta de ordem das receitas da ESEL, de acordo com a sua autonomia e as normas definidas pelo Conselho Administrativo;
- executar os pagamentos decorrentes das despesas devidamente autorizadas pelo Conselho Administrativo;
- preencher e submeter a assinatura os recibos necessários para o levantamentos de fundos orçamentais e cobrança de receitas próprias da ESEL;
- transferir para os cofres do Estado, dentro dos prazos legais, as respectivas receitas, em conformidade com as guias e relações organizadas pelos serviços;
- manter actualizada a escrita da tesouraria, de modo a ser possível verificar, em qualquer momento, a exactidão dos fundos em cofre e em depósito;
- organizar e apresentar ao conselho administrativo balancetes, nos termos pelo mesmo definidos.

#### Artigo 44º — Gabinete de informação e secretariado

Ao gabinete de informação e secretariado compete, nomeadamente:

- a) assegurar e executar todo o serviço de secretariado aos órgãos da ESEL;
- b) proceder à recepção, abertura, classificação e registo da correspondência entrada e dirigida aos órgãos, unidades, serviços e demais estruturas orgânicas ou funcionais da ESEL, de acordo com os procedimentos definidos;
- c) proceder à classificação e registo da correspondência dos órgãos, unidades, serviços e demais estruturas orgânicas ou funcionais da ESEL com entidades exteriores, de acordo com os procedimentos definidos, assim como executar os demais actos de saída da mesma correspondência, incluindo a franquia postal;
- d) manter actualizado o arquivo geral da ESEL, incluindo os documentos de circulação interna, de acordo com o modelo de arquivo aprovado pelo conselho directivo
- e) assegurar a afixação, circulação e arquivo de toda a informação, de acordo com os despachos nela exarados e de acordo com o figurino definido pelo conselho directivo;
- f) assegurar a circulação e arquivo de informação constante do Diário da República, de acordo com modelo definido pelo conselho directivo;
- g) dar andamento a todo o expediente, de acordo com as indicações estabelecidas, sem prejuízo das competências específicas de outros sectores nesta matéria.

#### SECÇÃO II - Serviços de apoio logístico

##### Artigo 45º — Serviços de apoio logístico

1. Os serviços de apoio logístico da ESEL exercem a sua acção nos domínios do apoio diversificado ao desenvolvimento das actividades da ESEL, das suas estruturas e das suas unidades.
2. Os serviços auxiliares e de apoio logístico compreendem:
  - a) sector de serviços auxiliares de manutenção;
  - b) o sector de serviços de apoio científico, pedagógico e técnico.

##### Artigo 46º — Serviços auxiliares e de manutenção

Os serviços auxiliares e de manutenção exercem a sua actividade nas seguintes áreas:

- a) serviços auxiliares de acção educativa e apoio administrativo;
- b) serviços de higiene e limpeza;
- c) manutenção de espaços exteriores;
- d) condução de veículos afectos às actividades da ESEL;
- e) manutenção e conservação de bens e instalações.

##### Artigo 47º — Serviços de apoio científico, pedagógico e técnico

Os serviços de apoio científico, pedagógico e técnico exercem a sua acção no apoio ao desenvolvimento das actividades e projectos da ESEL, incluindo as seguintes áreas:

- a) reprografia
- b) informática
- c) laboratórios
- d) audiovisuais
- e) biblioteca

#### CAPÍTULO VI - GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

##### Artigo 48º — Património das escolas

1. O património da ESEL inclui todos os bens e direitos que tenham sido ou venham a ser afectados à prossecução dos seus fins pelo Estado ou por outras entidades públicas, privadas ou cooperativas ou por ela adquiridas a título oneroso ou gratuito.

2. No uso da autonomia administrativa e financeira a ESEL pode dispor de receitas próprias, provenientes do exercício das suas actividades e aplicá-las na satisfação das suas despesas, através de orçamento privativo.

##### 3. Constituem receitas da ESEL:

- a) as dotações que lhe forem concedidas pelo estado;
- b) os rendimentos dos bens que lhe estão afectos ou de que tenha a fruição;
- c) o produto dos serviços prestados a entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- d) o produto da venda de publicações;
- e) as receitas provenientes do pagamento de propinas;
- f) o produto da venda, observando as disposições legais, de elementos patrimoniais ou de material inservível ou dispensável;
- g) os subsídios, subvenções, participações, doações, heranças e legados;
- h) as verbas resultantes de programas específicos a que a ESEL se candidate, nacionais ou estrangeiros;
- i) os juros de contas de depósitos;
- j) o produto de taxas, emolumentos, multas, penalidades e quaisquer outras receitas que lhe advenham nos termos da lei;
- k) os saldos da conta de gerência de anos anteriores;
- l) o produto de empréstimos contraídos;
- m) quaisquer outras receitas que legalmente lhes advenham.

#### Artigo 49º — Instrumentos de gestão

1. Salvo outras disposições legais aplicáveis, a gestão económica e financeira da ESEL orientar-se-á pelos seguintes instrumentos:

- a) plano de actividades anual;
- b) plano de desenvolvimento plurianual;
- c) orçamentos decorrentes do orçamento do estado;
- d) orçamento privativo;
- e) relatórios de actividades e financeiros.

2. O plano de actividades anual deverá fundamentar-se na orientação científica e pedagógica definida pelos órgãos próprios da ESEL.
3. Os planos de desenvolvimento plurianual terão um alcance nunca inferior a três anos, podendo ser actualizados anualmente, e traduzirão a estratégia a seguir a médio prazo, tendo em consideração o planeamento geral do ensino superior, da investigação e de outras actividades relevantes para a ESEL;
4. O relatório de actividades é elaborado no final de cada ano económico, devendo apresentar em anexo as contas do exercício anual.

#### Artigo 50º — Organização contabilística

1. A contabilidade da ESEL organizar-se de forma a:
  - a) a apresentação de contas nos termos da lei;
  - b) o conhecimento e controlo permanente, por parte dos órgãos e instituições competentes, das existências de valores e das obrigações perante terceiros;
  - c) a prova das despesas realizadas e a sua conformidade legal;
  - d) o apoio à tomada de decisões, nomeadamente quanto a afectação de recursos;
2. A organização contabilística da ESEL deve observar os requisitos necessários à organização global das contas do IPL.

#### Artigo 51º — Divulgação dos instrumentos de gestão

Os instrumentos de gestão devem ser tornados públicos pelos meios mais adequados.

#### CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

##### Artigo 52º — Revisão e alteração dos estatutos

1. Os estatutos da ESEL podem ser revistos quatro anos após a data da sua entrada em vigor ou da respectiva revisão.

2. Os estatutos podem ainda ser alterados e revistos em qualquer momento, por proposta de dois terços da assembleia de representantes.
3. Compete à assembleia de representantes convocar uma Assembleia com a composição prevista no artigo 65º dos Estatutos do IPL, para a aprovação das propostas de alteração dos estatutos.
4. As alterações aos estatutos entram em vigor, após homologação pelo Presidente do IPL, no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

**Artigo 53º**

Com a entrada em vigor dos presentes estatutos, todos os regulamentos ou regimentos em vigor na ESEL, que contrariem os mesmos serão objecto de revisão nas cláusulas respectivas, sem prejuízos de reformulações mais amplas que os respectivos órgãos ou demais estruturas considerem pertinentes.

**Artigo 54º— Entrada em vigor**

Os presentes estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

## **ANEXO 3**

**FORMAÇÃO INICIAL**

## CURSO de EDUCADORES de INFÂNCIA

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário	
1.º	Língua Portuguesa	A	60		60		
	Matemática I	A			90		
	Educação e Expressão Musical I	A			90		
	Ciências do Meio Físico e Social I	S1	22,5		45		
	Motricidade Infantil I	S1	15		45		
	Teorias da Educação e Correntes Pedagógicas	S1	22,5	37,5			
	Opção I	S1			45		
	Movimento e Drama I	S1			60		
	Ciências do Meio Físico e Social II	S2	22,5		45		
	Educação e Expressão Plástica I	S2			60		
	Psicologia Educac. e do Desenvolvimento I	S2	22,5	37,5			
	Opção II	S2			45		
	Prática Pedagógica I	S2			60		
	2.º	Educação e Expressão Plástica II	A			84	
		Motricidade Infantil II	A			56	
Meios e Técnicas para a Acção Educativa		A	28		56		
Prática Pedagógica II		A			120		
Ciências do Meio Físico e Social III		S1	15		30		
Educação e Expressão Musical II		S1			60		
Psicologia Educac.e do Desenvolvimento II		S1	15	30			
Sociologia da Educação		S1	22,5		37,5		
Ciências do Meio Físico e Social IV		S2	13		26		
Literatura para a Infância		S2	13		39		
Novas Tecnologias em Educação		S2			39		
Metodologia da Investigação em Educação		S2			26		
Opção III		S2			39		
3.º	Prática Pedagógica III	A			370		
	Movimento e Drama II	S1			36		
	Ensino/Aprendizagem da Língua Materna	S1	24		24		
	Matemática II	S1			36		
	Educação para a Saúde	S1	12		24		
	Introdução às Necessidades Educ. Especiais	S1	12		12		
	Organização e Administração Escolar	S1	12		24		
	Metodologia da Educação Pré-Escolar	S1	12		36		
	Opção IV	S1			24		
	Organização Ped. Téc. Anim. Int. Educativa	S2				70	
	Obs. e Act. Desenvolvimento Psicológico da Criança em Situação Educativa	S2				40	

CURSO de PROFESSORES do ENSINO BÁSICO — 1.º CICLO

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Língua Portuguesa	A	60		60	
	Matemática I	A	40		80	
	Educação e Expressão Musical	A			90	
	Ciências do Meio Físico e Social I	S1	22,5		52,5	
	Formação Motora de Base I	S1	15		30	
	Teorias da Educação e Correntes Pedagógicas	S1	15	30		
	Opção I	S1			45	
	Opção II	S1			60	
	Ciências do Meio Físico e Social II	S2	22,5		52,5	
	Educação e Expressão Plástica I	S2			45	
	Psicologia Educac. e do Desenvolvimento I	S2	22,5	37,5		
	Opção III	S2			45	
	Prática Pedagógica I	S2			60	
	2.º	Meios e Técnicas para a Acção Educativa	A	28		56
Prática Pedagógica II		A			120	
Ciências do Meio Físico e Social III		S1	15		45	
Educação e Expressão Plástica II		S1			45	
Psicologia Educac. e do Desenvolvimento II		S1	15	30		
Sociologia da Educação		S1	22,5		37,5	
Opção IV		S1			45	
Opção V		S1			45	
Ciências do Meio Físico e Social IV		S2	13		39	
Matemática II		S2	16		36	
Literatura para a Infância		S2	13		39	
Movimento e Drama I		S2			45,5	
Formação Motora de Base II		S2	13		32,5	
Novas Tecnologias da Educação		S2			39	
Opção VI	S2			52		
3.º	Prática Pedagógica III	A			340	
	Ciências do Meio Físico e Social V	S1	24		48	
	Ensino/Aprendizagem da Língua Materna	S1	24		24	
	Matemática III	S1	16		32	
	Movimento e Drama II	S1			30	
	Educação para a Saúde	S1	12		12	
	Metodologia da Investigação em Educação	S1			24	
	Organização e Administração Escolar	S1	12		24	
	Opção VII	S1			48	
	Org. Ped. Técnicas Anim. Interv. Educativa	S2				65
	Introdução às Necessidades Educativas Especiais	S2				45

CURSO de PROFESSORES do ENSINO BÁSICO  
VARIANTE de PORTUGUÊS e INGLÊS

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Língua Portuguesa	A	60		60	
	Matemática I	A			120	
	Educação e Expressão Musical	A			90	
	Ciências do Meio Físico e Social I	S1	22,5		45	
	Formação Motora de Base I	S1	15		30	
	Teorias da Educação e Correntes Pedagógicas	S1	15	30		
	Língua Inglesa I	S1			60	
	Opção I	S1			45	
	Ciências do Meio Físico e Social II	S2	22,5		45	
	Psicologia Educac. e do Desenvolvimento I	S2	22,5	37,5		
	Língua Inglesa II	S2			45	
	Opção II	S2			45	
	Prática Pedagógica I	S2			60	
	2.º	Educação e Expressão Plástica	A			84
Meios e Técnicas para a Acção Educativa		A	28		56	
Prática Pedagógica II		A			120	
Ciências do Meio Físico e Social III		S1	15		45	
Psicologia Educacional Desenvolvimento II		S1	15	30		
Sociologia da Educação		S1	22,5		37,5	
Língua Inglesa III		S1			45	
Opção III		S1			45	
Ciências do Meio Físico e Social IV		S2	13		39	
Matemática II		S2			52	
Formação Motora de Base II		S2	13		26	
Literatura para a Infância		S2	13		39	
Língua Inglesa IV		S2			52	
História da Língua Portuguesa		S2	26		26	
3.º	Prática Pedagógica III	A			320	
	Ciências do Meio Físico e Social V	S1	24		48	
	Ensino/Aprendizagem da Língua Materna	S1	24		24	
	Matemática III	S1			48	
	Movimento e Drama	S1			36	
	Novas Tecnologias em Educação	S1			30	
	Metodologia da Investigação em Educação	S1			24	
	Língua Inglesa V	S1			48	
	Semântica e Sintaxe da Língua Portuguesa	S1	24		24	
	Prática Pedagógica da Especialidade	S2			40	
	Org. Ped. Técnicas Anim. Interv. Educativa	S2				45
4.º	Linguística e Ensino do Inglês	A	60		60	
	Prática Pedagógica do Inglês	A		90	30	
	Prática Pedagógica do Português	A			150	
	Metodologia do Ensino do Inglês I	S1	30		45	
	Ensino Aprendizagem do Português	S1	30		30	
	Teoria da Literatura	S1	30		30	
	Introdução às Necessidades Educativas Especiais	S1	15		15	
	Literatura Portuguesa	S2	30		30	
	Linguística Portuguesa	S2	30		30	
	Metodologia do Ensino do Inglês II	S2	15		30	
	Organização e Administração Escolar	S2	15		15	

CURSO de PROFESSORES do ENSINO BÁSICO  
VARIANTE de EDUCAÇÃO VISUAL e TECNOLÓGICA

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Língua Portuguesa	A	60		60	
	Matemática I	A	40		80	
	Educação e Expressão Musical	A			90	
	Ciências do Meio Físico e Social I	S1	22,5		45	
	Formação Motora de Base I	S1	15		30	
	Teorias da Educação e Correntes Pedagógicas	S1	15	30		
	Desenho I	S1			60	
	Opção I	S1			45	
	Ciências do Meio Físico e Social II	S2	22,5		45	
	Psicologia Educac. e do Desenvolvimento I	S2	22,5	37,5		
	Desenho II	S2			45	
	Opção II	S2			45	
	Prática Pedagógica I	S2			60	
	2.º	Educação e Expressão Plástica	A			84
Meios e Técnicas para a Acção Educativa		A	28		56	
Prática Pedagógica II		A			120	
Ciências do Meio Físico e Social III		S1	15		45	
Psicologia Educacional Desenvolvimento II		S1	15	30		
Sociologia da Educação		S1	22,5		37,5	
História Geral da Arte		S1	25		20	
Desenho III		S1			45	
Ciências do Meio Físico e Social IV		S2	13		39	
Matemática II		S2	16		36	
Formação Motora de Base II		S2	13		26	
Literatura para a Infância		S2	13		39	
Tecnologia dos Materiais		S2			52	
Opção III		S2			52	
3.º	Prática Pedagógica III	A			320	
	Ciências do Meio Físico e Social V	S1	24		48	
	Ensino/Aprendizagem da Língua Materna	S1	24		24	
	Matemática III	S1	16		32	
	Movimento e Drama	S1			36	
	Novas Tecnologias em Educação	S1			30	
	Metodologia da Investigação em Educação	S1			24	
	Opção IV	S1			48	
	Opção V	S1			48	
	Prática Pedagógica da Especialidade	S2			40	
	Org. Ped. Técnicas Anim. Interv. Educativa	S2				45
4.º	Metodologia do Ensino Ed. Visual e Tecnológica	A	60		105	
	História da Arte em Portugal	A			105	
	Prática Pedagógica Ed. Visual e Tecnológica	A			210	
	Opção VI	S1			45	
	Opção VII	S1			75	
	Introdução Necessidades Educativas Especiais	S1	15		15	
	Estudos de Arte	S2	20		25	
	Forma Visual	S2	30		15	
	Organização e Administração Escolar	S2	15		15	

CURSO de PROFESSORES do ENSINO BÁSICO  
VARIANTE de EDUCAÇÃO FÍSICA

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Língua Portuguesa	A	60		60	
	Matemática I	A	40		80	
	Educação e Expressão Musical	A			90	
	Ciências do Meio Físico e Social I	S1	22,5		45	
	Formação Motora de Base I	S1	15		30	
	Teorias da Educação e Correntes Pedagógicas	S1	15	30		
	Metodologia das Actividades Corporais I	S1	15		45	
	Opção I	S1			45	
	Ciências do Meio Físico e Social II	S2	22,5		45	
	Psicologia Educac. e do Desenvolvimento I	S2	22,5	37,5		
	Análise da Motricidade I	S2	45			
	Opção II	S2			45	
	Prática Pedagógica I	S2			60	
	2.º	Educação e Expressão Plástica	A			84
Meios e Técnicas para a Acção Educativa		A	28		56	
Prática Pedagógica II		A			120	
Ciências do Meio Físico e Social III		S1	15		45	
Psicologia Educacional Desenvolvimento II		S1	15	30		
Sociologia da Educação		S1	22,5		37,5	
Anatomofisiologia Geral		S1	45			
Opção III		S1			45	
Ciências do Meio Físico e Social IV		S2	13		39	
Matemática II		S2	16		36	
Formação Motora de Base II		S2	13		26	
Literatura para a Infância		S2	13		39	
Metodologia das Actividades Corporais II		S2	13		39	
Metodologia das Actividades Corporais III		S2	13		39	
3.º	Prática Pedagógica III	A			320	
	Ciências do Meio Físico e Social V	S1	24		48	
	Ensino/Aprendizagem da Língua Materna	S1	24		24	
	Matemática III	S1	16		32	
	Movimento e Drama	S1			36	
	Novas Tecnologias em Educação	S1			30	
	Metodologia da Investigação em Educação	S1			24	
	Metodologia das Actividades Corporais IV	S1	12		36	
	Didáctica da Educação Física I	S1	48			
	Prática Pedagógica da Especialidade	S2			40	
	Org. Ped. Técnicas Anim. Interv. Educativa	S2				45
4.º	Prática Pedagógica da Educação Física	A			210	
	Planeamento, Org. e Avaliação da Educação Física	S1	75			
	Didáctica da Educação Física II	S1	15		30	
	Análise da Motricidade II	S1	15		45	
	Metodologia das Actividades Corporais V	S1	22,5		52,5	
	Introdução às Necessidades Educativas Especiais	S1	15		15	
	Fisiologia do Esforço	S2	45			
	Didáctica da Educação Física III	S2	15		30	
	Metodologia das Actividades Corporais VI	S2	15		45	
	Activ. Motora Alunos 1.º/2.º Ciclos Ensino Básico	S2				75
	Organização e Administração Escolar	S2	15		15	

CURSO de PROFESSORES do ENSINO BÁSICO  
VARIANTE de EDUCAÇÃO MUSICAL

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Língua Portuguesa	A	60		60	
	Matemática I	A	40		80	
	Educação e Expressão Musical	A			90	
	Ciências do Meio Físico e Social I	S1	22,5		45	
	Formação Motora de Base I	S1	15		30	
	Teorias da Educação e Correntes Pedagógicas	S1	15	30		
	Prática Instrumental e Coral I	S1			60	
	Opção I	S1			45	
	Ciências do Meio Físico e Social II	S2	22,5		45	
	Psicologia Educac. e do Desenvolvimento I	S2	22,5	37,5		
	Prática Instrumental e Coral II	S2			45	
	Opção II	S2			45	
	Prática Pedagógica I	S2			60	
	2.º	Educação e Expressão Plástica	A			84
Meios e Técnicas para a Acção Educativa		A	28		56	
Prática Pedagógica II		A			120	
Ciências do Meio Físico e Social III		S1	15		45	
Psicologia Educacional Desenvolvimento II		S1	15	30		
Sociologia da Educação		S1	22,5		37,5	
Prática Instrumental e Coral III		S1			45	
Opção III		S1		45	45	
Ciências do Meio Físico e Social IV		S2	13		39	
Matemática II		S2	16		36	
Formação Motora de Base II		S2	13		26	
Literatura para a Infância		S2	13		39	
Prática Instrumental e Coral IV		S2			52	
Música I		S2			52	
3.º	Prática Pedagógica III	A			320	
	Ciências do Meio Físico e Social V	S1	24		48	
	Ensino/Aprendizagem da Língua Materna	S1	24		24	
	Matemática III	S1	16		32	
	Movimento e Drama	S1			36	
	Novas Tecnologias em Educação	S1			30	
	Metodologia da Investigação em Educação	S1			24	
	Prática Instrumental e Coral V	S1			48	
	Música II	S1			40	
	Prática Pedagógica da Especialidade	S2			40	
	Org.Ped.Técnicas Anim. Interv. Educativa	S2				45
4.º	Prática Instrumental	A		90		
	História da Música	A	90			
	Forma e Análise	A			90	
	Metodologia do Ensino da Música	A			90	
	Prática Pedagógica da Educação Musical	A		210		
	Harmonia	S1			60	
	Introdução Necessidades Educativas Especiais	S1	15		15	
	Regência Coral	S2			30	
	Regência Instrumental	S2			30	
	Organização e Administração Escolar	S2	15		15	

CURSO de PROFESSORES do ENSINO BÁSICO  
VARIANTE de MATEMÁTICA e CIÊNCIAS da NATUREZA

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário	
1.º	Língua Portuguesa	A	60		60		
	Matemática I	A	40		80		
	Educação e Expressão Musical	A			90		
	Ciências do Meio Físico e Social I	S1	22,5		45		
	Formação Motora de Base I	S1	15		30		
	Teorias da Educação e Correntes Pedagógicas	S1	15	30			
	Química Geral	S1	15		45		
	Opção I	S1			45		
	Ciências do Meio Físico e Social II	S2	22,5		45		
	Psicologia Educac. e do Desenvolvimento I	S2	22,5	37,5			
	Análise I	S2	15	30			
	Opção II	S2			45		
	Prática Pedagógica I	S2			60		
	2.º	Educação e Expressão Plástica	A			84	
		Meios e Técnicas para a Acção Educativa	A	28		56	
		Prática Pedagógica II	A			120	
Ciências do Meio Físico e Social III		S1	15		45		
Psicologia Educacional Desenvolvimento II		S1	15	30			
Sociologia da Educação		S1	22,5		37,5		
Álgebra Linear		S1	15	30			
Opção III		S1			45		
Ciências do Meio Físico e Social IV		S2	13		39		
Matemática II		S2	16		36		
Formação Motora de Base II		S2	13		26		
Literatura para a Infância		S2	13		39		
Física Geral		S2	13		39		
Análise II		S2	19,5	32,5			
3.º		Prática Pedagógica III	A			320	
		Ciências do Meio Físico e Social V	S1	24		48	
	Ensino/Aprendizagem da Língua Materna	S1	24		24		
	Matemática III	S1	16		32		
	Movimento e Drama	S1			36		
	Novas Tecnologias em Educação	S1			30		
	Metodologia da Investigação em Educação	S1			24		
	Geologia Geral	S1	12		36		
	Probabilidades e Estatística	S1	18	30			
	Prática Pedagógica da Especialidade	S2			40		
	Org.Ped.Técnicas Anim. Interv. Educativa	S2				45	
4.º	Metodologia do Ensino das Ciências e Matemática	A	40		80		
	Prática Pedagógica da Matemática	A			150		
	Prática Pedagógica das Ciências	A			120		
	Biologia Geral	S1	30		45		
	Informática no Ensino Matem. e C. Natureza	S1			60		
	Álgebra	S1	20	40			
	Introdução às Necessidades Educativas Especiais	S1	15		15		
	Geologia de Portugal	S2	15		45		
	Complementos de Física e de Química	S2	15		45		
	Linguagens de Programação	S2			45		
	Organização e Administração Escolar	S2	15		15		

CURSO de RELAÇÕES HUMANAS e COMUNICAÇÃO no TRABALHO

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Estágio	
1.º	Comunicação em Língua Portuguesa I	S1	1	2			
	Matemática	S1	2	2			
	Psicologia Social	S1	1	2			
	Língua Estrangeira I	S1			4		
	Introdução às Ciências Sociais	S1	2	2			
	Introdução à Informática	S1			3		
	Comunicação em Língua Portuguesa II	S2	1	2			
	Língua Estrangeira II	S2			4		
	Estatística	S2	2	2			
	Relações Humanas e Psicologia no Trabalho	S2	1	2			
	Informática	S2			3		
	Antropologia Social	S2			3		
	2.º	Comunicação em Língua Portuguesa III	S1	1	2		
		Gestão de Recursos Humanos	S1	1	2		
Língua Estrangeira III		S1			4		
Secretariado		S1			3		
Introdução ao Estudo do Direito		S1	2	1			
Métodos e Técnicas de Investigação		S1			3		
Sociologia das Organizações		S1			3		
Língua Estrangeira IV		S2			4		
Relações Públicas		S2	2	1			
Contabilidade Geral I		S2	1	2			
Economia		S2			3		
Organização e Gestão de Empresas I		S2			3		
Sistemas Comunicação Empresarial I		S2			3		
3.º		Contabilidade Geral II	S1	1	2		
	Direito do Trabalho	S1			4		
	Tecnologia da Comunicação	S1			3		
	Problemas Socied. Cultura Contemporânea	S1			4		
	Organização e Gestão de Empresas II	S1			3		
	Seminário Interdisciplinar	S1			4		
	Estágio	S2				35	

ANEXO 4

FORMAÇÃO CONTÍNUA

ACÇÃO	DURAÇÃO (horas)	DESTINATÁRIOS
À Descoberta da História e Geografia de Portugal	50	1.º ciclo do ensino básico
Metodologia na utilização dos recursos cartográficos e dos registos climáticos. Trabalhos práticos em Geografia	50	1.º ciclo do ensino básico
Turismo e lazer - contributos para uma abordagem ao nível do ensino básico	20	1.º ciclo do ensino básico
As visitas de estudo - Metodologia aplicada ao Urbanismo	25	1.º ciclo do ensino básico
As ciências e o conhecimento da realidade social - breve abordagem	25	1.º ciclo do ensino básico
Aprender ciências no 1.º ciclo. Estudos físicos da matéria e mudanças de estado ao longo do currículo	30	1.º ciclo do ensino básico
Aprender ciências no 1.º ciclo. Respiração e fotossíntese	30	1.º ciclo do ensino básico
Aprender ciências no 1.º ciclo: solos e rochas	30	1.º ciclo do ensino básico
Metodologia do ensino da Matemática no 1.º ciclo	50	1.º ciclo do ensino básico
A Pedagogia da autonomia no ensino do Inglês/Didáctica do Inglês	39	1.º ciclo do ensino básico
Formação de supervisores pedagógicos	120	2.º ciclo do ensino básico
Descobrir o livro com as crianças do pré-escolar	30	Educadores de infância e professores do 1.º ciclo
Didáctica do Francês - Língua Estrangeira	30	2.º e 3.º ciclos do ensino básico
Formulação de perguntas e elaboração de questionários	30	Língua Portuguesa e Português do 3.º ciclo e do ensino secundário
Processamento da informação e ensino da literatura	30	Professores do 2.º ciclo do ensino básico e 8.º grupo-A do 3.º ciclo e ensino secundário
Iniciação à leitura e à escrita	30	Educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico

(Cont.)

ACÇÃO	DURAÇÃO (horas)	DESTINATÁRIOS
Modelos de leitura e exploração de texto e actividades de escrita	30	1.º ciclo do ensino básico
O ensino da gramática e o uso da metalinguagem no âmbito do Francês - Língua Estrangeira	40	3.º ciclo e ensino secundário
Metodologia da Comunicação Audiovisual	40	ensinos básico e secundário
Didáctica da Matemática no ensino básico e secundário	50	ensinos básico e secundário
Análise de manuais e materiais de ensino	40	3.º ciclo e ensino secundário
Métodos e técnicas de investigação em História	34	Professores de História dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário
Formação Pessoal e Social	170	Professores dos ensinos básico e secundário
Implementação e avaliação na Área Escola	50	1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico
Literatura para a infância e juventude - a leitura do texto integral no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico	30	2.º e 3.º ciclos do ensino básico
Investigação e comunicação na aula de Matemática	50	1.º ciclo do ensino básico
Estatística e probabilidades nos novos programas do ensino secundário	50	ensino secundário
Fases da aula. Tipologias de exercícios e avaliação L.2	30	2.º e 3.º ciclos do ensino básico
A leitura, a escrita e a análise de erro no ensino da L.2	30	2.º e 3.º ciclos do ensino básico
Funcionamento da Língua - experiência de ensino-aprendizagem	30	1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico
A Expressão Dramática no jardim de infância e no 1.º ciclo do ensino básico	25	Educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico

## ANEXO 5

## ESTUDOS SUPERIORES ESPECIALIZADOS

GRAU: Diploma de Estudos Superiores Especializados  
Regime: Pós - laboral

### ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Administração Escolar	A			120	
	Organização e Desenvolvimento Curricular	S1			60	
	Psicossociologia da Organização Escolar	S1			60	
	Organização do Sistema Educativo	S1			60	
	Português					
	Investigação em Educação	S2			60	
	Informática	S2			60	
	Supervisão Escolar	S2			60	
2.º	Projecto	A		240		
	Análise Comparada Sistemas Educativos	S1			60	
	Planeamento e Gestão de Recursos	S1			60	
	Seminário I	S1				60
	Seminário II	S2				60

### FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Teorias do Desenvolvimento Moral	S1	60			
	Desenvolvimento e Relações Interpessoais	S1			90	
	Educação para a Saúde	S1			90	
	Métodos de Investigação em Educação	S1			60	
	Estado, Instituições e Organização Política	S2	60			
	Mudança e Inovação em Educação	S2			90	
	Organização Escolar	S2			90	
	A Prob. Desenvolvimento Socied. Contemp.	S2	60			
2.º	Educação Ambiental	S1			75	
	Educação para a Cidadania	S1			75	
	Educação Intercultural	S1			75	
	Estratégias de Formação Pessoal e Social	S1			75	
	Seminário	S2				60
	Projecto	S2		240		

ENSINO PRECOCE DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

ANO	DISCIPLINA	Anual/ Semestral	Teórica	Prática	Teórica/ Prática	Seminário
1.º	Língua Estrangeira I	A	120		90	
	Civilização e Cultura Língua Estrangeira	A	45	30		
	Psicolinguística da Língua Estrangeira	S1	60			
	Comunicação para a Expressão	S1			75	
	Didáctica da Língua Estrangeira I	S2	45	45		
	Investigação em Educação	S2	30	30		
2.º	Língua Estrangeira II	A	90	90		
	Projecto para a Intervenção	A			180	
	Seminário	A			150	
	Didáctica da Língua Estrangeira II	S1	45	30		
	Laboratório de Construção de Materiais	S2			75	

Impresso por  
Santos & Costa, Lda.  
Vale Travelho - Pedreiras  
2480 Porto de Mós  
Tel. 044-4901520

Núcleo Editorial  
Escola Superior de Educação de Leiria

---

Rua João Soares  
Apartado 424  
2413 Leiria  
Tel. 812830 Fax. 812985

